



# Editoração Casa Civil

# CÉARÁ

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 19 de setembro de 2023 | SÉRIE 3 | ANO XV Nº176 | Caderno 2/3 | Preço: R\$ 21,97

### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (Continuação)

#### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 5 - TIANGUA PROCESSO Nº07690950/2023 - ADITIVO

##### LOTE 41/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23014385 - EEM DEPUTADO MANOEL RODRIGUES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JORGE AUGUSTO MAGALHAES OLIVEIRA - CPF: 93910380344 - MATRÍCULA: 22200181125198 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: T - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 31/07/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.449,24 ( UM MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23014385 - EEM DEPUTADO MANOEL RODRIGUES e os Professores constantes neste extrato

##### LOTE 42/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23236434 - EEMTI DR. JOÃO ALMIR DE FREITAS BRANDÃO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: RAPHAEL CARNEIRO DE FREITAS - CPF: 06266803364 - MATRÍCULA: 22200181124043 - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 20 - CH MENSAL: 100 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 18/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2389,69; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 15.879,87 ( QUINZE MIL E OITOCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23236434 - EEMTI DR. JOÃO ALMIR DE FREITAS BRANDÃO e os Professores constantes neste extrato

##### LOTE 43/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23242426 - EEMTI DE CROATÁ FLÁVIO RODRIGUES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: PAULO HENRIQUE FEITOSA - CPF: 06346453319 - MATRÍCULA: 22200181124574 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 07/02/2023 a 04/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 6.360,49 ( SEIS MIL E TREZENTOS E SESSENTA REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23242426 - EEMTI DE CROATÁ FLÁVIO RODRIGUES e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 5 - TIANGUA PROCESSO Nº07689251/2023 - ADITIVO

##### LOTE 57/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23010665 - EEM MONSENHOR MELO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOSE WELLINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - CPF: 07862359348 - MATRÍCULA: 22200181245339 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200178849819 - NOME SUBSTITUÍDO: ANA PALOMA FARIAS LOPES - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 22/06/2023 a 20/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 663,08; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.289,80 ( UM MIL E DUZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23010665 - EEM MONSENHOR MELO e os Professores constantes neste extrato

##### LOTE 58/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23010665 - EEM MONSENHOR MELO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: VICENTE DE PAULO MELO BERNARDO - CPF: 02515011322 - MATRÍCULA: 22200181472270 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200179921513 - NOME SUBSTITUÍDO: MAGILA MARIA DE SOUSA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 20 - CH MENSAL: 100 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 16/09/2023 a 14/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2389,69; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.699,72 ( QUATRO MIL E SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23010665 - EEM MONSENHOR MELO e os Professores constantes neste extrato

##### LOTE 59/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23011769 - EEMTI MONSENHOR AGUIAR. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: WESLANE DE SOUSA SANTOS - CPF: 06802309394 - MATRÍCULA: 22200181234175 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200180990596 - NOME SUBSTITUÍDO: EDNA DA FROTA SOUZA CASTRO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 14/08/2023 a 12/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 2.116,03 ( DOIS MIL E CENTO E DEZESSEIS REAIS E TRÊS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23011769 - EEMTI MONSENHOR AGUIAR e os Professores constantes neste extrato



## LOTE 61/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23013125 - EEMTI FLAVIO RIBEIRO LIMA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: OSENILDA MARIA JUSTINO LOPES - CPF: 72111747300 - MATRÍCULA: 22200181244804 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200180993692 - NOME SUBSTITUÍDO: ANA PALOMA FARIAS LOPES - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 21/08/2023 a 19/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 708,43 ( SETECENTOS E OITO REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23013125 - EEMTI FLAVIO RIBEIRO LIMA e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 62/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23011769 - EEMTI MONSENHOR AGUIAR. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ROSA LILYA IBIAPINA DA SILVA - CPF: 08211253380 - MATRÍCULA: 22200181480273 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200180927606 - NOME SUBSTITUÍDO: EDNA MENDES DA FROTA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 10 - CH MENSAL: 50 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 14/08/2023 a 12/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1105,14; ROSA LILYA IBIAPINA DA SILVA - CPF: 08211253380 - MATRÍCULA: 22200181480281 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200180990537 - NOME SUBSTITUÍDO: EDNA MENDES DA FROTA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 12 - CH MENSAL: 60 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 14/08/2023 a 12/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1326,16; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.784,18 ( QUATRO MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E DEZOITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23011769 - EEMTI MONSENHOR AGUIAR e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 63/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23252669 - EEMTI ZULMIRA AGASSIS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JONAS ARAUJO SILVA - CPF: 06540035306 - MATRÍCULA: 22200181239649 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200179499714 - NOME SUBSTITUÍDO: BARBARA FREITAS SILVA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 11/08/2023 a 09/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 700,72 ( SETECENTOS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23252669 - EEMTI ZULMIRA AGASSIS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 11 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 6 - SOBRAL  
PROCESSO Nº07692368/2023 - ADITIVO**

## LOTE 24/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23030631 - EEMTI WALDIR LEOPERCIO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA LARISSA PASSOS OLIVEIRA - CPF: 06142393385 - MATRÍCULA: 22200181189242 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORÁRIA - JUSTIFICATIVA: Afastamento p/ exercer Cargo Núcleo Gestor Escola - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 1 - CH MENSAL: 5 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 04/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 119,48; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 740,01 ( SETECENTOS E QUARENTA REAIS E UM CENTAVO ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23030631 - EEMTI WALDIR LEOPERCIO e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 25/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23264101 - EEMTI DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FRANCISCO WASHINGTON RODRIGUES DE FARIAS - CPF: 03090742314 - MATRÍCULA: 2220018124068X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 03/04/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; LEANDRO DE SOUSA COSTA - CPF: 00967463351 - MATRÍCULA: 22200181208131 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 01/02/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; LUCIANO RODRIGUES DE SOUSA - CPF: 74365614304 - MATRÍCULA: 22200181208123 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 01/02/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 15.735,44 ( QUINZE MIL E SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23264101 - EEMTI DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 6 - SOBRAL  
PROCESSO Nº07776324/2023 - ADITIVO**

## LOTE 81/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23015594 - EEMTI VILEBALDO AGUIAR. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JORGE LUIS DE OLIVEIRA GOMES - CPF: 60038592371 - MATRÍCULA: 22200181423865 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 2200011591115 - NOME SUBSTITUÍDO: REGINA LIMA DE AGUIAR - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/09/2023 a 21/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; JOSE MARIO MOREIRA - CPF: 73942669315 - MATRÍCULA: 22200181423857 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍ-



CULA SUBSTITUÍDO: 22000115911115 - NOME SUBSTITUÍDO: REGINA LIMA DE AGUIAR - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 18 - CH MENSAL: 90 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/09/2023 a 21/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2150,72; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.714,63 ( QUATRO MIL E SETECENTOS E QUATORZE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23015594 - EEMTI VILEBALDO AGUIAR e os Professores constantes neste extrato

LOTE 82/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23545496 - EEMTI MARIA MENEZES CRISTINO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: DALYNE MENEZES TELES - CPF: 05285104360 - MATRÍCULA: 22200181420173 - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181075670 - NOME SUBSTITUÍDO: ANTONIA RUTE MENEZES FROTA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 21/08/2023 a 18/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 2.821,39 ( DOIS MIL E OITOCENTOS E VINTE E UM REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23545496 - EEMTI MARIA MENEZES CRISTINO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 11 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 6 - SOBRAL PROCESSO Nº07812495/2023 - ADITIVO

LOTE 83/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23015594 - EEMTI VILEBALDO AGUIAR. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: BRUNO VAZ DE AGUIAR NETO - CPF: 01421315394 - MATRÍCULA: 2220018142800X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000115902116 - NOME SUBSTITUÍDO: ANGELA MARIA CARNEIRO MACHADO ALBUQUERQUE - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 31/08/2023 a 20/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; EDYLA RODRIGUES DAS CHAGAS - CPF: 03851452330 - MATRÍCULA: 22200181427992 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000115902116 - NOME SUBSTITUÍDO: ANGELA MARIA CARNEIRO MACHADO ALBUQUERQUE - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 31/08/2023 a 20/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; FRANCISCO WELLINGTON MOREIRA RODRIGUES - CPF: 02153115310 - MATRÍCULA: 22200181427976 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000115902116 - NOME SUBSTITUÍDO: ANGELA MARIA CARNEIRO MACHADO ALBUQUERQUE - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I M T - CH SEMANAL: 18 - CH MENSAL: 90 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 31/08/2023 a 20/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2150,72; GEANDRE FRANCISCO DE ALBUQUERQUE - CPF: 80617298300 - MATRÍCULA: 22200181427968 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000115902116 - NOME SUBSTITUÍDO: ANGELA MARIA CARNEIRO MACHADO ALBUQUERQUE - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M T N - CH SEMANAL: 10 - CH MENSAL: 50 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 31/08/2023 a 20/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1194,85; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 17.575,81 ( DEZESSETE MIL E QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23015594 - EEMTI VILEBALDO AGUIAR e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 7 - CANINDE PROCESSO Nº07692694/2023 - ADITIVO

LOTE 8/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23032103 - EEMTI ARACY MAGALHÃES MARTINS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: QUITERIA AGENIA PEREIRA MACEDO CATUNDA - CPF: 02688078330 - MATRÍCULA: 22200181147299 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORÁRIA - JUSTIFICATIVA: Afastamento p/ exercer Cargo Núcleo Gestor Escola - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 04/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; SORELLY GLICIA PAIVA RODRIGUES - CPF: 06638581350 - MATRÍCULA: 22200181147396 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 04/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.460,35 ( NOVE MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23032103 - EEMTI ARACY MAGALHÃES MARTINS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 8 - BATURITE PROCESSO Nº07693658/2023 - ADITIVO

LOTE 25/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23055693 - EEMTI PROFESSOR MILTON FAÇANHA ABREU. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA CARLEANE FERREIRA OLIVEIRA - CPF: 01690697377 - MATRÍCULA: 22200181462771 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/08/2023 a 02/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 7,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 7,71 ( SETE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23055693 - EEMTI PROFESSOR MILTON FAÇANHA ABREU e os Professores constantes neste extrato



## LOTE 26/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23055995 - EEMTI MENEZES PIMENTEL. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: BIANCA DOS SANTOS MARQUES - CPF: 06918852302 - MATRÍCULA: 22200181245401 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 01/03/2023 a 18/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.000,82 ( QUATRO MIL REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23055995 - EEMTI MENEZES PIMENTEL e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 27/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23000268 - CENTRO CEARENSE DE IDIOMAS - UNIDADE BATURITÉ. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: EDINALDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA - CPF: 01378358333 - MATRÍCULA: 22200181042535 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 06/02/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 358,45; FRANCISCA WALINE DA SILVA LOPES - CPF: 05205597380 - MATRÍCULA: 22200181042527 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: T - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 06/02/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 358,45; MARIA VANIELLY CARDOSO NASCIMENTO - CPF: 07103872376 - MATRÍCULA: 22200181042519 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: T - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 06/02/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 331,54; VANIA CARDOSO DO NASCIMENTO - CPF: 04826354363 - MATRÍCULA: 22200181042500 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 06/02/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 358,45; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 8.689,32 ( OITO MIL E SEISCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23000268 - CENTRO CEARENSE DE IDIOMAS - UNIDADE BATURITÉ e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 8 - BATURITE**  
**PROCESSO Nº07776626/2023 - ADITIVO**

## LOTE 31/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23057190 - DANÍSIO DALTON DA ROCHA CORREIA EEM. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: IRACELMA PEREIRA DE LIMA BARBOSA - CPF: 75651106391 - MATRÍCULA: 22200181423059 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000113809011 - NOME SUBSTITUÍDO: RAIMUNDO ERONES PONTES DE MENEZES - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 15 - CH MENSAL: 75 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/08/2023 a 28/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1792,27; MARIA JURCILANE FERREIRA DE OLIVEIRA QUEIROS - CPF: 02352515343 - MATRÍCULA: 22200181423040 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130603001 - NOME SUBSTITUÍDO: RAIMUNDO ERONES PONTES DE MENEZES - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T M - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/08/2023 a 28/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 12.931,31 ( DOZE MIL E NOVECENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23057190 - DANÍSIO DALTON DA ROCHA CORREIA EEM e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 12 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 9 - HORIZONTE**  
**PROCESSO Nº07794780/2023 - ADITIVO**

## LOTE 14/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23265000 - EEMTI MARCONI COELHO REIS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: GUILHERME MACIEL DO NASCIMENTO - CPF: 08285834395 - MATRÍCULA: 22200181476705 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130007379 - NOME SUBSTITUÍDO: LUIDY DARLLAN BARBOSA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 20 - CH MENSAL: 100 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 02/09/2023 a 01/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2210,28; JOSE ITAMAR LEONARDO DA COSTA - CPF: 05402116300 - MATRÍCULA: 22200181476691 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130007379 - NOME SUBSTITUÍDO: LUIDY DARLLAN BARBOSA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 21 - CH MENSAL: 105 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/09/2023 a 01/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2509,17; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.714,38 ( QUATRO MIL E SETECENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23265000 - EEMTI MARCONI COELHO REIS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 10 - RUSSAS**  
**PROCESSO Nº07693763/2023 - ADITIVO**

## LOTE 29/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23128739 - EEM EGÍDIA CAVALCANTE CHAGAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MILLENE MARIA SABOIA - CPF: 88920119368 - MATRÍCULA: 22200181089779 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 6.903,12 ( SEIS MIL E NOVECENTOS E TRÊS REAIS E DOZE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23128739 - EEM EGÍDIA CAVALCANTE CHAGAS e os Professores constantes neste extrato



## LOTE 30/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23128739 - EEM EGÍDIA CAVALCANTE CHAGAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: EDILENE NOBRE MACHADO - CPF: 89911393372 - MATRÍCULA: 22200181089825 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 01/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.456,95 ( UM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23128739 - EEM EGÍDIA CAVALCANTE CHAGAS e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 31/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23128208 - EEM LAURO REBOUÇAS DE OLIVEIRA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: PIERRI CASSIO MAIA SILVA - CPF: 07878918350 - MATRÍCULA: 2220018142005X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 23/08/2023 a 04/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 465,99; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 455,58 ( QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23128208 - EEM LAURO REBOUÇAS DE OLIVEIRA e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 10 - RUSSAS  
PROCESSO Nº07689332/2023 - ADITIVO**

## LOTE 88/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23133155 - EEEP AVELINO MAGALHÃES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOSENIAS DE OLIVEIRA DA SILVA - CPF: 04146033381 - MATRÍCULA: 22200181429731 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000148128610 - NOME SUBSTITUÍDO: GILDENIR ALVES MOREIRA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: T - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 23/08/2023 a 21/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.733,13 ( QUATRO MIL E SETECENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TREZE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23133155 - EEEP AVELINO MAGALHÃES e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 89/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23125314 - EEM PROFESSOR GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: DULCINEIA RODRIGUES DA SILVA - CPF: 89240537368 - MATRÍCULA: 22200181468435 - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181141053 - NOME SUBSTITUÍDO: ROSIANE DA COSTA CARVALHO BARBOSA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 01/07/2023 a 25/07/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 597,42; LAURENICE FERNANDES DE MELO GUIMARAES - CPF: 91548713368 - MATRÍCULA: 22200181469091 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181141053 - NOME SUBSTITUÍDO: ROSIANE DA COSTA CARVALHO BARBOSA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 01/07/2023 a 25/07/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 199,14; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 770,87 ( SETECENTOS E SETENTA REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23125314 - EEM PROFESSOR GABRIEL EPIFÂNIO DOS REIS e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 90/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23128739 - EEM EGÍDIA CAVALCANTE CHAGAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARILIA BANDEIRA SARAIVA - CPF: 99456168387 - MATRÍCULA: 22200181173729 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181275734 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA MARILA MARTINS GIRAIO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 12 - CH MENSAL: 60 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 11/07/2023 a 08/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1433,81; MARILIA BANDEIRA SARAIVA - CPF: 99456168387 - MATRÍCULA: 22200181173737 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181275661 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA MARILA MARTINS GIRAIO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 11/07/2023 a 08/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.181,19 ( QUATRO MIL E CENTO E OITENTA E UM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23128739 - EEM EGÍDIA CAVALCANTE CHAGAS e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 91/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23131365 - EEMTI GOVERNADOR MANOEL DE CASTRO FILHO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FRANCILEIDA DIAS ARAUJO - CPF: 02666496376 - MATRÍCULA: 22200181276625 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 01/07/2023 a 09/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.509,59 ( QUATRO MIL E QUINHENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23131365 - EEMTI GOVERNADOR MANOEL DE CASTRO FILHO e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 92/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23131802 - COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR FLÁVIO MARCÍLIO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: LUIS EDUARDO DE SOUSA - CPF: 01938249305 - MATRÍCULA: 22200181089965 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORÁRIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000147865611 - NOME SUBSTITUÍDO: JOANE DOS SANTOS ARAUJO - JUSTIFICATIVA: Afastamento para Doutorado - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO:

T M - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/09/2023 a 09/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 20.345,77 ( VINTE MIL E TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23131802 - COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR FLAVIO MARCÍLIO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 11 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 11 - JAGUARIBE  
PROCESSO Nº07689405/2023 - ADITIVO**

**LOTE 8/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23136413 - EEM RAUL BARBOSA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARTA EVÂNIA MIGUEL DA SILVA - CPF: 01499128460 - MATRÍCULA: 22200181474400 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130606183 - NOME SUBSTITUÍDO: MARIA APARECIDA ALVES DE ANDRADE - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M T - CH SEMANAL: 20 - CH MENSAL: 100 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 12/09/2023 a 10/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2389,69; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.699,72 ( QUATRO MIL E SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23136413 - EEM RAUL BARBOSA e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 05 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 12 - QUIXADA  
PROCESSO Nº07693844/2023 - ADITIVO**

**LOTE 14/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23102020 - EEMTI CORONEL HUMBERTO BEZERRA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: NAPOLEAO EVANGELISTA PEREIRA DA SILVA - CPF: 05000212363 - MATRÍCULA: 2220018147365X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 12 - CH MENSAL: 60 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 22/05/2023 a 03/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1433,81; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 3.468,90 ( TRÊS MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23102020 - EEMTI CORONEL HUMBERTO BEZERRA e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 15/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FRANCISCA SILVANIA OLIVEIRA BATISTA - CPF: 03576050396 - MATRÍCULA: 22200181103852 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 03/07/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 5.550,25 ( CINCO MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 16/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA CRISTINA LOPES DA SILVA - CPF: 89202236372 - MATRÍCULA: 22200181103836 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 07/07/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.424,77 ( QUATRO MIL E QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 17/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOSE VILDOMAR DA SILVA DIAS - CPF: 53188047304 - MATRÍCULA: 22200181103046 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 07/07/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 3.792,68 ( TRÊS MIL E SETECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 18/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: BIANCA RAQUEL DE SOUSA MASCARENHAS - CPF: 04237952363 - MATRÍCULA: 22200181103062 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - JUSTIFICATIVA: Afastamento p/ exercer Cargo Núcleo Gestor Escola - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 07/07/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.424,77 ( QUATRO MIL E QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23095881 - EEMTI JACOB NOBRE DE OLIVEIRA BENEVIDES e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*





**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 12 - QUIXADA**  
**PROCESSO Nº07689537/2023 - ADITIVO**  
**LOTE 25/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23099380 - EEM ALFREDO MACHADO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ALLAN DELLON BATISTA CAVALCANTE - CPF: 06726786328 - MATRÍCULA: 22200181468036 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181471444 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA MARIA SOUSA LEMOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/08/2023 a 28/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; ALLAN DELLON BATISTA CAVALCANTE - CPF: 06726786328 - MATRÍCULA: 22200181471452 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200179557919 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA MARIA SOUSA LEMOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T M - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/08/2023 a 28/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 358,45; LIVIA MATIAS CARNEIRO - CPF: 06020649377 - MATRÍCULA: 22200181479429 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200179557919 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA MARIA SOUSA LEMOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 1 - CH MENSAL: 5 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/08/2023 a 28/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 119,48; ZIBIA SABRINA BARROS FERREIRA - CPF: 05829605333 - MATRÍCULA: 22200181479453 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200179557919 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA MARIA SOUSA LEMOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 10 - CH MENSAL: 50 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/08/2023 a 28/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1194,85; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.937,40 ( QUATRO MIL E NOVECIENTOS E TRINTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23099380 - EEM ALFREDO MACHADO e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 29/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23099380 - EEM ALFREDO MACHADO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ALLAN DELLON BATISTA CAVALCANTE - CPF: 06726786328 - MATRÍCULA: 22200181479461 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 2220018090908X - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA MARIA SOUSA LEMOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M T - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/08/2023 a 28/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.410,69 ( UM MIL E QUATROCENTOS E DEZ REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23099380 - EEM ALFREDO MACHADO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 12 - QUIXADA**  
**PROCESSO Nº07794985/2023 - ADITIVO**  
**LOTE 30/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23100770 - EEMTI CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: AMILTON SENNA ALVES PEREIRA - CPF: 05996048329 - MATRÍCULA: 2220018146815X - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000112144814 - NOME SUBSTITUÍDO: JOSE AURISIO MENESES PEREIRA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 13 - CH MENSAL: 65 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 23/08/2023 a 21/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1553,30; ANTONIO WILLIAM PRUDENCIO SILVA - CPF: 60555993337 - MATRÍCULA: 22200181468141 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000112144814 - NOME SUBSTITUÍDO: JOSE AURISIO MENESES PEREIRA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 27 - CH MENSAL: 135 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 23/08/2023 a 21/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 3226,08; DANIEL DE SOUSA - CPF: 01319288308 - MATRÍCULA: 22200181468168 - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000111558313 - NOME SUBSTITUÍDO: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE LIMA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 65 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 22/08/2023 a 20/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1553,30; DANIEL DE SOUSA - CPF: 01319288308 - MATRÍCULA: 22200181468176 - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000111558313 - NOME SUBSTITUÍDO: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE LIMA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 22/08/2023 a 20/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.200,31 ( NOVE MIL E DUZENTOS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23100770 - EEMTI CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 13 - CRATEUS**  
**PROCESSO Nº07689618/2023 - ADITIVO**  
**LOTE 17/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23227940 - CEJA PROFESSOR LUIZ BEZERRA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR - CPF: 04789065367 - MATRÍCULA: 22200181476578 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181096678 - NOME SUBSTITUÍDO: RANIELA RODRIGUES ARAUJO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: F - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 11/08/2023 a 09/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.404,58 ( NOVE MIL E QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23227940 - CEJA PROFESSOR LUIZ BEZERRA e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 18/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23085568 - EEMTI LOURENÇO FILHO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FLAVIO VIEIRA DE MENDONÇA - CPF: 61817660306 - MATRÍCULA: 2220018110848X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200179259713 - NOME SUBSTITUÍDO: LIVIA MAIARA LIMA MOTA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 15 - CH MENSAL: 75 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/08/2023 a 30/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1792,27; FRANCISCA JEANNE FARIAS MATOS - CPF: 97177342320 - MATRÍCULA: 22200181108463 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA



SUBSTITUÍDO: 22200179259713 - NOME SUBSTITUÍDO: LIVIA MAIARA LIMA MOTA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 24 - CH MENSAL: 120 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/08/2023 a 30/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2867,63; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.169,47 ( NOVE MIL E CENTO E SESSENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23085568 - EEMTI LOURENÇO FILHO e os Professores constantes neste extrato

LOTE 19/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23233400 - ESCOLA INDÍGENA JARDIM DAS OLIVEIRAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: BRAZ RODRIGUES SOARES - CPF: 00114736308 - MATRÍCULA: 22200181171017 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181099901 - NOME SUBSTITUÍDO: MARISA DE SOUZA MACHADO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: T - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 25/07/2023 a 22/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; JARDEL MARINHO DO NASCIMENTO - CPF: 91765617391 - MATRÍCULA: 22200181171645 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181099901 - NOME SUBSTITUÍDO: MARISA DE SOUZA MACHADO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: M T - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 25/07/2023 a 22/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; MARIA GABRIELE GOMES DA SILVA - CPF: 61372254374 - MATRÍCULA: 22200181171033 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181099901 - NOME SUBSTITUÍDO: MARISA DE SOUZA MACHADO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: T - CH SEMANAL: 16 - CH MENSAL: 80 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 25/07/2023 a 22/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1911,75; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 7.256,69 ( SETE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23233400 - ESCOLA INDÍGENA JARDIM DAS OLIVEIRAS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 13 - CRATEUS PROCESSO Nº07693917/2023 - ADITIVO

LOTE 23/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23233311 - ESCOLA INDÍGENA POVO CACETEIRO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ANTONIA DA SILVA SOARES - CPF: 99357810382 - MATRÍCULA: 22200181038570 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Projeto Etnias Indígenas - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: N - CH SEMANAL: 13 - CH MENSAL: 65 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/01/2023 a 01/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1553,30; GLACINETE BERNARDE DA SILVA - CPF: 02573019330 - MATRÍCULA: 22200181038414 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Projeto Etnias Indígenas - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: N - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/01/2023 a 01/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; MARISA RIBEIRO GOMES - CPF: 04859886151 - MATRÍCULA: 22200181038554 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Projeto Etnias Indígenas - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: N - CH SEMANAL: 16 - CH MENSAL: 80 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/01/2023 a 01/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1911,75; RAIMUNDO DO NASCIMENTO SOUSA - CPF: 05468119307 - MATRÍCULA: 22200181038708 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Projeto Etnias Indígenas - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: N - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/01/2023 a 01/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 37.637,60 ( TRINTA E SETE MIL E SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23233311 - ESCOLA INDÍGENA POVO CACETEIRO e os Professores constantes neste extrato

LOTE 24/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23545097 - ESCOLA INDÍGENA JOAQUIM UGENA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA TATIANE NASCIMENTO DOS SANTOS - CPF: 07347163382 - MATRÍCULA: 22200181060010 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Projeto Etnias Indígenas - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: T - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/01/2023 a 01/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; RAIMUNDA IZABEL DA SILVA NASCIMENTO - CPF: 04242366302 - MATRÍCULA: 22200181039127 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Projeto Etnias Indígenas - CRITÉRIO: EDITAL 003/2021 - INDÍGENA - TURNO: T - CH SEMANAL: 13 - CH MENSAL: 65 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/01/2023 a 01/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1553,30; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 16.727,83 ( DEZESSEIS MIL E SETECENTOS E VINTE E SETE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23545097 - ESCOLA INDÍGENA JOAQUIM UGENA e os Professores constantes neste extrato

LOTE 25/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23085711 - EEMTI REGINA PACIS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA KARINA DE SOUSA MARTINS - CPF: 05391829313 - MATRÍCULA: 22200181244197 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/03/2023 a 01/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.434,08 ( UM MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23085711 - EEMTI REGINA PACIS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 15 - TAUÁ PROCESSO Nº07812843/2023 - ADITIVO

LOTE 24/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23109106 - CEJA LUZIA ARAÚJO DE FREITAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ANTONIA ZIRLANDIA DE SOUSA - CPF: 00894373307 - MATRÍCULA: 22200181200017 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200130390415 - NOME SUBSTITUÍDO: WESLEY CARDOSO LIMA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: F - CH SEMANAL: 20 - CH MENSAL: 100 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 03/09/2023 a 01/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2389,69; - OBJETO: O presente instrumento tem





por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.699,73 ( QUATRO MIL E SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23109106 - CEJA LUZIA ARAÚJO DE FREITAS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 16 - IGUATU**  
**PROCESSO Nº07801027/2023 - ADITIVO**

**LOTE 27/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23145633 - EEMTI ADAHIL BARRETO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FRANCISCO JOSE PINHEIRO SILVA - CPF: 84527439391 - MATRÍCULA: 22200181173931 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 13/03/2023 a 01/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.047,84 ( QUATRO MIL E QUARENTA E SETE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23145633 - EEMTI ADAHIL BARRETO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 12 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 18 - CRATO**  
**PROCESSO Nº07693992/2023 - ADITIVO**

**LOTE 31/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23153261 - EEMTI DE CAMPOS SALES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FABIO SANTOS DA SILVA - CPF: 02018508342 - MATRÍCULA: 22200181274282 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 16/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 7.076,56 ( SETE MIL E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23153261 - EEMTI DE CAMPOS SALES e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 32/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23255269 - EEMTI PREFEITO RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: CICERO WEVERTON NASCIMENTO DA SILVA - CPF: 02803894343 - MATRÍCULA: 22200181088241 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - JUSTIFICATIVA: Afastamento para exercer Cargo Técnico na SEDE SEDUC/CREDE/SEFOR - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T M - CH SEMANAL: 12 - CH MENSAL: 60 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 08/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1433,81; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.065,38 ( NOVE MIL E SESENTA E CINCO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23255269 - EEMTI PREFEITO RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 33/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23167963 - EEMTI ADRIÃO DO VALE NUENS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ANA CELIA MAROPO DE ALMEIDA - CPF: 00552826367 - MATRÍCULA: 22200181097739 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 31/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; FRANCISCA GERLLANNY FREIRE DA CRUZ - CPF: 01521793301 - MATRÍCULA: 22200181097666 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 15 - CH MENSAL: 75 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 31/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1792,27; IOLANDA ALVES DE OLIVEIRA - CPF: 02244938336 - MATRÍCULA: 22200181097682 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N I - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 31/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 358,45; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 22.790,70 ( VINTE E DOIS MIL E SETECENTOS E NOVENTA REAIS E SETENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23167963 - EEMTI ADRIÃO DO VALE NUENS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 18 - CRATO**  
**PROCESSO Nº07689731/2023 - ADITIVO**

**LOTE 60/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23255269 - EEMTI PREFEITO RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: DANGELINE ALVES DA COSTA JORGE SOUSA - CPF: 00650051394 - MATRÍCULA: 22200181184739 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000112226217 - NOME SUBSTITUÍDO: MIRALVA FERREIRA GUEDES PEREIRA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 21 - CH MENSAL: 105 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 12/07/2023 a 09/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2509,17; DANGELINE ALVES DA COSTA JORGE SOUSA - CPF: 00650051394 - MATRÍCULA: 22200181184747 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000112226217 - NOME SUBSTITUÍDO: MIRALVA FERREIRA GUEDES PEREIRA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 21 - CH MENSAL: 105 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 12/07/2023 a 09/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2509,17; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.761,48 ( NOVE MIL E SETECENTOS E SESENTA E UM REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23255269 - EEMTI PREFEITO RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS e os Professores constantes neste extrato



## LOTE 61/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23255269 - EEMTI PREFEITO RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: HEITOR TAVARES DE SOUSA MACHADO - CPF: 05902567343 - MATRÍCULA: 2220018146622X - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000116084417 - NOME SUBSTITUÍDO: MARIA SILVIA BEZERRA BRITO MENDES - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I M - CH SEMANAL: 30 - CH MENSAL: 150 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 19/08/2023 a 17/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 3584,53; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 7.053,44 ( SETE MIL E CINQUENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23255269 - EEMTI PREFEITO RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 62/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23153261 - EEMTI DE CAMPOS SALES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JANIELE PEREIRA ALENCAR - CPF: 02668933331 - MATRÍCULA: 2220018146376X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000112182910 - NOME SUBSTITUÍDO: MARIA BEZERRA LIMA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M I - CH SEMANAL: 20 - CH MENSAL: 100 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 23/08/2023 a 21/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2389,69; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.702,29 ( QUATRO MIL E SETECENTOS E DOIS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23153261 - EEMTI DE CAMPOS SALES e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 63/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23162961 - EEM JOSE ALVES DE FIGUEIREDO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOSE ALVES DE LACERDA - CPF: 74725475300 - MATRÍCULA: 22200181428603 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000148261272 - NOME SUBSTITUÍDO: PRISCILA SUELLEM ALVES ALMEIDA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M T I - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 19/08/2023 a 11/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 18.038,31 ( DEZOITO MIL E TRINTA E OITO REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23162961 - EEM JOSE ALVES DE FIGUEIREDO e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 64/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23153482 - EEEP PRESIDENTE MÉDICI. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: SILDERLANDIO JOSE DA SILVA - CPF: 00548330352 - MATRÍCULA: 22200181466246 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000112176813 - NOME SUBSTITUÍDO: GLAUDENIA MARIA PEREIRA DANTAS - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I M - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 28/08/2023 a 26/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.404,58 ( NOVE MIL E QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23153482 - EEEP PRESIDENTE MÉDICI e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 65/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23153261 - EEMTI DE CAMPOS SALES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: CICERO RAYCKSON DA SILVA PEREIRA - CPF: 42396917889 - MATRÍCULA: 22200181428905 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 2220018127424X - NOME SUBSTITUÍDO: LUZIA DANIELA LIMA DOS SANTOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M I - CH SEMANAL: 12 - CH MENSAL: 60 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 16/09/2023 a 14/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1326,16; CICERO RAYCKSON DA SILVA PEREIRA - CPF: 42396917889 - MATRÍCULA: 22200181428913 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181184224 - NOME SUBSTITUÍDO: LUZIA DANIELA LIMA DOS SANTOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 16/09/2023 a 14/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 663,08; VALMARIO BRANDO BARBOSA - CPF: 04986802313 - MATRÍCULA: 22200181471363 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 2220018127424X - NOME SUBSTITUÍDO: LUZIA DANIELA LIMA DOS SANTOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 16/09/2023 a 14/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.382,16 ( QUATRO MIL E TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23153261 - EEMTI DE CAMPOS SALES e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 66/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23277971 - EEM FRANCISCO MIGUEL DE ANDRADE. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOCELIA ALVES DE OLIVEIRA - CPF: 74935224304 - MATRÍCULA: 22200181471401 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181008973 - NOME SUBSTITUÍDO: LUZIA DANIELA LIMA DOS SANTOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 16/09/2023 a 14/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; MIGUEL FLORENCIO CAMARA NETO - CPF: 03348039347 - MATRÍCULA: 22200181471398 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181008973 - NOME SUBSTITUÍDO: LUZIA DANIELA LIMA DOS SANTOS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 15 - CH MENSAL: 75 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 16/09/2023 a 14/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1792,27; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 3.994,76 ( TRÊS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23277971 - EEM FRANCISCO MIGUEL DE ANDRADE e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 67/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23162961 - EEM JOSE ALVES DE FIGUEIREDO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: LUMA ALVES PEREIRA - CPF: 06117532350 - MATRÍCULA: 22200181421943 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000147970210 - NOME SUBSTITUÍDO: CICERO DE SOUSA NUNES - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M N T - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200

- VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 05/09/2023 a 19/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2389,69; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 2.389,69 ( DOIS MIL E TREZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E SESENTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23162961 - EEM JOSE ALVES DE FIGUEIREDO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 12 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 19 - JUAZEIRO DO NORTE  
PROCESSO Nº07689820/2023 - ADITIVO  
LOTE 85/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23165910 - EEEP PROFESSOR MOREIRA DE SOUSA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: CICERA KELICIANE DE BARROS - CPF: 01591664381 - MATRÍCULA: 22200181112126 - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 2200019793567X - NOME SUBSTITUÍDO: JORIANE LIMA BATISTA ALMEIDA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I M - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 14/08/2023 a 12/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.686,87 ( QUATRO MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23165910 - EEEP PROFESSOR MOREIRA DE SOUSA e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 86/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23164050 - EEMTI GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: AURELIA FILGUEIRA NASCIMENTO - CPF: 91857694368 - MATRÍCULA: 22200181468516 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130248414 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCA AGLAIZA ROMAO SEDRIM GONCALVES - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I M - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 12/08/2023 a 10/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; FERNANDO JOAQUIM EVANGELISTA - CPF: 74052527372 - MATRÍCULA: 22200181273162 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORÁRIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000148053513 - NOME SUBSTITUÍDO: ADRIANO DE CARVALHO DUARTE - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N I - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 26/08/2023 a 09/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 26.106,72 ( VINTE E SEIS MIL E CENTO E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23164050 - EEMTI GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 87/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23157879 - EEMTI MIGUEL SARAIVA PINHEIRO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: DAIANA RODRIGUES DA SILVA - CPF: 06621981317 - MATRÍCULA: 22200181471878 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000197934894 - NOME SUBSTITUÍDO: CICERA NAYARA OLIVEIRA BORGES - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 18 - CH MENSAL: 90 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 08/09/2023 a 06/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1989,25; IRISANGELA GONCALVES MOREIRA - CPF: 04666919392 - MATRÍCULA: 22200181473560 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000197934894 - NOME SUBSTITUÍDO: CICERA NAYARA OLIVEIRA BORGES - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 08/09/2023 a 06/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 5.322,11 ( CINCO MIL E TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E ONZE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23157879 - EEMTI MIGUEL SARAIVA PINHEIRO e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 88/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23164050 - EEMTI GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOSE LINHARES JUNIOR - CPF: 01516634322 - MATRÍCULA: 22200181416508 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130290216 - NOME SUBSTITUÍDO: JOSENILDA NUNES JANUARIO - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I T - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 02/09/2023 a 01/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.774,24 ( QUATRO MIL E SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23164050 - EEMTI GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 89/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23165278 - COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ CORONEL HERVANO MACEDO JÚNIOR. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: PEDRO HENRIQUE ALVES DO NASCIMENTO - CPF: 06918243390 - MATRÍCULA: 2220018147334X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181071179 - NOME SUBSTITUÍDO: ELAINY JACINTA MARTINS - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 06/09/2023 a 04/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.409,92 ( UM MIL E QUATROCENTOS E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23165278 - COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ CORONEL HERVANO MACEDO JÚNIOR e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 11 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*



**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 19 - JUAZEIRO DO NORTE  
PROCESSO Nº07786850/2023 - ADITIVO  
LOTE 90/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23244666 - EEEP DR. NAPOLEÃO NEVES DA LUZ. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOAO BENTO LEITE DE SOUSA - CPF: 77293312334 - MATRÍCULA: 22200181418497 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200179625515 - NOME SUBSTITUÍDO: MARTA AMARO DOS SANTOS SILVA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 20/08/2023 a 18/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4.779,38; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.404,58 ( NOVE MIL E QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23244666 - EEEP DR. NAPOLEÃO NEVES DA LUZ e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 12 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 20 - BREJO SANTO  
PROCESSO Nº07802112/2023 - ADITIVO  
LOTE 16/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23158514 - EEMTI TABELIÃO JOSÉ PINTO QUEZADO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JOSE FELIPE DE FRANCA MOREIRA - CPF: 07467916310 - MATRÍCULA: 22200181271313 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 11/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.602,10 ( QUATRO MIL E SEISCENTOS E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23158514 - EEMTI TABELIÃO JOSÉ PINTO QUEZADO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 06 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - CREDE 20 - BREJO SANTO  
PROCESSO Nº07689898/2023 - ADITIVO  
LOTE 43/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23234814 - EEMTI PROFESSOR JOSÉ TELES DE CARVALHO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: LUIZ GONZAGA BANDEIRA NETO - CPF: 00254228399 - MATRÍCULA: 22200181236542 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000112277814 - NOME SUBSTITUÍDO: FRANCISCO GALENO DE SOUZA - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 15 - CH MENSAL: 75 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 08/08/2023 a 06/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1.792,27; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 3.526,72 ( TRÊS MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23234814 - EEMTI PROFESSOR JOSÉ TELES DE CARVALHO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 05 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 1 - FORTALEZA  
PROCESSO Nº07694050/2023 - ADITIVO  
LOTE 28/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23071010 - EEMTI HERMÍNIO BARROSO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ELIERTON LIMA SIQUEIRA CHAVES - CPF: 00297260340 - MATRÍCULA: 22200181260761 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 31/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 5.064,62 ( CINCO MIL E SESSENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23071010 - EEMTI HERMÍNIO BARROSO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 12 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 1 - FORTALEZA  
PROCESSO Nº07690160/2023 - ADITIVO  
LOTE 113/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23215534 - COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS ESCRITORA RACHEL DE QUEIROZ. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: LIZANDRA DE CAMARGO ALVES - CPF: 04291843364 - MATRÍCULA: 22200181172951 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000147901715 - NOME SUBSTITUÍDO: HERMINIA MARIA FLORENCIO PAIVA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 15/08/2023 a 13/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1.075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.055,70 ( UM MIL E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23215534 - COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS ESCRITORA RACHEL DE QUEIROZ e os Professores constantes neste extrato

LOTE 116/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23225262 - CEJA JOSÉ WALTER. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FRANCISCA ELIZABETH MOTA DE OLIVEIRA CASTILHO - CPF: 84952563391 - MATRÍCULA: 22200181477167 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000111232515 - NOME SUBSTITUÍDO: MARIA DO SOCORRO CARLOS MONTEIRO - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: F - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 25/07/2023 a 22/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4.779,38;



- OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.363,47 ( NOVE MIL E TREZENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23225262 - CEJA JOSÉ WALTER e os Professores constantes neste extrato

#### LOTE 117/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23074060 - EEM MARIANO MARTINS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: PEDRO RAFAEL MOREIRA COELHO - CPF: 60761106359 - MATRÍCULA: 2220018124409X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000116000019 - NOME SUBSTITUÍDO: ANA FLAVIA ROGERIO MENEZES - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T M - CH SEMANAL: 16 - CH MENSAL: 80 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 18/08/2023 a 15/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 1911,75; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 9.435,41 ( NOVE MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23074060 - EEM MARIANO MARTINS e os Professores constantes neste extrato

#### LOTE 118/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23074060 - EEM MARIANO MARTINS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ANA CAROLINA SILVA E SILVA - CPF: 04133057244 - MATRÍCULA: 22200181205477 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000113787212 - NOME SUBSTITUÍDO: LUZIANE MOREIRA NOGUEIRA - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: T M - CH SEMANAL: 21 - CH MENSAL: 105 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 24/06/2023 a 20/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2509,17; DAYANNE LIMA DOS SANTOS - CPF: 07219631375 - MATRÍCULA: 22200181205493 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000113787212 - NOME SUBSTITUÍDO: LUZIANE MOREIRA NOGUEIRA - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M T - CH SEMANAL: 13 - CH MENSAL: 65 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 24/06/2023 a 20/12/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1553,30; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 23.881,21 ( VINTE E TRÊS MIL E OITOCENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23074060 - EEM MARIANO MARTINS e os Professores constantes neste extrato

#### LOTE 119/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23074060 - EEM MARIANO MARTINS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: PEDRO RAFAEL MOREIRA COELHO - CPF: 60761106359 - MATRÍCULA: 22200181244073 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 18/08/2023 a 15/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 3.538,29 ( TRÊS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23074060 - EEM MARIANO MARTINS e os Professores constantes neste extrato

#### LOTE 120/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23074060 - EEM MARIANO MARTINS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: REGINALDO BORGES DE ARAUJO - CPF: 00927931346 - MATRÍCULA: 2220018120554X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000116000019 - NOME SUBSTITUÍDO: ANA FLAVIA ROGERIO MENEZES - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M T - CH SEMANAL: 16 - CH MENSAL: 80 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 18/08/2023 a 15/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 1911,75; ROMULO HOLANDA CARNEIRO - CPF: 60045340307 - MATRÍCULA: 22200181425248 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000116000019 - NOME SUBSTITUÍDO: ANA FLAVIA ROGERIO MENEZES - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: T - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 18/08/2023 a 29/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 11.886,00 ( ONZE MIL E OITOCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23074060 - EEM MARIANO MARTINS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 06 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

### EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 2 - FORTALEZA PROCESSO Nº07694131/2023 - ADITIVO

#### LOTE 77/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23075147 - EEFM NOEL HUGNEN DE OLIVEIRA PAIVA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ANGELICA MARIA ALEXANDRE COLARES - CPF: 62020366304 - MATRÍCULA: 22200181259275 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 24/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; RAMON CORREIA DA SILVA - CPF: 06225401300 - MATRÍCULA: 22200181259267 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 30/01/2023 a 24/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 663,08; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 10.254,44 ( DEZ MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23075147 - EEFM NOEL HUGNEN DE OLIVEIRA PAIVA e os Professores constantes neste extrato

#### LOTE 79/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23067268 - EEFM CLÓVIS BEVILÁQUA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA CRISTINA MONTEIRO FERREIRA - CPF: 32280327368 - MATRÍCULA: 22200181110875 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORARIA - JUSTIFICATIVA: EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS, CONFORME ART 3º, ITEM V DA LEI COMPLEMENTAR 173 - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T M - CH SEMANAL: 27 - CH MENSAL: 135 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 23/03/2023 a 22/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 3226,08; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 16.130,40 ( DEZESSEIS MIL E CENTO E TRINTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23067268 - EEFM CLÓVIS BEVILÁQUA e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 80/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23075023 - EEM GENERAL MURILO BORGES MOREIRA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARCIANE MACEDO LOPES - CPF: 35848081387 - MATRÍCULA: 22200181191611 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T M - CH SEMANAL: 6 - CH MENSAL: 30 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 01/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 716,91; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 5.088,52 ( CINCO MIL E OITENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23075023 - EEM GENERAL MURILO BORGES MOREIRA e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 81/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23065842 - EEFM BÁRBARA DE ALENCAR. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: ADRIANA MARIA GAMA DE QUEIROZ - CPF: 56085974353 - MATRÍCULA: 22200181139067 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: N - CH SEMANAL: 9 - CH MENSAL: 45 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 31/01/2023 a 30/06/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1075,36; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 5.411,49 ( CINCO MIL E QUATROCENTOS E ONZE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23065842 - EEFM BÁRBARA DE ALENCAR e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 07 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 2 - FORTALEZA  
PROCESSO Nº07819732/2023 - ADITIVO**

## LOTE 78/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23073853 - EEMTI INTEGRADA 2 DE MAIO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JESSICA MARIA CORDEIRO VIANA - CPF: 03393738305 - MATRÍCULA: 22200181248168 - CARGO: PROF CTPD BACHAREL - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 01/02/2023 a 02/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.449,24 ( UM MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23073853 - EEMTI INTEGRADA 2 DE MAIO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 2 - FORTALEZA  
PROCESSO Nº07690454/2023 - ADITIVO**

## LOTE 129/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23073527 - EEFM PROFESSORA MARIA DA CONCEIÇÃO PORFÍRIO TELES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA LUIZA FIRMIANO DE SOUZA - CPF: 73255173353 - MATRÍCULA: 22200181425116 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130165314 - NOME SUBSTITUÍDO: GUILHERME AMORIM MONTENEGRO - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M T - CH SEMANAL: 15 - CH MENSAL: 75 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 12/08/2023 a 10/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 1792,27; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 1.753,72 ( UM MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23073527 - EEFM PROFESSORA MARIA DA CONCEIÇÃO PORFÍRIO TELES e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 130/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23077140 - EEFM ARQUITETO ROGÉRIO FROES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: FRANCISCO THIAGO DA SILVA - CPF: 01283611317 - MATRÍCULA: 22200181136343 - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORÁRIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000116041610 - NOME SUBSTITUÍDO: CAMILLE ALVES DE CARVALHO - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: T N - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 11/08/2023 a 15/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 4420,55; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 22.815,75 ( VINTE E DOIS MIL E OITOCENTOS E QUINZE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23077140 - EEFM ARQUITETO ROGÉRIO FROES e os Professores constantes neste extrato

## LOTE 131/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23073527 - EEFM PROFESSORA MARIA DA CONCEIÇÃO PORFÍRIO TELES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: LUCAS WELLISON DE MORAES GONCALVES - CPF: 04845955393 - MATRÍCULA: 22200181193304 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: TEMPORÁRIA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000148130119 - NOME SUBSTITUÍDO: JOAO ALVES VIANA JUNIOR - JUSTIFICATIVA: Readaptado(a) de Função Temporária - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M T - CH SEMANAL: 31 - CH MENSAL: 155 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 29/08/2023 a 15/01/2024 - VALOR MENSAL: R\$ 3704,02; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 16.966,80 ( DEZESSEIS MIL E NOVECENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23073527 - EEFM PROFESSORA MARIA DA CONCEIÇÃO PORFÍRIO TELES e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 07 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*





**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 3 - FORTALEZA  
PROCESSO Nº07696509/2023 - ADITIVO**

**LOTE 92/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23078170 - EEFM DOUTOR UBIRAJARA ÍNDIO DO CEARÁ. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MARIA DE JESUS GRACEZ SOUZA - CPF: 04136174322 - MATRÍCULA: 2220018113572X - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M - CH SEMANAL: 1 - CH MENSAL: 5 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 14/08/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 119,48; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 778,55 ( SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23078170 - EEFM DOUTOR UBIRAJARA ÍNDIO DO CEARÁ e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 93/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23225360 - EEFM SANTO AMARO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: GILMARLON SANTOS DA SILVA - CPF: 01826653309 - MATRÍCULA: 22200181280193 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: DEFINITIVO - JUSTIFICATIVA: Ausência de Profissional - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: M - CH SEMANAL: 7 - CH MENSAL: 35 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 30/01/2023 a 04/09/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 836,39; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 6.020,21 ( SEIS MIL E VINTE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23225360 - EEFM SANTO AMARO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 12 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\* \*

**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 3 - FORTALEZA  
PROCESSO Nº07690667/2023 - ADITIVO**

**LOTE 138/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23064676 - EEMTI PROFESSORA ADALGISA BONFIM SOARES. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MATEUS DA SILVA RICARDO - CPF: 60649504399 - MATRÍCULA: 22200181469598 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000130165314 - NOME SUBSTITUÍDO: GUILHERME AMORIM MONTENEGRO - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: N - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 13/06/2023 a 30/06/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 215,07; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 215,07 ( DUZENTOS E QUINZE REAIS E SETE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23064676 - EEMTI PROFESSORA ADALGISA BONFIM SOARES e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 139/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23072750 - EEEP JUAREZ TÁVORA. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: RENATA REBOUCAS DA SILVA - CPF: 60507260350 - MATRÍCULA: 2220018146846X - CARGO: PROF CTPD 7 SEMESTRE - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 2200019794072X - NOME SUBSTITUÍDO: MIRIAN SILVA DE OLIVEIRA UCHOA - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I T - CH SEMANAL: 40 - CH MENSAL: 200 - VALOR HORA-AULA: R\$ 22,10275 - PERÍODO: 20/09/2023 a 18/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 4420,55; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 8.693,75 ( OITO MIL E SEISCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23072750 - EEEP JUAREZ TÁVORA e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 140/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23272058 - EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: JACQUELINDA CARVALHO BARROS VILLA - CPF: 62623419353 - MATRÍCULA: 22200181112169 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 2220018095834X - NOME SUBSTITUÍDO: IARA MACHADO DE ALBUQUERQUE CAMPELO - JUSTIFICATIVA: Férias Após Licença Maternidade - CRITÉRIO: EDITAL GERAL 009/2021 - TURNO: I - CH SEMANAL: 20 - CH MENSAL: 100 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 04/09/2023 a 03/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2389,69; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 2.381,98 ( DOIS MIL E TREZENTOS E OITENTA E UM REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23272058 - EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO e os Professores constantes neste extrato

**LOTE 141/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23233168 - EEFM SÃO FRANCISCO DE ASSIS - CANINDEZINHO. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: MOACIR GOMES DE MORAIS JUNIOR - CPF: 74199374353 - MATRÍCULA: 22200181473722 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200181068291 - NOME SUBSTITUÍDO: NAYANNE NILLYAN OLIVEIRA MONTEIRO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: M - CH SEMANAL: 3 - CH MENSAL: 15 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 21/09/2023 a 19/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 358,45; MOACIR GOMES DE MORAIS JUNIOR - CPF: 74199374353 - MATRÍCULA: 22200181473730 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22200180979754 - NOME SUBSTITUÍDO: NAYANNE NILLYAN OLIVEIRA MONTEIRO - JUSTIFICATIVA: Licença à Gestante - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: T - CH SEMANAL: 2 - CH MENSAL: 10 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23,89690 - PERÍODO: 21/09/2023 a 19/11/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 238,97; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 3.524,79 ( TRÊS MIL E QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23233168 - EEFM SÃO FRANCISCO DE ASSIS - CANINDEZINHO e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 11 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\* \*



**EXTRATO AOS TERMOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES - SEFOR 3 - FORTALEZA  
PROCESSO Nº07819619/2023 - ADITIVO  
LOTE 142/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação / ESCOLA: 23069511 - EEMTI ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATADOS: o(s) **PROFESSOR(ES)**: AYLÁ MARIA SANTOS DE MENDONÇA - CPF: 00087045389 - MATRÍCULA: 22200181428506 - CARGO: PROF CTPD LIC PLENA - TIPO: HORA-AULA - MOTIVO: LICENÇA - MATRÍCULA SUBSTITUÍDO: 22000148076912 - NOME SUBSTITUÍDO: TANIA CRISTINA BAIER STEFANO - JUSTIFICATIVA: Licença para Tratamento de Saúde - CRITÉRIO: EDITAL 006/2022 - TURNO: I - CH SEMANAL: 18 - CH MENSAL: 90 - VALOR HORA-AULA: R\$ 23.89690 - PERÍODO: 17/08/2023 a 15/10/2023 - VALOR MENSAL: R\$ 2150,72; - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo **alterar as cláusulas segunda e quarta da contratação de professores por tempo determinado**, para as Unidades Escolares da Rede Pública do Estado - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei complementar nº 22, de 24 julho de 2000, e alterações regulamentadas na Lei nº 173 de 03/08/2017, que regulamentou o artigo 154 da Constituição do Estado do Ceará - FORO: Fortaleza/CE - VALOR GLOBAL: R\$ 4.232,06 ( QUATRO MIL E DUZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SEIS CENTAVOS ) - ORIGEM DOS RECURSOS: Correrá à conta do orçamento próprio da Secretaria da Educação - SIGNATÁRIOS: O(A) DIRETOR(A) ESCOLAR da Unidade 23069511 - EEMTI ESTADO DO AMAZONAS e os Professores constantes neste extrato. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em 13 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\*\*\*

**Nº DO PROCESSO: NUP 22001.002704/2023-44**

**EXTRATO AO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº090/2021**

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 090/2021, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, s/n, Gal. Afonso Albuquerque Lima, Cambéba, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, a Sra. ELIANA NUNES ESTRELA, portadora do CPF nº 473.400.533-87, RG nº 216562291 SSP-CE, residente e domiciliada em Fortaleza/CE e o **MUNICÍPIO DE MULUNGU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.910.730/0001-79, representado por seu Prefeito, ROBERT VIANA LEITÃO, portador do CPF/MF nº 933.096.353-68, doravante denominado CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 090/2021, com base na justificativa apresentada no processo supracitado, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012, Lei Complementar Estadual nº 178, de 10 de maio de 2018, Decreto Estadual nº 32.811, de 28 de setembro de 2018, Decreto Estadual nº 32.873, de 04 de novembro de 2018, Lei Estadual nº 17.632, de 26 de agosto de 2021, alterada pela Lei nº 18.129, de 23 de junho de 2022, Decreto Estadual nº 34.258/2021, Portaria nº 0606/2021 - GAB, Lei de Diretrizes Orçamentária nº 17.278, de 11 de setembro de 2020 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições: ; II - OBJETO: O presente aditivo tem como objeto a **prorrogação do prazo de vigência do Convênio**, ora aditado, fica prorrogado por mais 183 (cento e oitenta e três) dias, a partir de 30 de junho de 2023 até 29 de dezembro de 2023.; III - VALOR GLOBAL: 0,00 ( ); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento original e seus aditivos.; V - DATA E ASSINANTES: 07 de junho de 2023. ELIANA NUNES ESTRELA - Secretária da Educação, ROBERT VIANA LEITÃO - Prefeito(a) Municipal. TESTE-MUNHAS: I.FRANCISCO BRUNO FREIRE 2.MARCOS AURÉLIO SILVA COLARES. Fortaleza 04 de setembro de 2023.

Marjorie Dionísio Xavier Castellón  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\*\*\*

**TERMO DE COMPROMISSO**

**Nº7/2023 - PROCESSO: Nº22001.010931/2023-43**

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, s/n, Gal. Afonso Albuquerque Lima, Cambéba, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, doravante denominada SEDUC, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, a Sra. ELIANA NUNES ESTRELA, portadora do CPF nº 473.400.533-87, RG nº 216562291 SSP-CE, residente e domiciliada em Fortaleza/CE e o **MUNICÍPIO DE ALTANEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.385.503/0001-71, representado por seu/sua Prefeito(a), FRANCISCO DARIOMAR RODRIGUES SOARES portador(a) do RG nº 20060291027 SSP-CE e CPF nº 170.745.808-13, residente na Rua Padre Luiz Antonio, Altaneira, Cep: 63195-000, doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, com base na justificativa apresentada no processo em epígrafe, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 32.811/2018, Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022, Decreto nº 35.430, de 15 de maio de 2023 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. Constitui objeto deste compromisso a **execução do Programa de Aprendizagem na Idade Certa - Paic Integral**, que tem por objetivo a promoção da aprendizagem na idade certa, bem como o seu fortalecimento com equidade e a universalização do Ensino Fundamental em tempo integral na rede pública municipal de ensino do Estado do Ceará, a partir da cooperação interfederativa, de natureza técnica, pedagógica e financeira. 1.2. Os objetivos do Paic Integral serão desenvolvidos, para incentivar a implementação inicial do tempo integral, em regime de colaboração com as redes municipais de ensino, no período de 2023 a 2026, observando o art. 2º da Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022. 1.2.1. No primeiro ano do programa, a integralização acontecerá nas turmas de 9º ano, em 2023, seguindo-se do 8º ano, em 2024, 7º ano, em 2025, e 6º ano, em 2026”. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA SEDUC Constitui obrigações da Seduc as seguintes: I. Repassar os recursos previstos para o Programa Paic Integral; II. Contribuir para o avanço da alfabetização na idade certa; III. Apoiar as redes municipais em seus processos educacionais; IV. Monitorar a ampliação dos tempos pedagógicos, dos espaços escolares e das oportunidades de aprendizagem a partir da educação em tempo integral dos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública municipal de educação do Ceará. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO Constitui obrigação do Município: I. Garantir matrícula de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal em tempo integral no primeiro ano do programa, sob pena de glosa integral do recurso repassado; II. Nos anos seguintes ao marco inicial do programa, garantir a ampliação da oferta do tempo integral em 20% (vinte por cento) de matrícula em relação ao ano anterior, junto com a ampliação mínima da oferta da matrícula dos demais anos, conforme art. 5º, §2º, inciso II, alíneas “a” a “c”, do Decreto Estadual nº 35.430/2023. III. Anexar aos autos o Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso firmado com a Seduc, no período de convocação para adesão ao Programa; IV. Manter os comprovantes de aplicação dos recursos em boa ordem e de forma discriminada todas as despesas efetuadas com os recursos repassados nos termos do Decreto Estadual nº 35.430/2023, preferencialmente em meio eletrônico, que ficará disponível à fiscalização do órgão repassador dos recursos e dos órgãos de controle interno e externo; V. Adequar, progressivamente, as condições de oferta do tempo integral, com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, a melhoria dos espaços escolares, o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, os cuidados com a higiene e o bem-estar dos alunos, a fim de possibilitar o seu desenvolvimento integral, assegurando a sua permanência na escola e melhores oportunidades de aprendizagem, que atendam as suas necessidades na sociedade atual; VI. Prestar contas dos recursos recebidos referentes ao Programa Paic Integral em até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício anterior. CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DE RECURSOS 4.1. O valor global do Termo de Compromisso é de R\$ 190.000,00, (cento e noventa mil reais) previsto no MAPP 2364, arcando a SEDUC com todo o repasse, a ser repassado em parcelas. 4.2. Os recursos financeiros serão liberados e mantidos em conta bancária específica na instituição financeira Caixa Econômica Federal, indicada pelo município. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA 5.1. O presente Termo de Compromisso vigorará até 31 de dezembro de 2023 a contar a partir da data de sua assinatura. CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO 6.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser alterado por manifestação escrita de qualquer das partes sendo vedado em qualquer hipótese, a modificação do objeto do Termo de Compromisso. 6.2. Compete à Seduc a elaboração da minuta de Termo Aditivo a qual deverá conter expressamente as cláusulas, objeto de alteração. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO 7.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por acordo entre os partícipes, unilateralmente, pelo Estado do Ceará por meio da SEDUC, ou em decorrência de determinação judicial, conforme os termos legais cabíveis. CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 8.1. A prestação de contas deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício anterior; CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO 9.1. O Termo de Compromisso será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de eficácia, início da liberação de recursos e execução das obrigações assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO 10.1. O monitoramento da execução deste instrumento será realizado pela Seduc, com vistas a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo. 10.2. O monitoramento de que trata o item anterior é de responsabilidade do servidor designado como gestor do instrumento, e será realizado tendo como base o instrumento celebrado, o plano de trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros. 10.3. Fica designado(a) o(a) servidor(a) ANTÔNIO CLÉCIO



SOUSA LIMA, matrícula nº 479682-1-6 e CPF nº 880.348.953-34, como gestor, e o(a) servidor(a) SANDRA LIZ MÁXIMO XAVIER, matrícula nº 121099-1-1 e CPF nº 400.517.303-91, como fiscal do presente instrumento. 10.4. A Seduc poderá realizar os procedimentos de checagem, avaliação e revisão dos recursos com base no censo escolar, a qualquer tempo, podendo implicar o cancelamento, a devolução ou a suspensão dos repasses. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1.** As comunicações entre as partes, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente Termo de Compromisso, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste instrumento. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO 12.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza para dirimir litígios oriundos deste instrumento, ficando estabelecida a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica da Seduc. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de setembro de 2023. Eliana Nunes Estrela -Secretaria da Educação, Francisco Dariomar Rodrigues Soares - Prefeito(a) Municipal Testemunhas: 1ª Francisco Bruno Freire, 2ª Aécio de Oliveira Maia. **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, em Fortaleza, 12 de setembro de 2023.

Marjorie Dionísio Xavier Castellón  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COMPROMISSO Nº40/2023 - NUP 22001.004881/2023-65

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, s/n, Gal. Afonso Albuquerque Lima, Cambéa, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, doravante denominada SEDUC, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, a Sra. ELIANA NUNES ESTRELA, portadora do CPF nº 473.400.533-87, RG nº 216562291 SSP-CE, residente e domiciliada em Fortaleza/CE e o **MUNICÍPIO DE CARNAUBAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.732.670/0001-41, representado por seu/sua Prefeito(a), JOSÉ WELITON SOUZA LEITE portador(a) do RG nº 20030051214330 e CPF nº 442.736.813-15, residente na Rua Pedro Antonio de Melo, 250, Centro, Carnaubal, doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, com base na justificativa apresentada no processo em epígrafe, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 32.811/2018, Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022, Decreto nº 35.430, de 15 de maio de 2023 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1.** Constitui objeto deste compromisso a **execução do Programa de Aprendizagem na Idade Certa - Paic Integral**, que tem por objetivo a promoção da aprendizagem na idade certa, bem como o seu fortalecimento com equidade e a universalização do Ensino Fundamental em tempo integral na rede pública municipal de ensino do Estado do Ceará, a partir da cooperação interfederativa, de natureza técnica, pedagógica e financeira. 1.2. Os objetivos do Paic Integral serão desenvolvidos, para incentivar a implementação inicial do tempo integral, em regime de colaboração com as redes municipais de ensino, no período de 2023 a 2026, observando o art. 2º da Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022. 1.2.1. No primeiro ano do programa, a integralização acontecerá nas turmas de 9º ano, em 2023, seguindo-se do 8º ano, em 2024, 7º ano, em 2025, e 6º ano, em 2026. **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA SEDUC** Constitui obrigações da Seduc as seguintes: I. Repassar os recursos previstos para o Programa Paic Integral; II. Contribuir para o avanço da alfabetização na idade certa; III. Apoiar as redes municipais em seus processos educacionais; IV. Monitorar a ampliação dos tempos pedagógicos, dos espaços escolares e das oportunidades de aprendizagem a partir da educação em tempo integral dos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública municipal de educação do Ceará. **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO** Constitui obrigação do Município: I. Garantir matrícula de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal em tempo integral no primeiro ano do programa, sob pena de glosa integral do recurso repassado; II. Nos anos seguintes ao marco inicial do programa, garantir a ampliação da oferta do tempo integral em 20% (vinte por cento) de matrícula em relação ao ano anterior, junto com a ampliação mínima da oferta da matrícula dos demais anos, conforme art. 5º, §2º, inciso II, alíneas “a” a “c”, do Decreto Estadual nº 35.430/2023. III. Anexar aos autos o Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso firmado com a Seduc, no período de convocação para adesão ao Programa; IV. Manter os comprovantes de aplicação dos recursos em boa ordem e de forma discriminada todas as despesas efetuadas com os recursos repassados nos termos do Decreto Estadual nº 35.430/2023, preferencialmente em meio eletrônico, que ficará disponível à fiscalização do órgão repassador dos recursos e dos órgãos de controle interno e externo; V. Adequar, progressivamente, as condições de oferta do tempo integral, com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, a melhoria dos espaços escolares, o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, os cuidados com a higiene e o bem-estar dos alunos, a fim de possibilitar o seu desenvolvimento integral, assegurando a sua permanência na escola e melhores oportunidades de aprendizagem, que atendam as suas necessidades na sociedade atual; VI. Prestar contas dos recursos recebidos referentes ao Programa Paic Integral em até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício anterior. **CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DE RECURSOS 4.1.** O valor global do Termo de Compromisso é de R\$ R\$ 322.000,00, (trezentos e vinte e dois mil reais) previsto no MAPP 2364, arcando a SEDUC com todo o repasse, a ser repassado em parcelas. 4.2. Os recursos financeiros serão liberados e mantidos em conta bancária específica na instituição financeira Caixa Econômica Federal, indicada pelo município. **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA 5.1.** O presente Termo de Compromisso vigorará até 31 de dezembro de 2023 a contar a partir da data de sua assinatura. **CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO 6.1.** O presente Termo de Compromisso poderá ser alterado por manifestação escrita de qualquer das partes sendo vedado em qualquer hipótese, a modificação do objeto do Termo de Compromisso. 6.2. Compete à Seduc a elaboração da minuta de Termo Aditivo a qual deverá conter expressamente as cláusulas, objeto de alteração. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO 7.1.** O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por acordo entre os partícipes, unilateralmente, pelo Estado do Ceará por meio da SEDUC, ou em decorrência de determinação judicial, conforme os termos legais cabíveis. **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 8.1.** A prestação de contas deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício anterior; **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO 9.1.** O Termo de Compromisso será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de eficácia, início da liberação de recursos e execução das obrigações assumidas. **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO 10.1.** O monitoramento da execução deste instrumento será realizado pela Seduc, com vistas a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo. 10.2. O monitoramento de que trata o item anterior é de responsabilidade do servidor designado como gestor do instrumento, e será realizado tendo como base o instrumento celebrado, o plano de trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros. 10.3. Fica designado(a) o(a) servidor(a) MARCOS AURELIO SILVA COLARES, matrícula nº 482138-1-2 e CPF nº 567.435.993-87, como gestor, e o(a) servidor(a) ROSILDA SALES DA SILVA, matrícula nº 160808-1-0 e CPF nº 461.374.323-00, como fiscal do presente instrumento. 10.4. A Seduc poderá realizar os procedimentos de checagem, avaliação e revisão dos recursos com base no censo escolar, a qualquer tempo, podendo implicar o cancelamento, a devolução ou a suspensão dos repasses. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1.** As comunicações entre as partes, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente Termo de Compromisso, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste instrumento. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO 12.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza para dirimir litígios oriundos deste instrumento, ficando estabelecida a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica da Seduc. **DATA DA ASSINATURA:** 05 DE SETEMBRO DE 2023. Eliana Nunes Estrela -Secretaria da Educação, José Weliton Souza Leite - Prefeito(a) Municipal. Testemunhas: 1ª Francisco Bruno Freire, 2ª Aécio de Oliveira Maia. **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, em Fortaleza, 05 de setembro de 2023.

Marjorie Dionísio Xavier Castellón  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº23/2023 - PROCESSO Nº03177604/2023

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com sede nesta capital, no Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora, localizado na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéa, inscrita CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, neste ato representada pela Excelentíssima Secretária da Educação, Sra. ELIANA NUNES ESTRELA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 473.400.533-87, RG nº 216562291 - SSP/CE, residente e domiciliada em Fortaleza/CE e o **MUNICÍPIO DE MONSENHOR TABOSA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.693.989/0001-05, representado por seu Prefeito, FRANCISCO SALOMÃO DE ARAÚJO SOUSA, portador(a) do CPF/MF nº 889.063.293-34, resolvem firmar o presente Termo de Cooperação Técnica, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.666/93, Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. Aquisição de bens materiais** para atendimento ao Centro de Educação Infantil – CEI do Município de Monsenhor Tabosa. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PÚBLICO-ALVO 2.1.** Crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 meses. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO 3.1.** Será parte integrante e indissociável deste instrumento o plano de trabalho. **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO 4.1.** A execução dos trabalhos necessários ao atingimento do objetivo deste Termo de Cooperação será de responsabilidade da SEDUC e do MUNICÍPIO, sendo definidos a partir das necessidades destes, segundo as obrigações dos partícipes definidas no presente Termo, bem como na legislação aplicável à espécie; 4.2. O valor global do Termo de Cooperação Técnica está devidamente especificado no Plano de Trabalho, com previsão no MAPP 2366. **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES 5.1.** Compete à SEDUC: a) Formalizar o Termo de Cooperação Técnica com o Município supracitado; b) acompanhar e fiscalizar, através da CREDE/SEFOR, a execução do objeto deste Termo de Cooperação; c) garantir a compra dos bens materiais para atendimento do Centro de Educação Infantil – CEI, conforme apresentado no Plano de Trabalho; d) responsabilizar-se pela guarda, conservação, controle e distribuição dos bens materiais que forem adquiridos; d) Indicar o(a) gestor(a)



da parceria para que realize o acompanhamento da execução do objeto deste Termo de Cooperação Técnica; e) A responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto neste Termo de Cooperação Técnica, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública estadual à inadimplência do MUNICÍPIO em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do Termo de Cooperação Técnica ou os danos decorrentes de restrição a sua execução. 5.2. Compete ao MUNICÍPIO: a) Formalizar o Termo de Cooperação Técnica com a SEDUC; b) garantir a compra do Parque Infantil para o Centro de Educação Infantil – CEI; c) Oferecer todas as condições necessárias para o cumprimento das obrigações da SEDUC, bem assim lhe prestar colaboração quando solicitada de modo que o Termo de Cooperação Técnica seja executado de acordo com o Plano de Trabalho; d) A responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto neste Termo de Cooperação Técnica, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município à inadimplência da SEDUC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do Termo de Cooperação Técnica ou os danos decorrentes de restrição a sua execução. CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS 6.1. A operacionalização do presente Termo não importará transferência de recursos financeiros de um ente ao outro, ficando a cargo de cada partícipe o custeio próprio para as ações que lhes compete, com fins de atender ao Objeto deste Termo. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES 7.1. O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará até 31 de dezembro de 2025 a partir da data de sua assinatura. Eventuais alterações poderão ser feitas através de termo aditivo, durante a sua vigência, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do Objeto. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO 8.1. Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por quaisquer das partes, desde que se faça a comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO 9.1. A publicação do presente instrumento será efetuada com extrato no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo disposto na legislação vigente. CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO 10.1 Fica designado(a) o(a) servidor(a) SANDRA MARIA RODRIGUES, matrícula nº 12258216 e CPF nº 683.657.303-59, como gestor(a) do presente instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1. As comunicações entre as PARTES, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO 12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para efeito de dirimir questões porventura surgidas na execução do presente Termo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E por estar plenamente de acordo com as responsabilidades aqui assumidas, assina o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma. Fortaleza, 12 de setembro de 2023. ELIANA NUNES ESTRELA - Secretária da Educação, FRANCISCO SALOMÃO DE ARAÚJO SOUSA - Prefeito Municipal. TESTEMUNHAS: 1. Auriluce Cordeiro Maia, 2. Erica Maria Laurentino de Queiroz. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de setembro de 2023.

Marjorie Dionísio Xavier Castellón  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº025/2023 - PROCESSO Nº03175253/2023

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com sede nesta capital, no Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora, localizado na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéa, inscrita CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, neste ato representada pela Excelentíssima Secretária da Educação, Sra. ELIANA NUNES ESTRELA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 473.400.533-87, RG nº 216562291 – SSP/CE, residente e domiciliada em Fortaleza/CE e o MUNICÍPIO DE RUSSAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.535.446/0001-60, representado por seu Prefeito, SÁVIO GURGEL NOGUEIRA, portador(a) do CPF/MF nº 455.601.533-20, resolvem firmar o presente Termo de Cooperação Técnica, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.666/93, Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. **Aquisição de bens materiais** para atendimento ao Centro de Educação Infantil – CEI do Município de Russas. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PÚBLICO-ALVO 2.1. Crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 meses. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO 3.1. Será parte integrante e indissociável deste instrumento o plano de trabalho. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO 4.1. A execução dos trabalhos necessários ao atingimento do objetivo deste Termo de Cooperação será de responsabilidade da SEDUC e do MUNICÍPIO, sendo definidos a partir das necessidades destes, segundo as obrigações dos partícipes definidas no presente Termo, bem como na legislação aplicável à espécie; 4.2. O valor global do Termo de Cooperação Técnica está devidamente especificado no Plano de Trabalho, com previsão no MAPP 2366. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES 5.1. Compete à SEDUC: a) Formalizar o Termo de Cooperação Técnica com o Município supracitado; b) acompanhar e fiscalizar, através da CREDE/SEFOR, a execução do objeto deste Termo de Cooperação; c) garantir a compra dos bens materiais para atendimento do Centro de Educação Infantil – CEI, conforme apresentado no Plano de Trabalho; d) responsabilizar-se pela guarda, conservação, controle e distribuição dos bens materiais que forem adquiridos; e) Indicar o(a) gestor(a) da parceria para que realize o acompanhamento da execução do objeto deste Termo de Cooperação Técnica; e) A responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto neste Termo de Cooperação Técnica, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública estadual à inadimplência do MUNICÍPIO em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do Termo de Cooperação Técnica ou os danos decorrentes de restrição a sua execução. 5.2. Compete ao MUNICÍPIO: a) Formalizar o Termo de Cooperação Técnica com a SEDUC; b) garantir a compra do Parque Infantil para o Centro de Educação Infantil – CEI; c) Oferecer todas as condições necessárias para o cumprimento das obrigações da SEDUC, bem assim lhe prestar colaboração quando solicitada de modo que o Termo de Cooperação Técnica seja executado de acordo com o Plano de Trabalho; d) A responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto neste Termo de Cooperação Técnica, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município à inadimplência da SEDUC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do Termo de Cooperação Técnica ou os danos decorrentes de restrição a sua execução. CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS 6.1. A operacionalização do presente Termo não importará transferência de recursos financeiros de um ente ao outro, ficando a cargo de cada partícipe o custeio próprio para as ações que lhes compete, com fins de atender ao Objeto deste Termo. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES 7.1. O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará até 31 de dezembro de 2025 a partir da data de sua assinatura. Eventuais alterações poderão ser feitas através de termo aditivo, durante a sua vigência, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do Objeto. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO 8.1. Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por quaisquer das partes, desde que se faça a comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO 9.1. A publicação do presente instrumento será efetuada com extrato no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo disposto na legislação vigente. CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO 10.1 Fica designado(a) o(a) servidor(a) SANDRA MARIA RODRIGUES, matrícula nº 12258216 e CPF nº 683.657.303-59, como gestor(a) do presente instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1. As comunicações entre as PARTES, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO 12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para efeito de dirimir questões porventura surgidas na execução do presente Termo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente. E por estar plenamente de acordo com as responsabilidades aqui assumidas, assina o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma. Fortaleza, 12 de setembro de 2023. ELIANA NUNES ESTRELA - Secretária da Educação, SÁVIO GURGEL NOGUEIRA - Prefeito Municipal. TESTEMUNHAS: 1. Auriluce Cordeiro Maia, 2. Erica Maria Laurentino de Queiroz. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de setembro de 2023.

Marjorie Dionísio Xavier Castellón  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL NUP 22001.008880/2023-90

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI TOMÉ GOMES DOS SANTOS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) PRISCILA FRANCA DE SOUZA, matrícula nº 22200181148872, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 02/08/2023, em todas as suas cláusulas, o **contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 02/08/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.008880/2023-90. Paramoti, 02 de agosto de 2023. CREDE 7 - CANINDÉ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 25 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*



**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009480/2023-00**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI PROFESSORA MARIA LUIZA SABOIA RIBEIRO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ANTONIO MARCOS DA SILVA FAUSTINO**, matrícula nº 2220018118707X, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA Fica **rescindido**, a partir de 25/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 01/03/2023, Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.009480/2023-00. Paracuru, 25 de Julho de 2023. CREDE 2 – ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 24 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009477/2023-88**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI PROFESSORA MARIA LUIZA SABOIA RIBEIRO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ANTONIO MARCOS DA SILVA FAUSTINO**, matrícula nº 22200181054118, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA Fica **rescindido**, a partir de 25/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 03/02/2023, Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001009477/2023-88. Paracuru, 25 de Julho de 2023. CREDE 2 – ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 24 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.008711/2023-50**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEP WALTER RAMOS DE ARAÚJO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **JOSÉ CARLOS GONÇALVES SOARES**, matrícula nº 2220018102989X, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 31/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 07/02/2023, Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº NUP 22001.008711/2023-50. São Gonçalo do Amarante, 31 de julho de 2023. CREDE 2 - ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 22 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.007829/2023-61**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI ARACY MAGALHÃES MARTINS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **FÁTIMA BEATRIZ MESQUITA DAMASCENO**, matrícula nº 22200181147515, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 30/06/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 09/02/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no NUP 22001.007829/2023-61. Santa Quitéria, 30 de junho de 2023. CREDE 7 - CANINDÉ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 22 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009191/2023-01**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM MONSENHOR ANTÔNIO FEITOSA, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **CLIVIA MARIA PIO SANTOS**, matrícula nº 2220018123986X, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 02/08/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 12/04/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.009191/2023-01. Missão Velha, 02 de agosto de 2023. CREDE 20 – BREJO SANTO/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.008634/2023-38**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEFM PATRONATO SAGRADA FAMÍLIA, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **THIAGO CESAR MARTINS DO NASCIMENTO**, matrícula nº 22200181261601, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 01/08/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 01/03/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.008634/2023-38. Fortaleza, 01 de agosto de 2023. SEFOR 3 – FORTALEZA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.007935/2023-44**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI MARIA JOSÉ COUTINHO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **MARIA ANTUNES COSTA PEREIRA**, matrícula nº 22200181205868, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA Fica **rescindido**, a partir de 25/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de**



**trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 09/02/2023, Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.007935/2023-44. Quiterianópolis, 25 de Julho de 2023. CREDE 15 - TAUÁ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.008119/2023-58**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM DEPUTADO FERNANDO MOTA, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **FRANCISCO WALLIS SOUSA RODRIGUES**, matrícula nº 22200181081042, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA Fica **rescindido**, a partir de 27/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 07/02/2023, Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001008119/202358. Tejuçuoca, 27 de Julho de 2023. CREDE 2 - ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.008883/2023-23**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI TOMÉ GOMES DOS SANTOS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **PRISCILA FRANCA DE SOUZA**, matrícula nº 22200181148791, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 02/08/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 09/02/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº NUP 22001.008883/2023-23. Paramoti, 02 de agosto de 2023. CREDE 7 - CANINDÉ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 25 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.007936/2023-99**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI MARIA JOSÉ COUTINHO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **GESIANE MARQUES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 22200181131910, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 25/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 01/03/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.007936/2023-99. Quiterianópolis, 25 de julho de 2023. CREDE 15 – TAUÁ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.007836/2023-62**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI ARACY MAGALHÃES MARTINS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **IVANDERLETE MARQUES DE SOUZA**, matrícula nº 22200181147434, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 30/06/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 09/02/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo 22001.007836/2023-62. Santa Quitéria, 30 de junho de 2023. CREDE 7 - CANINDÉ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 01 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.010414/2023-74**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM JOAQUIM MAGALHÃES, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **MARIA ROSILANDIA ALVES DE LIMA**, matrícula nº 22200181032947, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 31/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 07/02/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo NUP 22001.010414/2023-74. Itapipoca, 31 de julho de 2023. CREDE 2 - ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 01 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.010079/2023-12**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM HERMÍNIO BARROSO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **NASTYA ALBUQUERQUE SANTOS**, matrícula nº 22200181051127, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 31/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 07/02/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo NUP 22001.010079/2023-12. Paracuru, 31 de julho de 2023. CREDE 2 - ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 31 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*





**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.008538/2023-90**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da ALMIR PINTO EEM, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ROBERLANY LOPES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 22200181171793, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA Fica **rescindido**, a partir de 02/08/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 02/05/2023, Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.008538/2023-90. Aracoiaba, 02 de Agosto de 2023. CREDE 8 - BATURITÉ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 11 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009478/2023-22**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI PROFESSORA MARIA LUIZA SABOIA RIBEIRO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ANTONIO MARCOS DA SILVA FAUSTINO**, matrícula nº 22200181054169, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA Fica **rescindido**, a partir de 25/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 03/02/2023, Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.009478/2023-22. Paracuru, 25 de Julho de 2023. CREDE 2 – ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009692/2023-89**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI ESTADO DO AMAZONAS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ROMULO HOLANDA CARNEIRO**, matrícula nº 22200181129444, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 07/08/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 01/03/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.009692/2023-89. Fortaleza, 07 de agosto de 2023. SEFOR 3 – FORTALEZA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 05 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009235/2023-94**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI PROFESSOR MIGUEL PORFÍRIO DE LIMA, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **JENUCIE ANGELIM ALVES**, matrícula nº 2220018114169X, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 30/06/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 09/02/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.009235/2023-94. Icó, 30 de junho de 2023. CREDE 17 – ICÓ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009204/2023-33**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM MONSENHOR ANTÔNIO FEITOSA, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **CLÍVIA MARIA PIO SANTOS**, matrícula nº 22200181272204, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 02/08/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 09/02/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.009204/2023-33. Missão Velha, 02 de agosto de 2023. CREDE 20 - BREJO SANTO/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.008417/2023-48**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI EMANUEL, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ANDREZA LEMOS DE ALMEIDA**, matrícula nº 22200181055939, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 31/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 02/02/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.008417/2023-48. Choró, 31 de julho de 2023. CREDE 12 - QUIXADÁ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009705/2023-10**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM RAIMUNDO NONATO RIBEIRO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ANTONIO AMADEU VIANA BARBOSA**, matrícula nº 22200181053553, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 01/08/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 03/02/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo NUP 22001.009705/2023-10. Trairi, 01 de agosto de 2023. CREDE 2 - ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 01 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*



**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL****NUP 22001.010413/2023-20**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM HERMÍNIO BARROSO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **NASTYA ALBUQUERQUE SANTOS**, matrícula nº 22200181177414, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 31/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 27/03/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo NUP 22001.010413/2023-20. Paracuru, 31 de julho de 2023. CREDE 2 - ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 01 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL****NUP 22001.009922/2023-18**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da FILHA DA LUTA PATATIVA DO ASSARÉ EEM, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **FRANCISCA ERICA ALMEIDA ALVES CARDOSO**, matrícula nº 22200179096415, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 29/06/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 10/02/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.009922/2023-18. Canindé, 29 de junho de 2023. CREDE 7 – CANINDÉ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL****NUP 22001.009290/2023-84 PROCESSO Nº06186906/2023**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEP LEOPOLDINA GONÇALVES QUEZADO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **PATRICIA ALVES DE SOUZA LEITE**, matrícula nº 22200181048223, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 30/06/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 07/02/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no NUP 22001.009290/2023-84 PROCESSO Nº06186906/2023. Aurora, 30 de junho de 2023. CREDE 20 – BREJO SANTO/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL****NUP 22001.010231/2023-59 PROCESSO Nº06683551/2023**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM LUIZA BEZERRA DE FARIAS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e de outro lado, pelo PROFESSOR(A) **JOSÉ DENIS FERREIRA MENDONÇA**, matrícula nº 22200181153183, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA Fica **rescindido**, a partir de 20/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 09/02/2023. Avaliação do Núcleo Gestor da unidade escolar que considere não recomendável a permanência do professor na área ou disciplina para a qual foi contratado, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no NUP 22001.010231/2023-59 - PROCESSO Nº06683551/2023. Tururu, 20 de Julho de 2023. CREDE 2 – ITAPIPOCA/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 25 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL****NUP 22001.007963/2023-61 PROCESSO Nº06704982/2023**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI ALDA FÉRRER AUGUSTO DUTRA, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **PEDRO WALLAS SOARES DE ARAÚJO FELIX**, matrícula nº 22200181476012, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 31/07/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 05/06/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 06705040/2023. NUP 22001.007963/2023-61. Lavras da Mangabeira, 31 de julho de 2023. CREDE 17 - ICÓ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 16 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL****NUP 22001.009289/2023-50 PROCESSO Nº06187120/2023**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEP LEOPOLDINA GONÇALVES QUEZADO, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **ANNE CAROLINE LOBO DE LIMA**, matrícula nº 22200181048274, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 30/06/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 07/02/2023. Casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no NUP 22001.009289/2023-50 - PROCESSO Nº06187120/2023. Aurora, 30 de junho de 2023. CREDE 20 – BREJO SANTO/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 14 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL****NUP 22001.008695/2023-03 PROCESSO Nº06835629/2023**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI ARACY MAGALHÃES MARTINS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **FÁTIMA BEATRIZ MESQUITA DAMASCENO**, matrícula nº 22200181147515, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 30/06/2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 09/02/2023. Casos fortuitos ou de



força maior, que impeçam o contratante em prosseguir com o mesmo, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no NUP 22001.008695/2023-03 - PROCESSO Nº06835629/2023. Santa Quitéria, 30 de junho de 2023. CREDE 7 - CANINDÉ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 23 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**  
**NUP 22001.009237/2023-83 - PROCESSO Nº0627222/2023**

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEMTI PROFESSOR MIGUEL PORFIRIO DE LIMA, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) JENUCIE ANGELIM ALVES, matrícula nº 22200181141703, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 30/06/2023, em todas as suas cláusulas, o **contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas, publicado no DOE de 09/02/2023. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no NUP 22001.009237/2023-83 - PROCESSO Nº0627222/2023. Icó, 30 de junho de 2023. CREDE 17 - ICÓ/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 23 de agosto de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

\*\*\* \*\*

**CORRIGENDA**

No Diário Oficial nº 166 SÉRIE 3 ANO XV, 01 DE SETEMBRO DE 2023, que publicou o EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PROCESSO Nº06987623/2023, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação/ EEM MARIANO MARTINS, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ: 07.954.514/0475-12, e a empresa MURIELLE E MURIANE DEDETIZADORA E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 42.981.937/0001-35. **Onde se lê:** VIGÊNCIAO prazo para execução dos serviços aqui pactuados será de 180 (centos e oitenta) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de vigência do presente Contrato será de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação no D.O.E, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, por anuência das partes **Leia-se:** VIGÊNCIAO prazo de vigência do presente Contrato será de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação no D.O.E, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, por anuência das partes. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo para execução dos serviços aqui pactuados será de 180 (centos e oitenta) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Ana Talita Ferreira Alves  
COORDENADORA/ASJUR

**SECRETARIA DA FAZENDA**

**PORTARIA Nº235/2023.**

**INSTITUI AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ**

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de todas as unidades administrativas da Secretaria da Fazenda implementarem e manterem a gestão dos controles de segurança da informação nos seus ambientes de trabalho, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas as políticas de segurança da informação da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI, VII e VIII e IX e X desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de setembro de 2023.

Fabrizio Gomes Santos  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**ANEXO I A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - DIRETRIZ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**SIGLAS**

ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados  
Ascoi - Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria  
Asjur - Assessoria Jurídica  
CSIPD - Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados  
Coafi - Coordenadoria Administrativo-Financeira  
Codip - Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento  
Cogep - Coordenadoria de Gestão de Pessoas  
Cosef - Corregedoria  
Corins - Coordenadoria de Relações Institucionais  
Cotic - Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação  
DPO - Data Protection Officer (Encarregado de Dados)  
GSI - Gestor de Segurança da Informação  
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados  
PSI - Política de Segurança da Informação  
Sefaz - Secretaria da Fazenda  
SGSI - Sistema de Gestão de Segurança da Informação  
SI - Segurança da Informação  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

**1. APRESENTAÇÃO**

1.1. A Política de Segurança da Informação (PSI) é um guia para todas as unidades administrativas da Secretaria da Fazenda (Sefaz) implementarem e manterem a gestão dos controles de segurança nos seus ambientes de trabalho.  
1.2. Este documento integra a PSI e estabelece diretrizes e normas gerais para a gestão da Segurança da Informação (SI) no âmbito da Sefaz.  
1.3. Fornece orientações quanto ao uso adequado de recursos e à proteção de seus ativos, bem como à continuidade dos serviços disponibilizados.  
1.4. Objetiva definir as responsabilidades, as obrigações e os direcionamentos para a gestão da segurança das pessoas, da segurança física e patrimonial e, notadamente, da segurança da informação, a fim de se evitar impactos nocivos e prejudiciais às atividades finalísticas e à gestão da instituição.  
1.5. Além disso, fixa diretrizes para o estabelecimento de controles para a execução dos processos de negócios da Sefaz, em relação ao manuseio e à proteção das informações, acessos não autorizados, sejam eles acidentais ou intencionais, garantindo a continuidade dos serviços e fortalecendo a credibilidade e a imagem da instituição.

**2. ABRANGÊNCIA**

2.1. A PSI deve ser aplicada a todas as unidades da Sefaz, bem como a seus ativos, sejam eles equipamentos, documentos, sistemas de informação ou pessoas, as quais incluem todos os colaboradores.  
2.2. Entendem-se como colaboradores os servidores, consultores externos, estagiários, prestadores de serviços ou a quem quer que venha a ter acesso a dados ou informações da Sefaz, incumbindo a cada um a responsabilidade e o comprometimento em sua aplicação.

**3. PRINCÍPIOS**

3.1. Sem prejuízo dos princípios gerais, explícitos e implícitos, que regem a administração pública, a PSI será norteadada pelos seguintes:

3.1.1. Alinhamento estratégico: deve haver um alinhamento entre as diretrizes, normas e ações de segurança da Sefaz com a sua missão institucional e seu planejamento estratégico.  
3.1.2. Diversidade organizacional: a elaboração de diretrizes, normas e controles de Segurança da Informação da Sefaz deve levar em consideração a diversidade das atividades da instituição, respeitando a natureza e finalidade de cada unidade fazendária.



3.1.3. Garantia da segurança das informações: deve-se sempre buscar a implantação e utilização de controles que busquem garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações na Sefaz e em suas unidades. Esses controles devem incluir a classificação do grau de confidencialidade, disponibilidade e criticidade, bem como uma política para acesso e manuseio das informações.

3.1.4. Propriedade da informação: toda informação produzida ou armazenada na Sefaz é de sua propriedade, e não de seu corpo funcional e daqueles a quem venham prestar-lhes serviços, exceto os casos em que a instituição atue como custodiante da informação, devendo seu uso ser destinado, exclusivamente, a atender aos seus interesses, respeitados os demais ditames legais vigentes.

3.1.5. Conformidade com os aspectos legais: devem ser cumpridas as normas legais e regulamentares de abrangência estadual e federal, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades do estado, com vistas a evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

#### 4. DIRETRIZES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

4.1. Governança: as iniciativas e os projetos das áreas de negócio devem estar alinhados com a PSI e com os princípios e diretrizes de segurança da informação, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

4.2. Responsabilidade e Comprometimento: todos os colaboradores da Sefaz, em qualquer vínculo, função ou nível hierárquico, são responsáveis pela proteção e salvaguarda dos ativos físicos, tecnológicos e de informações de que sejam usuários, dos ambientes físicos e computacionais a que tenham acesso, independentemente das medidas de segurança implementadas.

4.3. Conflitos: na existência de conflito entre os controles de segurança e uma necessidade de negócio específica, um novo cenário de controle deve ser analisado e implementado a fim de viabilizar os objetivos da organização, havendo ainda a necessidade de registro da aceitação dos riscos remanescentes por parte da administração.

4.4. Gestão de Riscos: todos os ativos, processos, produtos e serviços desenvolvidos, adquiridos, implementados ou disponibilizados devem ser submetidos a um processo formal de identificação, análise, verificação de vulnerabilidades, avaliação e tratamento de riscos, visando atingir o grau de segurança adequado para a Sefaz, a fim de possibilitar a adoção de medidas de forma proporcional à criticidade dos riscos envolvidos.

4.5. Gestão de Continuidade: a Sefaz deve estabelecer um conjunto de estratégias e planos de ação documentados, testados e revisados periodicamente, de maneira a garantir que os seus serviços essenciais sejam devidamente identificados, preservados e entregues diante da ocorrência de incidentes, até a normalização da situação.

4.6. Classificação e Tratamento da Informação: todas as informações e os respectivos recursos tecnológicos que as suportam devem ser classificados de acordo com seu grau de sigilo e receberem o devido tratamento para assegurar sua proteção durante todo o ciclo de vida.

4.7. Controle de Acessos: o acesso aos ambientes físicos e lógicos da Sefaz deve ser controlado, registrado e monitorado, com base nos princípios da necessidade de conhecer e do privilégio mínimo para o desempenho das atividades profissionais.

4.8. Notificação, Registro e Tratamento de Incidentes: os colaboradores da Sefaz devem reportar imediatamente, por meio da central de atendimento aos usuários, quaisquer incidentes de segurança que tomaram conhecimento, de modo que possam ser registrados, avaliados e tratados.

4.9. Auditoria e Conformidade: periodicamente, a Sefaz deverá auditar a prática de SI, de forma a avaliar a conformidade de ações de seus colaboradores em relação ao estabelecido pela PSI e pela legislação aplicável.

4.10. Monitoramento: a Sefaz reserva-se o direito de monitorar o acesso e a utilização de seus ambientes físicos, assim como dos ambientes, equipamentos e sistemas tecnológicos, de forma que ações indesejáveis ou não autorizadas sejam detectadas proativamente.

4.11. Treinamento e Conscientização: todos os colaboradores devem conhecer a PSI e ser capacitados regularmente por meio de campanhas de conscientização e treinamentos, de acordo com suas funções, garantindo assim maior efetividade e eficácia das ações de segurança da instituição.

4.12. Revisão e Análise Crítica: o conjunto de documentos que compõem a PSI da Sefaz devem passar por revisões e análises críticas periódicas, ou sempre que ocorrer fato ou evento relevante que motive sua revisão antecipada.

#### 5. PAPEIS E RESPONSABILIDADES

A Segurança da Informação é dever e compromisso de todos. Os papéis e responsabilidades são os seguintes:

##### 5.1. Usuários

5.1.1. Respeitar integralmente a PSI;

5.1.2. Responder pela guarda e proteção dos recursos computacionais colocados à sua disposição para a realização das suas atividades;

5.1.3. Responder pelo uso exclusivo e intransferível de suas credenciais de acesso lógico ou físico, como senhas, biometria, crachás, tokens, dentre outros;

5.1.4. Informar ao DPO os incidentes em segurança da informação relativos ao tratamento de dados pessoais a que se refere a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD);

5.1.5. Relatar prontamente ao superior imediato ou à central de atendimento aos usuários qualquer fato ou ameaça que possa comprometer a SI, como, por exemplo, utilização inadequada de recursos, quebra da segurança, mau funcionamento, vulnerabilidades, etc.

##### 5.2. Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados

5.2.1. Promover a elaboração, atualização, validação e divulgação da PSI, conforme surjam mudanças tecnológicas, operacionais, físicas e humanas que possam impactar os processos de negócios, de forma a garantir a continuidade do negócio nas indisponibilidades dos recursos críticos;

5.2.2. Supervisionar a execução da PSI, estabelecendo critérios que permitam o seu monitoramento e a sua avaliação, bem como o cumprimento dos controles envolvidos;

5.2.3. Determinar monitoramentos e auditorias da PSI, em conformidade com as principais normas de referência existentes, bem como com a eficácia e a efetividade dos controles adotados;

5.2.4. Promover a elaboração e a implantação de planos de continuidade de negócios e planos de recuperação de desastres;

5.2.5. Disseminar a cultura de SI em todos os ambientes da Sefaz, propondo campanhas de conscientização sobre ela;

5.2.6. Deliberar sobre assuntos relativos à aplicação do conteúdo da PSI, bem como dar encaminhamento aos casos de descumprimento dos seus normativos;

5.2.7. Instituir equipe de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos.

##### 5.3. Gestor de Segurança da Informação - GSI

5.3.1. Presidir o Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados;

5.3.2. Coordenar a elaboração da PSI e das normas internas de SI da Sefaz;

5.3.3. Assessorar a alta administração na implementação da PSI;

5.3.4. Manter o CSIPD informado da ocorrência de incidentes de SI no ambiente corporativo de TIC, bem como as ações de contenção e correção adotadas, em caráter emergencial ou definitiva;

5.3.5. Propor ao CSIPD os recursos necessários às ações de SI;

5.3.6. Coordenar e executar as ações de SI no âmbito de sua atuação;

5.3.7. Coordenar o monitoramento e os trabalhos de auditoria sobre a gestão da SI.

##### 5.4. Área de Governança em SI e Privacidade de Dados

5.4.1. Gerenciar e monitorar o SGSI da Sefaz, bem como propor as adaptações necessárias para garantir a melhoria contínua desse sistema de gestão;

5.4.2. Propor a edição dos atos normativos necessários à execução da PSI;

5.4.3. Apresentar ao CSIPD proposta de revisão da PSI, de modo a atualizá-la frente a novos requisitos;

5.4.4. Planejar, executar e monitorar as atividades relativas ao estabelecimento dos objetivos de segurança da informação, que devem ser consistentes com a PSI, mensuráveis, comunicados e atualizados conforme apropriado, definindo quais recursos serão necessários, quem serão os responsáveis, os prazos de conclusão e os critérios de avaliação dos resultados;

5.4.5. Apoiar as unidades da Sefaz na definição e implementação de processos de trabalho e de procedimentos necessários à proteção de suas informações;

5.4.6. Monitorar e avaliar periodicamente as práticas de SI adotadas pela Sefaz;

5.4.7. Analisar, acompanhar e avaliar os projetos e as principais iniciativas de caráter institucional, relacionadas à SI, das diferentes coordenadorias da Sefaz;

5.4.8. Elaborar e implementar programas sobre SI destinados à conscientização e à capacitação, estimulando ações de capacitação e de profissionalização dos colaboradores em temas relacionados à SI;

5.4.9. Coordenar, com o apoio das demais unidades competentes, ações permanentes voltadas à divulgação, treinamento, educação e conscientização sobre a PSI e as demais normas internas de SI do órgão;

5.4.10. Coordenar e avaliar o tratamento dos incidentes em SI, com vistas a identificar os motivos que levaram ao comprometimento da SI;

5.4.11. Articular-se com centros de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos, acompanhando os trabalhos da equipe de resposta, bem como as medidas de contenção e correção adotadas;

5.4.12. Estabelecer os requisitos mínimos de segurança para o uso dos produtos que incorporem recursos de SI, de modo a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação;

5.4.13. Incentivar estudos de novas tecnologias, bem como seus eventuais impactos relacionados à SI;

5.4.14. Planejar, executar e acompanhar as atividades de monitoramento e auditoria de conformidade da PSI às principais normas de referência existentes, bem como a eficácia e efetividade dos controles de SI adotados;

5.4.15. Acompanhar a aplicação de ações corretivas e administrativas cabíveis nos casos de violação da SI;



5.4.16. A aplicação das competências indicadas nesta seção observará, no que couber, as competências inerentes às demais unidades da Sefaz.

5.5. Data Protection Officer - DPO

5.5.1. Cuidar das questões referentes à proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da Sefaz;

5.5.2. Aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados pessoais, prestar-lhes esclarecimentos e adotar providências;

5.5.3. Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ou órgão/entidade que venha a assumir as suas competências, e adotar providências;

5.5.4. Orientar os colaboradores sobre as práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

5.5.5. Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares, inclusive aquelas emitidas pela ANPD, ou órgão/entidade que venha a assumir as suas competências.

5.6. Gestor da Unidade

5.6.1. O gestor imediato da unidade deve observar todas as atribuições determinadas em normativo específico.

5.7. Gestor de Sistema e Gestor de Processo

5.7.1. Comunicar ao DPO sobre a ocorrência de incidentes de SI relacionados aos sistemas ou processos sob sua gestão que possam ter comprometido dados pessoais ou à central de atendimento de usuários em caso de outros incidentes;

5.7.2. Priorizar as correções de vulnerabilidades de segurança de SI em sistemas ou processos sob sua gestão;

5.7.3. Gerir as informações geradas pelos sistemas ou processos sob sua gestão, de forma a participar de discussões sobre a governança, privacidade e integridade dos dados envolvidos.

5.7.4. Ao Gestor de Sistema, compete ainda realizar a gestão de usuários, grupos e permissões seguindo os preceitos do privilégio mínimo e da segregação de funções.

5.8. Secretário da Fazenda e Secretários Executivos

5.8.1. Instituir um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), designando formalmente os papéis elencados nesta norma, assegurando que as responsabilidades e autoridades destes papéis sejam atribuídas e comunicadas.

5.8.2. Comprometer-se com a PSI e apoiar os seus princípios e diretrizes;

5.8.3. Disseminar, permanentemente, a PSI em toda a Sefaz;

5.8.4. Garantir o cumprimento da PSI, inclusive disponibilizando recursos necessários para tanto;

5.8.5. Assegurar o monitoramento do desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados da PSI e das normas internas de SI;

5.8.6. O exercício dos papéis e responsabilidades elencadas nesta norma pressupõe a instituição formal destes pela Sefaz.

## 6. NORMAS QUE COMPÕEM A PSI

As Normas de SI aplicáveis à Sefaz estão definidas para abranger as três disciplinas da SI (segurança de pessoas, segurança da informação e segurança física e patrimonial), a saber:

6.1. Diretrizes de Segurança da Informação – estabelece princípios, diretrizes, normas gerais, papéis e responsabilidades para a gestão de SI na Sefaz.

6.2. Norma de Segurança Física – detalha os requisitos de segurança física, ambiental e de integridade do indivíduo.

6.3. Norma de Gestão de Pessoas – orienta os processos de trabalho da Sefaz em relação à gestão de pessoas (contratação, transferência, afastamento, treinamento, entre outros).

6.4. Norma de Responsabilidade para Gerentes – explicita os controles e as responsabilidades que devem ser conhecidos e seguidos por todos os colaboradores que exerçam funções gerenciais.

6.5. Norma de Gestão de Incidentes – detalha as regras que asseguram que um enfoque consistente e efetivo seja aplicado à gestão de incidentes de segurança.

6.6. Norma de Gestão do Sistema Corporativo de Circuito Fechado de TV - CFTV – prover transparência e segurança aos colaboradores e usuários no que concerne à implantação e ao funcionamento do sistema de CFTV.

6.7. Norma de Uso de Recursos de Informática – detalha os requisitos de segurança para utilização dos recursos de informática, pelos usuários.

6.8. Norma de Uso da Internet – detalha os requisitos de segurança para uso da Internet por meio do ambiente informatizado da Sefaz.

6.9. Norma de Uso do Correio Eletrônico – detalha os requisitos de segurança para uso do Correio Eletrônico institucional da Sefaz.

6.10. Norma de Controle de Acesso Lógico – detalha os requisitos de segurança relativos ao controle de acesso ao ambiente informatizado e à rede da Sefaz.

6.11. Norma de Cópias de Segurança – detalha os requisitos de segurança relativos ao processo de elaboração de cópias de segurança dos dados e informações da Sefaz e do plano de continuidade do negócio.

6.12. Norma de Gestão das Operações de TI – detalha os requisitos de segurança relativos à gestão do ambiente informatizado da Sefaz.

6.13. Norma de Gestão de Ativos e Classificação da Informação – detalha os requisitos de segurança e de proteção relativos ao processo de gestão de ativos e à classificação quanto ao grau de sigilo das informações da Sefaz.

6.14. Norma de Gestão de Conformidade – detalha critérios que garantam que a prática de SI da Sefaz está em conformidade legal, técnica e com as normas e políticas de segurança da informação estabelecidas pela instituição.

6.15. Norma de Acesso às Redes sem Fio – detalha os requisitos de segurança para a utilização da rede sem fio disponibilizada pela Sefaz.

6.16. Norma de Privacidade e Proteção de Dados – detalha os requisitos de segurança para o gerenciamento do tratamento de dados pessoais.

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A Sefaz define como permanente a existência do Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados, o qual será coordenado pelo Gestor de Segurança da Informação, que o presidirá, devendo ser, no mínimo, composto pelos seguintes integrantes:

Gestor de Segurança da Informação da Sefaz;

Representante da Ascoi;

Representante da Asjur;

Representante da Cosef;

Representante da Cotic;

Representante da Cogep;

Representante da Coafi;

Representante da Codip;

Representante da Corins;

Representante da Secretaria Executiva da Receita;

Representante da Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais;

Data Protection Officer - DPO.

7.2. A participação no Comitê não enseja remuneração de qualquer espécie, sendo considerada serviço público relevante.

7.3. A organização e o funcionamento do Comitê serão dispostos em regimento interno por ele aprovado.

7.4. Os membros titulares do Comitê serão substituídos pelos respectivos suplentes, em suas ausências ou impedimentos.

7.5. O CSIPD é um comitê de caráter técnico e consultivo, focado em SI, devendo submeter as suas decisões ao Comitê Executivo da Secretaria da Fazenda.

7.6. Enquanto não instituído formalmente o CSIPD, todos os assuntos pertinentes ao tema serão deliberados pelo Comitê de Integridade da Sefaz.

## 8. EXCEÇÕES

8.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas quanto à aplicação da PSI serão resolvidos pelo CSIPD.

## 9. PENALIDADES

9.1. O não cumprimento da PSI por parte dos colaboradores poderá acarretar sanções cíveis, penais e/ou administrativas, notadamente, as previstas no Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Ceará (lei 9.826/74), no Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual (Decreto Estadual n.º 31.198/2013) e no Termo de Compromisso de Estágio.

## 10. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

10.1. Norma de Acesso às Redes Sem Fio

10.2. Norma de Cópias de Segurança

10.3. Norma de Gestão de Conformidade

10.4. Norma de Uso da Internet

10.5. Norma de Gestão de Pessoas

10.6. Norma de Controle de Acesso Lógico

10.7. Norma Gestão dos Canais de Comunicação Corporativa

10.8. Norma de Uso de Recursos de Informática

10.9. Norma de Gestão do Sistema Corporativo de Circuito Fechado de TV - CFTV

10.10. Norma de Responsabilidades para Gestores

10.11. Norma de Gestão das Operações de Tecnologia da Informação



- 10.12. Norma de Classificação da Informação
- 10.13. Norma de Segurança Física
- 10.14. Norma de Gestão de Incidentes
- 10.15. Norma de Desenvolvimento Seguro
- 11. REVISÕES

11.1. Esta norma será revisada conforme o entendimento do CSIPD, preferencialmente com periodicidade anual, ou na ocorrência de evento relevante que justifique a sua revisão de forma antecipada.

#### ANEXO II A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA DE ACESSO ÀS REDES SEM FIO

##### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento visa estabelecer e difundir a Norma de Acesso às Redes Sem Fio, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), definindo critérios que orientem a conduta dos usuários com relação ao uso adequado do serviço de acesso à internet, de forma a otimizar o uso desse recurso bem como preservar a segurança da instituição.

##### 2. ABRANGÊNCIA

2.1. A Norma de Acesso às Redes Sem Fio abarca as quatro diferentes redes de acesso à internet disponibilizadas pela Sefaz a diferentes grupos de usuários, denominadas:

- a. Rede de Visitantes.
- b. Rede de Colaboradores.
- c. Rede de Transportadores.
- d. Rede Institucional.

##### 3. NORMAS DE USO DA INTERNET

###### 3.1. Normas Gerais

3.1.1. A Sefaz fornecerá acesso à internet aos seus diversos públicos de interesse através de diferentes redes sem fio, as quais serão, doravante, denominadas:

- a. Rede de Visitantes.
- b. Rede de Colaboradores.
- c. Rede de Transportadores.
- d. Rede Institucional.

3.1.2. Com exceção da Rede Institucional, as mencionadas redes serão destinadas ao exclusivo serviço de acesso à internet oferecido por meio de uma infraestrutura de rede sem fio segregada da rede de dados corporativos.

3.1.3. O tráfego de dados no canal da infraestrutura das redes sem fio deverá ser criptografado de forma a proteger estes dados contra acessos não autorizados.

3.1.4. Com exceção da Rede Institucional, nenhum recurso da rede interna corporativa (intranet), sejam dados ou sistemas, deverá estar disponível por meio das redes sem fio.

3.1.5. Todos os usuários destas redes sem fio deverão ser previamente identificados e cadastrados, de maneira a viabilizar que os acessos possam ser monitorados e auditados através da solução de controle de acesso à rede.

3.1.6. Ao solicitar o acesso, o usuário deverá concordar e se comprometer a cumprir os termos da Política de Segurança da Informação (PSI), em especial os deste documento.

3.1.7. Por critério de oportunidade e conveniência, o serviço de acesso às redes sem fio poderá ser revogado a qualquer tempo, em caráter total ou parcial.

3.1.8. A Sefaz não se responsabilizará por danos de qualquer ordem causados ou sofridos pelos usuários durante a utilização da internet por meio das redes sem fio por ela disponibilizadas.

###### 3.2. QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE ACESSO

###### 3.2.1. Rede de Visitantes

3.2.1.1. Esta rede é destinada aos visitantes localizados presencialmente em uma das unidades fazendárias.

3.2.1.2. O acesso para visitantes será concedido por meio de um colaborador devidamente autorizado.

3.2.1.3. Para cada visitante será concedido um perfil de acesso conforme as necessidades de utilização da rede.

3.2.1.4. O colaborador responsável pelo pedido de acesso deverá registrar, além da própria identificação, no mínimo as seguintes informações:

- a) Nome completo;
- b) CPF;
- c) Tempo de acesso;
- d) Perfil de acesso.

3.2.1.5. Ao visitante será dado um voucher (passe) que irá informar o tipo e o tempo de acesso conforme o perfil solicitado.

3.2.1.6. O voucher será único, pessoal e intransferível, sendo válido apenas para o perfil atribuído.

###### 3.2.2. Rede de Colaboradores

3.2.2.1. Esta rede é destinada ao uso de colaboradores que possuam acesso ativo à rede corporativa da Sefaz e estejam na unidade para realização de atividades laborais.

3.2.2.2. O acesso para colaboradores se dará por meio de uma conexão que deve ser transferida para um Portal Captivo, com acesso seguro e criptografado.

3.2.2.3. Neste portal deverá ser inserido pelo usuário o endereço de e-mail substituindo o nome de usuário pela matrícula (exemplo: matrícula@sefaz.ce.gov.br).

3.2.2.4. Após a inserção dos dados no Portal Captivo, os dados para acesso serão enviados ao e-mail cadastrado.

3.2.2.5. O acesso à rede será por tempo determinado, expirando após um prazo previamente definido.

3.2.2.6. Após a expiração do acesso, uma nova solicitação deverá ser realizada, gerando uma nova senha a ser enviada ao e-mail do solicitante.

###### 3.2.3. Rede de Transportadores

3.2.3.1. Esta rede é destinada ao uso de transportadores localizados presencialmente nos postos fiscais da Sefaz e sujeitos à Administração Fazendária.

3.2.3.2. O acesso para transportadores se dará por meio de uma conexão que deve ser transferida para um Portal Captivo, com acesso seguro e criptografado.

3.2.3.3. No Portal Captivo deverão ser inseridas pelo usuário minimamente as seguintes informações:

- a) CPF;
- b) Número da ação fiscal.

3.2.3.4. O objetivo desta rede é possibilitar a emissão de documentos fiscais e permitir o pagamento de tributos e multas pelos transportadores.

###### 3.2.4. Rede Institucional

3.2.4.1. A Rede Institucional será acessada apenas por colaboradores da Sefaz no desempenho de suas atividades laborais.

3.2.4.2. Somente equipamentos devidamente homologados pela Sefaz poderão acessar essa rede.

3.2.4.3. Para obter o acesso, o colaborador deverá abrir um chamado na central de atendimento aos usuários solicitando a configuração do equipamento, que deverá ser aprovado pelo gestor imediato.

3.2.4.4. A conexão sem fio ficará disponível após a autenticação na rede local, utilizando as mesmas credenciais de acesso à esta rede.

3.2.4.5. O certificado utilizado para validar o acesso deverá ter prazo de expiração pré determinado.

###### 3.3. QUANTO AO USO ADEQUADO

3.3.1. Quando da utilização das redes sem fio os usuários deverão concordar e comprometer-se a cumprir os termos da PSI.

3.3.2. Os usuários da Rede de Transportadores poderão fazer uso de apenas um dispositivo pessoal com interface de rede sem fio para a emissão de documentos fiscais e o pagamento de tributos pelos transportadores.

3.3.3. Os demais usuários poderão fazer uso de até dois dispositivos pessoais com interface de rede sem fio para ter acesso às redes disponibilizadas.

3.3.4. Os equipamentos homologados pela Sefaz poderão acessar, dentre as redes sem fio disponibilizadas, única e exclusivamente a Rede Institucional, podendo o usuário que não observar tal regimento responder administrativa e/ou judicialmente.

3.3.5. A configuração de dispositivo pessoal para acesso das redes sem fio disponibilizadas ficará única e exclusivamente a cargo do usuário.

3.3.6. Com exceção da Rede Institucional, é vedado o tráfego de informações internas ou sigilosas da instituição pelas redes sem fio.

3.3.7. Os usuários deverão analisar e respeitar todas as políticas, contratos, avisos, termos de uso, termos de privacidade, dentre outros aos quais tiverem conhecimento ao acessarem a sites de terceiros.

###### 3.4. A suspeita de ações maliciosas deverá ser tratada nos termos da Norma de Gestão de Incidentes. QUANTO ÀS RESTRIÇÕES DE USO

3.4.1. O conteúdo de internet acessível a cada usuário será baseado em perfis pré-estabelecidos associados ao respectivo acesso concedido.

3.4.2. A definição de perfis de acesso para cada rede existente, contemplando as categorias de sites ou de aplicativos dos quais o acesso seja permitido, o tempo de expiração das conexões, dentre outros, deverão constar em procedimento a ser elaborado pela equipe técnica e aprovado pelo Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados (CSIPD).

3.4.3. Toda solicitação de exceção deverá ser registrada, analisada e aprovada pela equipe técnica responsável antes da liberação de acesso à rede sem fio.





3.4.4. Os tipos de uso relacionados a seguir não são permitidos para as redes sem fio disponibilizadas:

- 3.4.4.1. Violação de direitos autorais;
- 3.4.4.2. Violação de direitos relacionados à intimidade e à privacidade;
- 3.4.4.3. Comprometimento do sigilo das informações da Sefaz ou de qualquer órgão, entidade ou empresa de caráter público ou privado;
- 3.4.4.4. Violação à proteção de dados pessoais conferida pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- 3.4.4.5. Atividade, por meio de qualquer ato, de hostilidade eletrônica, como, por exemplo: acesso indevido a dados de páginas internet ou servidores de hospedagem; invasão, cópia, alteração ou destruição de informações armazenadas em computadores, dispositivos de rede ou equipamentos eletrônicos em geral;
- 3.4.4.6. Difusão de correntes, propagandas comerciais, políticas partidárias, eleitorais, religiosas, boatos, fake news, ou qualquer outra ação classificada como spam;
- 3.4.4.7. Utilização de quaisquer aplicativos ou sistemas que realizam varreduras ou interceptações de pacotes da rede sem prévia autorização;
- 3.4.4.8. Acesso, obtenção, armazenamento, uso ou repasse de conteúdos incompatíveis com os princípios e regras adotados por esta Sefaz, notadamente:
  - o Difamatório, calunioso, injurioso;
  - o Erótico, pedófilo, pornográfico ou de conteúdo adulto;
  - o Político-partidário, ideológico ou eleitoral;
  - o Relativo a incitação à violência e discriminação em geral;
  - o Relacionado a armamento, agentes biológicos, agentes químicos e explosivos ilegais;
  - o Relacionado a comércio de produtos ilegais, contrabando e descaminho;
  - o Relacionado a comércio de animais silvestres ilegais;
  - o Relacionado a drogas, entorpecentes, estimulantes e alucinógenos ilícitos.
- 3.4.4.9. Acesso a sítios maliciosos ligados a cracker, phishing, keyloggers, redes de bots, websites maliciosos, internet profunda (deep web), internet obscura (dark web), download de conteúdo protegido por direitos autorais, torrent, softwares potencialmente indesejados, spyware e crypto miner.
- 3.4.4.10. Download ou transmissão de arquivos que possam sobrecarregar os sistemas ou a infraestrutura de Tecnologia da Informação, como vídeos em resolução superior à necessária ou arquivos de elevado tamanho que não são essenciais ao exercício das atividades finalísticas da instituição.
- 3.4.5. A Sefaz poderá, sempre que entender necessário, vedar o acesso às páginas da internet que não sejam consideradas de interesse da instituição ou que possam comprometer a sua imagem ou a segurança das informações.

### 3.5. QUANTO AO MONITORAMENTO

- 3.5.1. Os serviços oferecidos pelas redes sem fio disponibilizadas pela Sefaz poderão ser monitorados pela equipe técnica a qualquer tempo, sem aviso prévio, com o objetivo de restringir o acesso a conteúdo não aprovado pela instituição conforme restrições de uso constantes na PSI, em especial neste documento ou ainda para solucionar problemas de acessos.
- 3.5.2. Os registros de acesso às redes sem fio disponibilizadas, bem como os endereços de internet acessados pelos usuários poderão ser armazenados por um período mínimo de 01 (um) ano ou enquanto durarem procedimentos administrativos e/ou judiciais.
- 3.5.3. A eventual ausência de monitoramento ou quaisquer falhas aos controles de bloqueio de acesso a conteúdos incompatíveis definidos na PSI, em especial neste documento, não exime os usuários da responsabilidade de observar as orientações de uso estabelecidas.
- 3.5.4. As redes sem fio disponibilizadas poderão ser desativadas, por tempo indeterminado, caso haja algum indicio de tentativa de quebra de segurança ou de outras ações que coloquem em risco as operações ou a imagem da instituição.

### 4. EXCEÇÕES

4.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas serão resolvidos pelo CSIPD.

### 5. PENALIDADES

5.1. Os usuários serão responsáveis por seus atos durante o acesso a redes sem fio disponibilizadas e estarão sujeitos às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.

### 6. ELUCIDÁRIO

- 6.1. Área de TI: Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 6.2. Colaboradores: servidores, consultores externos, estagiários, prestadores de serviços ou a quem quer que venha a ter acesso a dados ou informações da Sefaz.
- 6.3. Crackers: termo usado para designar o indivíduo que pratica a quebra (ou cracking) de um sistema de segurança, de forma ilegal ou sem ética.
- 6.4. Criptografado: processo de transformar informação usando um algoritmo de modo a impossibilitar a sua leitura a todos excepto aqueles que possuam uma identificação particular, geralmente referida como chave.
- 6.5. Crypto Miner: pertence à categoria de código malicioso projetado para sequestrar o poder de processamento ocioso do dispositivo da vítima e usá-lo para minerar criptomoedas. As vítimas não são solicitadas a consentir com tal atividade e podem até mesmo não saber que isso está acontecendo em segundo plano.
- 6.6. Fake News: notícias falsas publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais. Esse tipo de texto, em sua maior parte, é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo.
- 6.7. Internet obscura (Dark Web): refere-se a servidores de rede disponíveis na internet, acessíveis somente através de ferramentas, configurações ou autorizações específicas que dão um elevado nível de anonimato tanto a quem publica os conteúdos como a quem os consulta.
- 6.8. Internet profunda (Deep Web): refere-se ao conteúdo da internet que não faz parte da internet navegável, isso significa que os endereços na Deep Web não são indexados e não são relacionados em motores de busca.
- 6.9. Intranet: rede de computadores de uso exclusivo de uma determinada organização. A intranet é usada pelas empresas para armazenamento de informações e é um importante veículo de comunicação entre seus funcionários.
- 6.10. Keyloggers: programa de computador do tipo spyware cuja finalidade é registrar tudo o que é digitado, quase sempre a fim de capturar senhas, números de cartão de crédito e afins.
- 6.11. Malware: software malicioso, projetado para infiltrar um sistema computacional, com a intenção de roubar dados ou danificar aplicativos ou o sistema operacional. Esse tipo de software costuma entrar em uma rede por meio de diversas atividades aprovadas pela empresa, como e-mail ou sites. Entre os exemplos de malware estão os vírus, worms, trojans (ou cavalos de Troia), spyware, adware e rootkits;
- 6.12. Phishing: técnica de engenharia social usada para enganar usuários de internet usando fraude eletrônica para obter informações confidenciais, como nome de usuário, senha e detalhes do cartão de crédito. O ato consiste em um fraudador se fazer passar por uma pessoa ou empresa confiável enviando uma comunicação eletrônica oficial.
- 6.13. Portal Captivo: aplicativo responsável por controlar e gerenciar o ingresso de usuários em redes públicas e privadas de forma automatizada para gerenciamento do acesso de visitantes. Basicamente, o portal cativo permite que os administradores forneçam acesso à internet mediante repasse de informações, que possibilitem identificação do usuário, tais como nome, e-mail, CPF, ou então através de autenticação por vouchers.
- 6.14. Redes de bots (botnets): rede composta por um grande número de computadores que foram infectados por malwares, com o controle de centenas ou mesmo milhares de computadores. As botnets são geralmente usadas para enviar spam ou vírus, roubar dados pessoais ou executar ataques de DDos.
- 6.15. Spam: é o envio de mensagens geralmente de caráter publicitário, apelativo, e principalmente não solicitadas, incômodas e inconvenientes para uma grande quantidade de pessoas. Na sua forma mais usual, o Spam é uma mensagem de correio eletrônico, porém, é comum sua ocorrência em outros meios eletrônicos.
- 6.16. Spyware: programa automático de computador. É um software destinado a coletar dados de um computador ou outro dispositivo, e encaminhá-los a terceiros sem o consentimento ou o conhecimento do usuário. Muitas vezes, envolve a coleta de dados confidenciais, como senhas e números de cartões de crédito, o monitoramento de pressionamentos de teclas, o rastreamento de hábitos de navegação e a coleta de endereços de e-mail.
- 6.17. Torrent: protocolo de rede que permite ao utilizador realizar downloads (descargas) de arquivos, em geral indexados em websites. Esse protocolo introduziu o conceito de partilhar o que já foi descarregado, maximizando o desempenho e possibilitando altas taxas de transferência, mesmo com um enorme número de usuários realizando downloads de um mesmo arquivo simultaneamente.
- 6.18. Voucher: refere-se a um título, recibo ou documento que comprova o direito a um serviço ou a um produto.

## ANEXO III A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA DE CÓPIAS DE SEGURANÇA

### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento visa a estabelecer e difundir a Norma de Cópias de Segurança, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), definindo critérios que orientem a conduta de produção e proteção de cópias de segurança das informações de propriedade ou custodiadas pela instituição.

### 2. ABRANGÊNCIA

2.1. A Norma de Cópias de Segurança engloba toda a informação em formato digital de propriedade da Sefaz e os seus respectivos suportes, conforme definida nas Diretrizes de Segurança da Informação, exceto as informações que não estejam disponibilizadas nas redes da Sefaz ou em nuvem, como por exemplo os dados alocados em equipamentos de mesa e/ou dispositivos portáteis (desktops, notebooks, tablets, celulares etc.).

### 3. PROCESSO DE CÓPIAS DE SEGURANÇA

3.1. É atribuição da área responsável pela informação/ativo especificar o prazo de retenção, nível de sigilo e demais peculiaridades das respectivas cópias de segurança, observadas as disposições da Política de Segurança da Informação (PSI).



- 3.2. É responsabilidade da Célula de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ceiti) a execução e a documentação de um processo de cópias de segurança dos ativos de informação que sustentam os sistemas de negócio da instituição, que deverá ser periodicamente revisado.
- 3.3. A documentação do processo de cópia de segurança deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- 3.3.1. A abrangência do plano de cópia de segurança, com as respectivas justificativas de inclusão ou exclusão de algum dado e/ou sistema;
- 3.3.2. O plano para garantir os requisitos específicos de segurança da informação (SI) para as cópias de segurança. Tal plano deve contemplar ações para garantir, principalmente, a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações;
- 3.3.3. A frequência de realização das cópias de segurança e as respectivas justificativas para as periodicidades escolhidas;
- 3.3.4. Os tipos de cópia a serem realizadas, podendo ser do tipo completa, incremental ou diferencial;
- 3.3.5. O plano de teste de recuperação/restauração, a fim de detectar eventuais falhas lógicas e físicas, a periodicidade destes e as equipes que participarão dos testes;
- 3.3.6. O tempo de retenção das cópias de segurança, baseado em requisitos legais e na Norma de Gestão de Ativos e Classificação de Informação;
- 3.4. Cópias de segurança de dados e de software de servidores, e de outros sistemas essenciais devem ser regularmente produzidas e armazenadas, preferencialmente em ambiente externo, de forma a garantir a recuperação, no caso de uma falha em um equipamento ou em mídia de armazenamento.
- 3.5. A salvaguarda dos dados em formato digital pertencentes a serviços de tecnologia da informação (TI) da Sefaz, mas custodiados por outras entidades, públicas ou privadas, como nos casos de serviços em nuvem, deve estar garantida nos acordos ou contratos que formalizam a relação entre os envolvidos.
- 3.6. Todos os sistemas críticos, a serem definidos pelas áreas de negócios, devem possuir procedimentos de contingência específicos formalmente definidos que devem ser testados e reavaliados periodicamente.
- 3.7. A frequência da geração das cópias de segurança deve ser determinada de acordo com a criticidade da informação para as operações de negócios da Sefaz, definidos na Norma de Gestão de Ativos e Classificação da Informação.
- 3.8. Cópias de segurança devem ser produzidas, preferencialmente, quando houver uma baixa utilização da rede e dos demais sistemas de informação.
- 3.9. Os recursos necessários à execução das cópias de segurança devem ser verificados de forma antecipada pela área responsável e garantidos durante todo o processo.
- 3.10. O grau de proteção aplicado às informações armazenadas em cópias de segurança deve ser igual ao aplicado à informação original em ambiente de produção.
- 3.11. Todas as cópias de segurança devem identificar a origem da informação e quaisquer outras informações que possibilitem a sua identificação única.
- 4. ARMAZENAMENTO DE CÓPIAS DE SEGURANÇA**
- 4.1. O armazenamento e o acesso às cópias de segurança devem seguir os padrões definidos nas Norma de Controle de Acesso Lógico e Norma de Segurança Física.
- 4.2. O armazenamento de cópia de segurança dos ativos de informação deve preservar os requisitos de segurança da informação, em especial, confidencialidade, integridade e a disponibilidade das informações.
- 4.3. As cópias de segurança devem ser armazenadas: fora do ambiente da Sefaz em salas-cofre especiais que garantam a proteção em caso de incêndio, enchentes e vazamentos de gases, em instituições aprovadas e com os mesmos níveis de proteção da localidade original ou em instalações da própria Sefaz, distintas da localidade original, mas que apresentem os mesmos requisitos previamente definidos, ou ainda em serviços em nuvem que devem garantir os níveis de segurança acordados em contrato.
- 4.4. As cópias de segurança devem ser armazenadas em ambiente compatível às especificações estabelecidas pelo fabricante das mídias utilizadas, tais como limites de temperatura e umidade.
- 4.5. O armazenamento de cópias de segurança deve levar em consideração o tempo de vida útil da mídia utilizada, conforme informado por seu fabricante.
- 5. CÓPIAS DE SEGURANÇA DE SISTEMAS EM DESENVOLVIMENTO**
- 5.1. Durante a fase do desenvolvimento ou manutenção de software, o código-fonte de um sistema deve ser resguardado por cópia de segurança.
- 5.2. O responsável pelo ativo deverá definir quais repositórios de códigos-fonte deverão ser incluídos no processo de cópia e a frequência que as mesmas ocorrerão.
- 5.3. Para os sistemas em produção, nos servidores localizados na estrutura centralizada, a cópia de segurança deve ser atualizada diariamente.
- 5.4. Os níveis dos controles de segurança aplicados às cópias de segurança dos ambientes de desenvolvimento e de homologação devem ser equivalentes aos do ambiente de produção.
- 6. CÓPIAS DE SEGURANÇA DE SERVIDORES, EQUIPAMENTOS DE REDE E DISPOSITIVOS MÓVEIS**
- 6.1. As cópias de segurança de servidores remotos (que não estejam localizados na estrutura centralizada) deverão ser definidas caso a caso, considerando a infraestrutura local de cada uma delas e os recursos disponíveis. As cópias que não puderem aproveitar a infraestrutura existente na estrutura centralizada deverão possuir alternativas locais de infraestrutura para atender aos requisitos da PSI, em especial, desta norma.
- 6.2. Informações críticas armazenadas off-line em dispositivos móveis, como por exemplo: celulares, notebooks, tablets etc., devem ser transferidos pelo responsável para o local apropriado na rede o quanto antes, de modo a assegurar a sua atualização e a devida salvaguarda por meio da cópia de segurança corporativa. Dados armazenados em ambiente fora do padrão estabelecido na Norma de Uso de Recursos de Informática não serão incluídos no processo de cópias de segurança e ficarão a cargo do responsável pelo ativo que os contém.
- 6.3. A Ceiti será responsável por manter atualizado e executar um procedimento para a realização de cópias de segurança das configurações de equipamentos que desempenham tarefas críticas, tais como ativos de conectividade e servidores.
- 6.4. As configurações de ativos deverão ser armazenadas em conformidade com o padrão estabelecido pela Norma de Uso de Recursos de Informática.
- 7. TESTES DAS CÓPIAS DE SEGURANÇA**
- 7.1. A Ceiti será responsável por realizar testes regulares de restauração das cópias de segurança, a fim de detectar eventuais falhas lógicas e físicas e poderá solicitar que o proprietário do ativo participe da validação do processo.
- 7.2. Caso os testes detectem mídias com problema, deve haver um processo para análise e substituição das mesmas, uma nova cópia de segurança deve ser realizada e armazenada em outra mídia e um novo teste deve ser realizado no menor prazo possível.
- 7.3. Os testes devem recuperar toda a informação armazenada nos volumes testados ou validar a condição física da mídia.
- 7.4. Os testes devem ser evidenciados através da geração de um relatório operacional contendo a descrição do processo executado, listagem dos problemas encontrados, data, hora e a identificação das mídias que foram testadas. O relatório deve conter também a identificação do executante, bem como a aprovação da Ceiti.
- 7.5. Os relatórios operacionais devem ser armazenados em repositório com acesso controlado e deve ser retido por um período mínimo de 12 (doze) meses.
- 8. DESCARTE DE CÓPIAS DE SEGURANÇA**
- 8.1. O descarte de mídias utilizadas para armazenar cópias de segurança deve seguir o padrão estabelecido pela Norma de Gestão de Ativos e Classificação da Informação, considerando a classificação das informações nelas contidas.
- 8.2. As atividades de descarte de mídias utilizadas para armazenar cópias de segurança devem ser formalmente aprovadas e registradas de forma a produzir trilhas de auditoria.
- 9. EXCEÇÕES**
- 9.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas serão resolvidos pelo Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD).
- 10. PENALIDADES**
- 10.1. O não cumprimento da Norma de Cópias de Segurança por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.
- 11. ELUCIDÁRIO**
- 11.1. Confidencialidade: Propriedade da informação pela qual não estará disponível ou divulgada a indivíduos, entidades ou processos sem autorização. É a garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada.
- 11.2. Cópia de Segurança Completa: Modalidade de cópia na qual todos os dados são copiados integralmente.
- 11.3. Cópia de Segurança Diferencial: Modalidade de cópia na qual somente os arquivos novos e modificados desde a última cópia de segurança completa são copiados.
- 11.4. Cópia de Segurança Incremental: Modalidade de cópia na qual somente os arquivos novos e modificados desde a última cópia de segurança são copiados.
- 11.5. Disponibilidade: Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- 11.6. Informação Crítica: Informações cuja perda de suas propriedades possam causar grande impacto à instituição.
- 11.7. Integridade: Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- 11.8. Sistemas Críticos: Sistemas da área de negócio que geram grande impacto às atividades finalísticas da instituição caso sofram parada por tempo prolongado.

## ANEXO IV A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA DE GESTÃO DE CONFORMIDADE

## 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento tem por objetivo estabelecer e difundir a Norma de Gestão de Conformidade no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), com a definição de critérios para verificar se a prática, no âmbito desta Administração Fazendária está em conformidade legal, técnica, com as normas e Política de Segurança da Informação (PSI) estabelecidas pela instituição.

## 2. ABRANGÊNCIA

2.1. Esta Norma de Gestão de Conformidade abrange os seguintes tópicos:

- 2.1.1. Conformidade com os requisitos legais;
- 2.1.2. Conformidade e análise crítica da Segurança da Informação;
- 2.1.3. Auditoria de Segurança da Informação.

## 3. CONFORMIDADE COM REQUISITOS LEGAIS

## 3.1. Aspectos Gerais

3.1.1. A Constituição Federal e as normas infraconstitucionais, as quais a Sefaz e seus colaboradores estejam submetidos, devem ser cumpridas no exercício de suas atividades profissionais e na operacionalização de processos de negócio, de sistemas de informação e de Segurança da Informação (SI) da Instituição.

## 3.2. Conformidade com Requisitos Legais e Contratuais

3.2.1. A conformidade com os requisitos legais tem por objetivo evitar violações de quaisquer obrigações legais, estatutárias, regulamentares, contratuais relacionadas à SI e de quaisquer requisitos de segurança.

3.2.2. Os requisitos legais, aos quais os processos de negócio, de sistemas de informações e de SI da Sefaz necessitam estar em conformidade, devem ser definidos, documentados e atualizados.

3.2.3. Os gestores deverão identificar a legislação aplicável aos processos de negócios sob responsabilidade das suas áreas, definindo e documentando controles específicos e responsabilidades individuais, de forma que atenda os requisitos de conformidade em análises críticas independentes de SI.

3.2.4. Os colaboradores devem resguardar as informações pessoais, sob sua custódia, adotando os mecanismos de segurança definidos pela instituição, de forma a garantir a proteção e a privacidade dos dados.

3.2.5. As responsabilidades em SI dos fornecedores de bens e prestadores de serviço, bem como dos funcionários terceirizados, devem ser definidas por meio do estabelecimento de termos de responsabilidade e/ou acordos de confidencialidade, devidamente assinados entre as partes e/ou cláusulas contidas no contrato de trabalho ou de prestação de serviços, que comuniquem e comprovem a prévia ciência, obrigações e sanções inerentes ao processo.

3.2.5.1. Os modelos-padrão dos documentos relacionados neste parágrafo deverão estar disponíveis em repositório central, com a manutenção de suas versões, o que deverá ser objeto de regulamentação.

3.2.5.2. Os servidores da Administração Fazendária terão ciência prévia do disposto neste dispositivo no ato da posse ao cargo público.

## 3.3. CONTRATAÇÃO PARA SOLUÇÕES EM SI

3.3.1. A aquisição de bens e serviços de SI deverá observar os princípios e as regras estabelecidas nos seguintes normativos, sem a exclusão de outros:

- 3.3.1.1. Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 3.3.1.2. Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 3.3.1.3. Lei Federal n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991;
- 3.3.1.4. Lei Estadual n.º 16.727, de 26 de dezembro de 2018;
- 3.3.1.5. Instrução Normativa SEPLAG/CE n.º 01, de 08 de março de 2022.

3.3.2. A aquisição de bens e serviços de SI, quando da utilização de recursos de Organismo Internacional Financeiro, deverá observar, além dos princípios e das regras que regem a licitação e a contratação no âmbito da administração pública, no que couber, os procedimentos específicos impostos por tal organismo internacional.

## 3.4. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

3.4.1. O uso de ativos de informação devem respeitar os direitos de propriedade intelectual da Sefaz e de terceiros, assim como os termos e condições de licenciamento estipulados nos contratos pertinentes.

3.4.2. A instalação e a configuração de recursos de informática devem ser controladas, de forma que somente produtos licenciados, homologados e autorizados sejam utilizados.

3.4.3. As seguintes diretrizes devem ser consideradas para proteger o material que possa ser considerado como propriedade intelectual:

3.4.3.1. A aquisição de software somente por meio de fontes conhecidas e com reputação reconhecida, para assegurar que o direito autoral não seja violado;

3.4.3.2. A conscientização e a educação sobre as políticas de proteção de direitos de propriedade intelectual, bem como a notificação quanto à intenção de tomar ações disciplinares-administrativas, cíveis e penais contra pessoas que violem tais políticas;

3.4.3.3. Abstenção da utilização de softwares não licenciados;

3.4.3.4. Todos os ativos que possuam informações ou licenças de uso que necessitem de proteção dos direitos de propriedade intelectual deverão ser identificados e registrados, de forma que permita o seu monitoramento e controle;

3.4.3.5. A manutenção de evidências acerca do licenciamento para o uso dos recursos de informática e de informações utilizados pela Sefaz e por seus colaboradores;

3.4.3.6. A implementação de controles para assegurar que o número máximo de usuários permitidos, consoante a licença concedida, não a exceda;

3.4.3.7. A condução de verificações e de apurações para que somente produtos de software autorizados e licenciados sejam instalados nas máquinas e computadores de propriedade desta Sefaz;

3.4.3.8. O estabelecimento de procedimento para disposição ou transferência de software para outro ente, entidade ou órgão da administração pública, direta ou indireta, assim como a entes privados;

3.4.3.9. O cumprimento de termos e de condições para uso de software e informações obtidos a partir de redes públicas;

3.4.3.10. Não duplicação, conversão para outro formato ou extração de registros comerciais e de recursos de informática ou informações não permitidas pela lei de direitos autorais;

3.4.3.11. Não utilização de cópia, no todo ou em partes, de livros, artigos, relatórios, códigos-fontes ou outros documentos, além daqueles permitidos pela Lei de Direito de Propriedade Intelectual de Programa de Computador (Lei Federal n.º 9.609, de 19 de fevereiro de 1998) e pela Lei de Direitos Autorais (Lei Federal n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

3.4.4. Os gestores de contrato deverão observar as restrições sobre cópia de material proprietário impostas por requisitos legais, regulamentares e contratuais, visto que, em particular, apenas, o material que está licenciado ou fornecido pelo desenvolvedor à Sefaz pode ser utilizado.

## 3.5. PROTEÇÃO DE REGISTROS

3.5.1. Os registros serão protegidos contra perda, destruição, falsificação, acesso não autorizado e liberação não autorizada, de acordo com os requisitos regulamentares, estatutários, contratuais e do negócio.

3.5.2. Registros que possam ser requeridos para atender a requisitos legais, estatutários, regulamentares e contratuais ou para apoiar as atividades essenciais de negócio da Sefaz devem ser retidos de maneira segura.

3.5.3. Os registros que possam ser exigidos como fontes de prova em processos administrativos, cíveis e criminais para assegurar a defesa do Estado seguirão definições específicas de retenção, de acordo com as normas legais, além das previstas neste normativo.

3.5.4. São exemplos de registros os contábeis, os de base de dados, os de transações, os de auditoria, os procedimentos operacionais, entre outros.

3.5.5. O período de retenção, tipo de mídia de armazenamento (papel, microficha, meio magnético ou óptico), formas de descarte, controle de acesso ou quaisquer outras características pertinentes ao ciclo de vida destes registros devem ser formalmente definidos.

3.5.6. A classificação quanto ao grau de sigilo e proteção corresponderá ao estabelecido na Norma de Gestão de Ativos e Classificação da Informação.

## 3.6. DOS PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DA INTERNET

3.6.1. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas, previstos, notadamente, na Lei Federal n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet e na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD.

3.6.2. Na provisão de conexão à internet, tanto por computadores da Sefaz, quanto por acesso às redes sem-fio, disponibilizadas pela Sefaz, a guarda dos registros de conexão deverá observar as normas estabelecidas no Marco Civil da Internet, na Norma de Acesso às Redes Sem-fio e outros regulamentos.

3.6.3. Cabe ao administrador de sistema respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento.

3.6.4. A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.

## 3.7. PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DE INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

3.7.1. A privacidade e a proteção das informações alusivas à identificação pessoal serão asseguradas e os dados pessoais serão tratados em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais, notadamente, com a Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como de acordo com as determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ou outro órgão/ente público que venha a assumir as suas competências.

### 3.8. REGULAMENTAÇÃO DE CONTROLES DE CRIPTOGRAFIA

3.8.1. Devem ser avaliadas as leis aplicáveis quando do uso de hardware e software para execução de funções criptográficas, visando à conformidade com acordos, leis, regulamentos ou outros instrumentos adotados pelo Brasil ou por países que controlam o uso de criptografia.

### 4. CONFORMIDADE E ANÁLISE CRÍTICA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

#### 4.1. Aspectos Gerais

4.1.1. A análise crítica da segurança da informação tem por objetivo garantir que a SI seja implementada e operada de acordo com as políticas e os procedimentos adotados pela Sefaz.

4.1.2. O cumprimento da PSI deve ser periodicamente submetido à análise crítica independente para garantir a adequação e a eficiência da Política e se as práticas dos colaboradores refletem apropriadamente o que está nela definido.

4.1.3. Devem ser implementados procedimentos informatizados necessários no sentido de ajudar a garantir a observância das políticas e normas que venham a ser instituídas pelo Governo do Estado do Ceará e pela Sefaz, como a PSI e todos os normativos que a integram.

#### 4.2. ANÁLISE CRÍTICA INDEPENDENTE DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

4.2.1. O gerenciamento da SI e a sua implementação serão analisados criticamente, de forma independente, a intervalos planejados ou quando ocorrerem mudanças significativas.

4.2.2. A análise crítica independente será determinada pelo Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD), ou por provocação.

4.2.3. A análise crítica independente é necessária para assegurar a contínua pertinência, adequação e eficácia do enfoque da organização para gerenciar a SI.

4.2.4. Durante os trabalhos relativos à análise crítica independente, deverá ser efetuada a avaliação de oportunidades para a melhoria e a necessidade de mudanças com o enfoque na SI, incluindo a política e os objetivos de controle.

4.2.5. A análise crítica será executada por pessoas independentes da área avaliada.

4.2.5.1. A execução poderá ser realizada pela Área de Governança em SI e Privacidade de Dados ou por outra área a critério do CSIPD.

4.2.5.2. A equipe de análise crítica independente deverá ser composta, obrigatoriamente, por um profissional que possua habilidades e experiência na área de SI ou matéria afim às áreas analisadas desta Sefaz.

4.2.6. Os resultados da análise crítica independente serão registrados e relatados para o CSIPD e serão mantidos em arquivo seguro.

4.2.7. Identificado que a implementação para o gerenciamento da SI é inadequada ou não conforme com as orientações estabelecidas pela SI, o CSIPD tomará as ações corretivas, nos termos da PSI.

#### 4.3. CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

4.3.1. A Área de Governança em SI e Privacidade de Dados deve analisar, de forma crítica, em intervalos regulares, se os procedimentos e o processamento da informação da Sefaz está em conformidade com a PSI e com demais requisitos de SI.

4.3.2. Poderão ser utilizadas ferramentas de notificação e de medições automáticas para mensurar o atendimento adequado aos requisitos de SI.

4.3.3. Achado qualquer situação de não conformidade como resultado da análise crítica, o CSIPD e a Área de Governança em SI e Privacidade de Dados deverão:

4.3.3.1. Identificar as causas de não conformidade;

4.3.3.2. Avaliar a necessidade de ações para atender à conformidade;

4.3.3.3. Implementar ação corretiva apropriada;

4.3.3.4. Analisar criticamente a ação corretiva adotada, com vistas a constatar a sua eficácia e identificar quaisquer deficiências ou fragilidades.

4.3.4. Os resultados das análises críticas e das ações corretivas operadas serão registrados e mantidos em arquivo seguro.

#### 4.4. ANÁLISE CRÍTICA DA CONFORMIDADE TÉCNICA

4.4.1. Os sistemas de informação serão analisados criticamente, em intervalos regulares, para verificar a conformidade com a PSI e suas normas regulamentares.

4.4.2. A execução poderá ser realizada pela Área de Governança em SI e Privacidade de Dados ou por outra área a critério do CSIPD.

4.4.3. A verificação da conformidade técnica envolve a análise dos sistemas operacionais para garantir que controles de hardware e software foram corretamente implementados, o que exige conhecimentos técnicos especializados pela equipe realizadora de testes de invasão e de avaliação de vulnerabilidades.

4.4.4. A verificação de conformidade técnica será analisada de maneira crítica, preferencialmente, com o apoio de uma ferramenta automática, a qual gerará relatórios técnicos para a interpretação pelos especialistas técnicos.

4.4.4.1. Como modo alternativo, análises críticas manuais (auxiliadas por ferramentas de software apropriadas, se necessário) podem ser realizadas por um colaborador com experiência em sistemas ou contratado que possua qualificação técnica adequada e experiência em análise em sistemas de informação.

4.4.4.2. Testes de invasão ou avaliação de vulnerabilidades poderão ser realizados para aferir a conformidade e a confiabilidade dos sistemas de informação, bem como a eficiência na prevenção de acessos não autorizados.

4.4.4.3. Os testes de invasão ou de avaliação de vulnerabilidades deverão ser planejados, documentados e repetidos.

4.4.4.4. No caso de realização dos testes, a unidade administrativa gestora tomará as precauções necessárias, para que tais atividades não conduzam a comprometimento da segurança do sistema.

4.4.5. Os testes de invasão e as avaliações de vulnerabilidades não substituem a avaliação de risco, por fornecer retrato instantâneo para um tempo específico, bem como limitam-se para as partes do sistema realmente testadas.

#### 5. AUDITORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

5.1. A Auditoria de Segurança da Informação tem por objetivo verificar os controles existentes em SI da Sefaz, suas regras de negócio e a aderência à legislação pertinente.

5.2. A necessidade de Auditoria de SI deve ser verificada regularmente, produzindo um relatório de auditoria. Essa verificação deve contemplar, entre outros:

5.2.1. Análise dos documentos que compõem a PSI;

5.2.2. Resultados de auditorias anteriores;

5.2.3. Indicadores de SI;

5.2.4. Análise dos incidentes de SI registrados;

5.2.5. Informações relativas a análises de risco.

5.3. Requisitos e atividades de Auditoria de SI devem ser planejados para minimizar o risco de interrupção dos processos de negócio envolvidos, devendo o planejamento contemplar, dentre outros:

5.3.1. Áreas, usuários, processos e sistemas que serão auditados;

5.3.2. Controles de SI que serão auditados;

5.3.3. Estratégia de comunicação com todos os envolvidos;

5.3.4. Identificação dos auditores;

5.3.5. Independência dos auditores em relação às atividades auditadas;

5.3.6. Cronograma de execução da auditoria.

5.4. A Auditoria de SI será regulamentada por normativas, que, além de observar à legislação vigente, à PSI e a este documento, tratarão dos responsáveis pela sua condução, o planejamento, o plano de ações, o procedimento, o relatório a ser gerado e os resultados de auditoria para a adoção das medidas cabíveis.

#### 6. EXCEÇÕES

6.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas quanto à aplicação da PSI serão resolvidos pelo CSIPD.

#### 7. PENALIDADES

7.1. O não cumprimento da Norma de Conformidade por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.

#### 8. ELUCIDÁRIO

8.1. Ativos de informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso.

8.2. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal.

8.3. Criptografia: conjunto de técnicas pensadas para proteger uma informação de modo que apenas o emissor e receptor consigam compreendê-la.

8.4. Colaboradores: servidores, consultores externos, estagiários, prestadores de serviços ou a quem quer que venha a ter acesso a dados ou informações da Sefaz.

8.5. Funções criptográficas: formas de criptografar uma informação de modo que apenas o emissor e o receptor consigam compreendê-la.

8.6. Processos de negócio: modo como a Sefaz se organiza internamente para atingir seus objetivos e conseguir oferecer um produto ou serviço de qualidade.

8.7. Sistemas de informação: todo mecanismo projetado com a finalidade de coletar, processar, armazenar e transmitir informações, de maneira a facilitar o acesso de usuários interessados, solucionando problemas e atendendo suas necessidades.



## ANEXO V A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA DE USO DA INTERNET

## 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento visa a estabelecer e difundir a Norma de Uso da Internet no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), definindo critérios que orientem a conduta dos colaboradores em relação ao uso adequado do serviço de internet, de forma a otimizar o uso deste recurso, bem como preservar a segurança da instituição.

## 2. ABRANGÊNCIA

2.1. Esta norma regulamenta o uso da internet corporativa da Sefaz.

2.2. Esta norma não abrange o uso da internet através das redes sem fio (Wi-Fi) da Sefaz, que é regulamentado pela Norma de Acesso às Redes Sem Fio.

## 3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. O serviço de internet é um recurso de tecnologia da informação institucional, colocado à disposição dos colaboradores nas unidades da Sefaz para auxílio no desenvolvimento das atividades profissionais, podendo ser concedido ou revogado a qualquer tempo, em caráter total ou parcial, de acordo com os interesses da Sefaz.

3.2. Todo tráfego de informação pela internet será realizado em ambiente auditável para fins de fiscalização e monitoramento.

3.3. O colaborador deve estar identificado através de suas credenciais de rede, antes que possa fazer qualquer uso da internet da Sefaz.

3.4. O tráfego pela internet de informações com algum grau de sigilo deve estar em conformidade com a Norma de Gestão de Ativos e Classificação da Informação.

3.5. Sempre que possível, deve-se evitar grandes transferências de dados que não sejam essenciais ao exercício das atividades finalísticas da instituição.

3.6. Os colaboradores devem utilizar o serviço de internet somente através de recursos tecnológicos homologados pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

3.7. A utilização de equipamentos particulares para acesso à rede cabeada da Sefaz, ocorrerá em caráter de exceção, devendo ser precedida de autorização justificada da respectiva coordenação e o seu uso será condicionado a prévio parecer técnico e configuração pela área de TIC.

3.8. Os colaboradores devem respeitar as políticas vigentes nas páginas da internet acessadas, bem como devem verificar todos os contratos, termos e avisos referentes às condições de uso publicados nessas páginas.

3.9. É aceito o uso do serviço internet pela rede da Sefaz, em caráter particular, desde que:

3.9.1. Não interfira ou traga prejuízos às atividades profissionais próprias ou de outro colaborador;

3.9.2. Não viole quaisquer regras estabelecidas nesta Norma, bem como esteja em total conformidade com as leis e regulamentos vigentes;

3.9.3. Não comprometa a imagem e os processos operacionais da instituição.

3.10. O gestor de cada coordenadoria deve definir um perfil de acesso inicial, compatível com as atividades desempenhadas e comum a qualquer colaborador lotado em áreas de sua coordenação.

3.10.1. Os refinamentos de acesso a sites ou categorias específicas para cada usuário devem ser solicitados, posteriormente, pelos respectivos gestores das unidades, desde que essas solicitações estejam em conformidade com a Política de Segurança da Informação (PSI).

## 4. TIPOS DE USO VEDADOS

4.1. A Sefaz poderá, sempre que entender necessário, vedar o acesso às páginas da internet que não sejam consideradas de interesse da instituição, que possam comprometer a sua imagem, a segurança das informações ou ainda que não estejam em conformidade com as atividades profissionais dos colaboradores.

4.2. É vedado o uso da internet da Sefaz, por exemplo, para as seguintes atividades:

4.2.1. Violação de direitos autorais;

4.2.2. Violação de direitos relacionados à intimidade e à privacidade;

4.2.3. Acesso a e-mail pessoal ou a qualquer serviço de armazenamento em nuvem que exige autenticação com credenciais pessoais não fornecidas pela Sefaz;

4.2.4. Comprometimento do sigilo das informações da Sefaz ou de qualquer órgão, entidade ou empresa de caráter público ou privado;

4.2.5. Violação à proteção de dados pessoais conferida pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

4.2.6. Atividade, por meio de qualquer ato, de hostilidade eletrônica, como: acesso indevido a dados de páginas internet ou servidores de hospedagem; invasão, cópia, alteração ou destruição de informações armazenadas em computadores, dispositivos de rede ou equipamentos eletrônicos em geral;

4.2.7. Difusão de correntes, propagandas comerciais, políticas partidárias, eleitorais, religiosas, boatos, fake news ou qualquer outra ação classificada como spam;

4.2.8. Utilização de quaisquer aplicativos ou sistemas que realizam varreduras ou interceptações de pacotes da rede sem prévia autorização;

4.2.9. Acesso, obtenção, armazenamento, uso ou repasse de conteúdos incompatíveis com os princípios e regras adotados por esta Sefaz, notadamente:

4.2.9.1. Difamatório, calunioso ou injurioso;

4.2.9.2. Erótico, pedófilo, pornográfico ou de conteúdo adulto;

4.2.9.3. Político-partidário, ideológico ou eleitoral;

4.2.9.4. Relativo a incitação à violência e discriminação em geral;

4.2.9.5. Relacionado a armamento, agentes biológicos, agentes químicos e explosivos ilegais;

4.2.9.6. Relacionado a comércio de produtos ilegais, contrabando e descaminho;

4.2.9.7. Relacionado a comércio de animais silvestres ilegais;

4.2.9.8. Relacionado a drogas, entorpecentes, estimulantes e alucinógenos ilícitos.

4.2.10. Acesso a sites maliciosos ligados a cracker, phishing, keyloggers, redes de bots, websites maliciosos, internet profunda (deep web), internet obscura (dark web), download de conteúdo protegido por direitos autorais, torrent, softwares potencialmente indesejados, spyware e crypto miner.

## 5. TIPOS DE USO CONTROLADOS

5.1. Os tipos de uso relacionados abaixo são controlados, podendo ser liberados conforme a lotação e as atribuições do colaborador:

5.1.1. Mensagens instantâneas;

5.1.2. Redes sociais;

5.1.3. Áudio, vídeo e streaming;

5.1.4. Entretenimento;

5.1.5. Aprendizagem à distância;

5.1.6. Jornalismo, artigos de opinião e blogs;

5.1.7. Compras online; e

5.1.8. Outros, a critério da Sefaz.

5.2. Os tipos de uso elencados anteriormente podem ser liberados pontualmente ao colaborador interessado mediante solicitação pela central de atendimento ao usuário, que precisará ser aprovada pelo gestor imediato, com justificativa, podendo ser revogada a qualquer momento conforme interesse da instituição.

5.3. As solicitações de liberação poderão estar sujeitas à análise técnica da área de TIC, que poderá negá-las conforme juízo de conveniência e oportunidade caso a sua liberação possa trazer impactos negativos à instituição, podendo ser liberadas após aceite em termo de risco por parte do gestor.

## 6. MONITORAMENTO

6.1. Os serviços de internet poderão ser monitorados pela equipe técnica a qualquer tempo, sem aviso prévio, de forma a verificar se a sua utilização está adequada à PSI ou ainda para solucionar problemas técnicos.

6.2. Os registros de acesso gerados, bem como os endereços de internet acessados pelos usuários poderão ser armazenados por um período mínimo de 01 (um) ano ou enquanto durarem procedimentos administrativos e/ou judiciais.

6.3. A eventual ausência de monitoramento ou quaisquer falhas aos controles de uso da internet definidos na PSI, não exime os usuários da responsabilidade de observar as orientações de uso estabelecidas.

6.4. Os serviços de internet poderão ser temporariamente desativados, por tempo indeterminado, caso haja algum indício de tentativa de quebra de segurança ou de outras ações que coloquem em risco as operações ou a imagem da instituição.

## 7. EXCEÇÕES

7.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas serão resolvidos pelo Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD).

## 8. PENALIDADES

8.1. O não cumprimento da Norma de Uso da Internet por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.

## 9. ELUCIDÁRIO

9.1. Área de TIC: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotic).

9.2. Colaboradores: servidores, consultores externos, estagiários, prestadores de serviços ou quem quer que tenha acesso a dados ou informações da Sefaz.

9.3. Crackers: termo usado para designar o indivíduo que pratica a quebra (ou cracking) de um sistema de segurança, de forma ilegal ou sem ética.

9.4. Criptografia: processo de transformar informação usando um algoritmo de modo a impossibilitar a sua leitura a todos excepto aqueles que possuam uma identificação particular, geralmente referida como chave.

9.5. Crypto miner: pertence à categoria de código malicioso projetado para sequestrar o poder de processamento ocioso do dispositivo da vítima e usá-lo para minerar criptomoedas. As vítimas não são solicitadas a consentir com tal atividade e podem até mesmo não saber que isso está acontecendo em segundo plano.

- 9.6. Fake news: notícias falsas publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais. Esse tipo de texto, em sua maior parte, é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo.
- 9.7. Internet obscura (Dark Web): refere-se a servidores de rede disponíveis na internet, acessíveis somente através de ferramentas, configurações ou autorizações específicas que dão um elevado nível de anonimato tanto a quem publica os conteúdos como a quem os consulta.
- 9.8. Internet profunda (Deep Web): refere-se ao conteúdo da internet que não faz parte da internet navegável, isso significa que os endereços na Deep Web não são indexados e não são relacionados em motores de busca.
- 9.9. Intranet: rede de computadores de uso exclusivo de uma determinada organização. A intranet é usada pelas empresas para armazenamento de informações e é um importante veículo de comunicação entre seus funcionários.
- 9.10. Keyloggers: programa de computador do tipo spyware cuja finalidade é registrar tudo o que é digitado, quase sempre a fim de capturar senhas, números de cartão de crédito e afins.
- 9.11. Malware: software malicioso, projetado para infiltrar um sistema computacional, com a intenção de roubar dados ou danificar aplicativos ou o sistema operacional. Esse tipo de software costuma entrar em uma rede por meio de diversas atividades aprovadas pela empresa, como e-mail ou sites. Entre os exemplos de malware estão os vírus, worms, trojans (ou cavalos de Troia), spyware, adware e rootkits;
- 9.12. Phishing: técnica de engenharia social usada para enganar usuários de internet usando fraude eletrônica para obter informações confidenciais, como nome de usuário, senha e detalhes do cartão de crédito. O ato consiste em um fraudador se fazer passar por uma pessoa ou empresa confiável enviando uma comunicação eletrônica oficial.
- 9.13. Redes de bots (botnets): rede composta por um grande número de computadores que foram infectados por malwares, com o controle de centenas ou mesmo milhares de computadores. As botnets são geralmente usadas para enviar spam ou vírus, roubar dados pessoais ou executar ataques de DDoS.
- 9.14. Spam: é o envio de mensagens geralmente de caráter publicitário, apelativo, e principalmente não solicitadas, incômodas e inconvenientes para uma grande quantidade de pessoas. Na sua forma mais usual, o spam é uma mensagem de correio eletrônico, porém, é comum sua ocorrência em outros meios eletrônicos.
- 9.15. Spyware: programa automático de computador. É um software destinado a coletar dados de um computador ou outro dispositivo, e encaminhá-los a terceiros sem o consentimento ou o conhecimento do usuário. Muitas vezes, envolve a coleta de dados confidenciais, como senhas e números de cartões de crédito, o monitoramento de pressionamentos de teclas, o rastreamento de hábitos de navegação e a coleta de endereços de e-mail.
- 9.16. Torrent: protocolo de rede que permite ao utilizador realizar downloads (descargas) de arquivos, em geral indexados em websites. Esse protocolo introduziu o conceito de partilhar o que já foi descarregado, maximizando o desempenho e possibilitando altas taxas de transferência, mesmo com um enorme número de usuários realizando downloads de um mesmo arquivo simultaneamente.

#### ANEXO VI A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA DE GESTÃO DE PESSOAS

##### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento visa estabelecer e difundir a Norma de Gestão de Pessoas no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), visando definir regras para orientar os processos de trabalho em relação aos procedimentos para gestão de pessoas, de forma a preservar a Segurança da Informação (SI) da instituição.

##### 2. ABRANGÊNCIA

2.1. A Norma de Gestão de Pessoas deve ser aplicada a todos os colaboradores da Sefaz.

2.2. Entende-se por colaboradores os servidores de carreira, os terceirizados, os consultores externos, os estagiários ou a quem quer que venha a ter acesso a dados ou informações da Sefaz, incumbindo a cada um a responsabilidade e o comprometimento em sua aplicação.

##### 3. SEGURANÇA NA ADMISSÃO DE COLABORADORES

3.1. Antes do início do vínculo com a Sefaz, verificações do histórico devem ser realizadas para todos colaboradores, de acordo com a ética, regulamentações e leis relevantes, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ser proporcional aos requisitos de negócio, aos riscos percebidos e à classificação das informações a serem acessadas.

3.2. A área de Gestão de Pessoas será responsável pelo gerenciamento do ciclo de vida dos colaboradores, realizando o cadastro inicial do colaborador em sistema informatizado.

3.3. Todos os colaboradores devem receber da área de Governança de TI e Privacidade de Dados e com o apoio das demais unidades competentes, ações permanentes voltadas à divulgação, treinamento, educação e conscientização sobre a PSI e orientações sobre suas responsabilidades em relação à SI durante o desempenho de suas funções específicas.

3.4. Os colaboradores devem ser formalmente instruídos sobre suas responsabilidades de SI e as regras internas da Sefaz contemplando, no mínimo, a Política de Segurança da Informação (PSI), o Código de Ética e o Estatuto do Servidor Público Estadual, quando aplicáveis.

3.5. Para que as atividades dos colaboradores sejam iniciadas e o acesso aos recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) seja liberado é necessária a assinatura de Termo de Responsabilidade por terceirizados, consultores externos e estagiários.

##### 4. TEMOS DE RESPONSABILIDADE

4.1. Os documentos que representam os termos de sigilo e responsabilidade a serem firmados entre a Sefaz e seus colaboradores, podem ser apresentados na forma de documentos isolados ou itens em contratos.

4.2. A área de Gestão de Pessoas será responsável, durante o processo de admissão dos colaboradores, com exceção do processo de contratação de consultores externos, por coletar e gerenciar os termos de responsabilidade.

4.3. Para os terceirizados, os consultores externos e os estagiários:

4.3.1. Termo de responsabilidade: documento assinado pelo terceirizado, consultor externo e estagiário, no qual declara estar ciente da obrigatoriedade de guardar sigilo dos fatos, dados e informações de que vier a tomar conhecimento em decorrência do exercício de suas funções, assim como se compromete a seguir as orientações da PSI da Sefaz, praticar os procedimentos de segurança estabelecidos e zelar pelos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade. Esses colaboradores declaram estar ciente também, quando do encerramento de suas atividades profissionais na Sefaz, da revogação dos acessos concedidos e da necessidade de devolução dos recursos que estavam sob sua responsabilidade.

##### 5. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES EXTERNOS

5.1. Denomina-se consultor externo todo o colaborador que presta serviços à Sefaz, em suas dependências ou externamente a elas, de forma vinculada a um contrato de prestação de serviços.

5.2. O gestor da unidade onde for prestado o serviço deve garantir que os termos de responsabilidade sejam assinados e encaminhados à área de Gestão de Pessoas, quando aplicáveis.

5.3. O contrato de prestação de serviços e os termos de responsabilidade devem especificar claramente as responsabilidades relacionadas à segurança da informação e as sanções previstas.

##### 6. EDUCAÇÃO E TREINAMENTO EM SI

6.1. A área de Governança de SI e Privacidade de Dados, com o apoio das demais unidades competentes, deverá:

6.1.1. Orientar a todos os colaboradores sobre conceitos e boas práticas de SI, de forma a capacitá-los na utilização correta dos ativos de informação da Sefaz.

6.1.2. Informar sobre as ameaças e os riscos decorrentes da má utilização dos ativos de informação da Sefaz.

6.1.3. Periodicamente, realizar e registrar treinamentos para a atualização dos conhecimentos dos colaboradores sobre SI.

6.2. Os treinamentos devem, também, ser realizados sempre que identificada a necessidade, seja pelo próprio colaborador, seu superior imediato ou gestor da unidade de lotação, quando, por exemplo, da implantação ou revisão de um processo ou sistema de informação, ou após a ocorrência de um incidente de SI.

6.3. Os gestores da Sefaz devem avaliar de forma periódica a necessidade de treinamentos adicionais aos colaboradores que estão diretamente sob a sua gestão, de forma a manter o nível de conhecimento e consciência em SI atualizado e uniforme em toda a equipe.

##### 7. MUDANÇAS OU ENCERRAMENTO DE VÍNCULO OU CONTRATO

7.1. O desligamento ou remanejamento de colaboradores deve ser iniciado e formalizado pelo gestor da unidade de lotação do colaborador e comunicado à área de Gestão de Pessoas.

7.2. Tão logo sejam remanejados ou desligados, mesmo que por iniciativa própria, deverão ser cessados todos os acessos físicos e lógicos que tenham sido concedidos aos colaboradores.

7.3. A área de Gestão de Pessoas será responsável por manter atualizado, em sistema informatizado, o cadastro dos colaboradores em caso de alterações cadastrais e por dar baixa no cadastro em caso de desligamento do colaborador.

7.4. Recursos computacionais, chaves, dispositivos de identificação ou quaisquer outros sob a custódia dos colaboradores que permitam acesso ou uso de recursos e informações devem ser recolhidos no momento do desligamento ou movimentação pelo gestor da unidade de lotação do colaborador, bem como registrado junto à área de Gestão de Pessoas.

##### 8. PROCESSOS SANCIONATÓRIOS

8.1. As sanções para os servidores do Estado que tenham cometido violação das políticas e normas de SI são aplicáveis de acordo com o previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará e normas complementares, quando for o caso.

8.2. Para os demais colaboradores, os contratos e convênios devem prever cláusulas em caso de violação da PSI da instituição e prever medidas administrativas e judiciais cabíveis conforme a legislação vigente.



**9. EXCEÇÕES**

9.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas quanto à aplicação da PSI serão resolvidos pelo Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD).

**10. PENALIDADES**

10.1. O não cumprimento da Norma de Gestão de Pessoas por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.

**11. ELUCIDÁRIO**

11.1. Ativo de informação - Tudo aquilo que armazene e/ou manipule direta ou indiretamente uma informação. Em termos de segurança das informações, um ativo pode ser um computador, bases de dados e arquivos, uma impressora, um fichário na mesa da secretária, o próprio usuário, etc. Não deve ser confundido com o ativo patrimonial.

11.2. Colaboradores: servidores, terceirizados, consultores externos, estagiários, prestadores de serviços ou a quem quer que venha a ter acesso a dados ou informações da Sefaz.

11.3. Estagiário – Indivíduo que, por tempo determinado, esteja em processo de aprimoramento profissional e prestando serviço à Secretaria da Fazenda.

11.4. Servidor: todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos.

11.5. Gestor: todo aquele que administra uma área responsável pelos recursos do seu ambiente.

**ANEXO VII A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA DE ACESSO LÓGICO****1. APRESENTAÇÃO**

1.1. Este documento visa estabelecer e difundir a Norma de Controle de Acesso Lógico no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), definindo critérios para controlar o acesso à informação, garantindo que apenas usuários autorizados obtenham acesso quando necessário e impedindo o acesso não autorizado aos sistemas de informações da instituição.

**2. ABRANGÊNCIA**

2.1. A Norma de Controle de Acesso Lógico engloba todos os serviços de tecnologia da informação da Sefaz que necessitem de autenticação.

**3. CONTROLE DE ACESSO LÓGICO**

3.1. O acesso lógico aos recursos da rede da Sefaz deve ser realizado por meio de um sistema de controle de acesso. O acesso deve ser concedido e mantido pela Célula de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ceiti), baseado nas responsabilidades e tarefas de cada colaborador.

3.2. O gerenciamento de identidade dos colaboradores deve ser apoiado por um processo capaz de formalizar as rotinas de liberação, alteração, revogação e controle dos direitos de acesso e das senhas.

3.3. As concessões de acesso lógico aos recursos da rede da Sefaz serão limitadas aos colaboradores que necessitem de recursos de tecnologia da informação (TI), limitando-se apenas ao necessário para a execução das suas atividades profissionais na Sefaz.

3.4. O acesso remoto deve ser realizado por meio de Rede Virtual Privada (VPN) ou através de um portal de aplicações, após as devidas autorizações.

3.5. O pedido inicial de concessão de acesso às informações ou aos recursos de informação devem ser solicitados formalmente pelo gestor do local de lotação do colaborador.

3.6. Em caso de pedidos de acesso temporário, o período de expiração deverá ser previamente definido na solicitação de acesso.

3.7. Caso ocorra mudança do colaborador para outro setor, os direitos de acesso à rede devem ser readequados, conforme solicitação do novo gestor imediato. Os direitos de acesso antigos devem ser imediatamente cancelados conforme solicitação do antigo gestor imediato.

3.8. Outros pedidos de concessão de acesso às informações ou aos recursos de informação devem ser solicitados formalmente pelo colaborador, aprovados pelo gestor do local de lotação deste e autorizados pelo gestor da informação ou pelo gestor dos recursos de informação solicitados.

**4. CREDENCIAIS DE ACESSO**

4.1. A credencial de acesso consiste no meio de autenticação do colaborador na rede da Sefaz.

4.2. As credenciais de acesso são de uso pessoal e intransferível. É vedado ao titular compartilhar as suas credenciais de acesso ou fornecê-las a terceiros.

4.3. As permissões de acesso atribuídas às contas de colaboradores devem ser bloqueadas quando ocorrer alguma das seguintes situações:

4.3.1. Solicitação pelo gestor imediato do colaborador com devida justificativa;

4.3.2. Períodos de ausência do colaborador superiores a 45 (quarenta e cinco) dias;

4.3.3. Desligamento ou transferência do colaborador. Cabe ao gestor da lotação do colaborador formalizar e comunicar o desligamento ou transferência à área de Gestão de Pessoas;

4.3.4. Término de autorização temporária. Cabe ao gestor que solicitou o acesso formalizar e comunicar o término da autorização temporária de acesso;

4.3.5. Ocorrência de incidente de segurança para o qual o acesso do colaborador tenha contribuído, independentemente de culpa;

4.3.6. Quando da suspeita fundamentada de mau uso dos serviços disponibilizados pela Sefaz ou descumprimento da PSI e normas correlatas em vigência.

4.4. Em caso de acesso bloqueado, para retomar o acesso à rede, deverá ser formalizada nova requisição pelo gestor imediato do colaborador.

4.5. Contas de colaboradores criadas para serviços temporários devem permanecer válidas apenas pelo período estimado para a execução desses serviços. Caso o período de execução dos serviços exceda o tempo previsto, deve ser feita uma nova validação.

4.6. Os colaboradores são responsáveis por todas as ações realizadas por meio das credenciais de acesso que lhes são atribuídas, ressalvada a hipótese de fraude para a qual o colaborador não tenha concorrido.

4.7. Em caso de furto ou extravio de equipamento que possua credenciais de acesso configuradas, o colaborador deverá solicitar o bloqueio das mesmas imediatamente.

4.8. Quando do afastamento temporário do usuário, as credenciais de acesso devem ser bloqueadas a pedido do superior imediato.

4.9. Ressalvadas as hipóteses de afastamento temporário, a conta de acesso não utilizada há mais de 180 (cento e oitenta) dias poderá ser cancelada.

**5. CONTAS PARA USUÁRIOS ADMINISTRADORES E SERVIÇOS**

5.1. A identificação das contas de usuários administradores deve obedecer a um formato que não torne possível a dedução do conjunto de privilégios atribuídos a diferentes contas administrativas. A conta padrão de instalação deve ser renomeada e ter sua descrição apagada.

5.2. Para cada usuário que necessite de privilégio de administrador deve ser criada uma conta específica com identificação diferente do padrão de instalação e aderente às regras de formação de identificação de contas.

5.3. Toda autenticação de contas com privilégios de administrador na rede da sefaz deverá ocorrer com autenticação de dois fatores.

5.4. As concessões de contas com privilégios de administrador serão limitadas aos colaboradores da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotic) ou, em casos específicos e devidamente justificados, por outros colaboradores.

5.5. Conta de estação de trabalho com privilégio de administrador deve ser utilizada exclusivamente para tarefas que exigem tal privilégio. Para as demais tarefas, o usuário deve utilizar conta com privilégios menores do que a conta administrativa.

5.6. A conta com privilégio de administrador não deve ser utilizada em acesso à internet, para acessar arquivos externos e para iniciar serviços de rede.

5.7. As contas de serviços da Secretaria da Fazenda devem ser utilizadas exclusivamente para a carga de serviços de rede e ter sua identificação seguindo formato que não torne possível a dedução do serviço nem da função da conta.

5.8. Serviços de rede que não estejam em uso devem ser removidos e não apenas desabilitados.

**6. GESTÃO DE SENHAS**

6.1. Os critérios necessários de segurança para disponibilização, controle, troca e armazenamento de senhas devem ser estabelecidos em procedimentos para esse fim.

6.2. O gerenciamento de senhas de colaboradores deve ser apoiado por uma solução tecnológica que permita sua geração, armazenamento, distribuição e controle de forma segura.

6.3. Os colaboradores não devem registrar ou anotar suas senhas em meios, físicos ou eletrônicos, que possibilitem a sua leitura por outras pessoas.

6.4. Se um mesmo colaborador tiver duas contas diferentes, uma com privilégios administrativos e outra sem tais privilégios, devem ser usadas senhas distintas para cada conta.

6.5. Os colaboradores devem alterar imediatamente as suas senhas sempre que houver indícios de que a sua confidencialidade possa ter sido violada, independentemente dos prazos de expiração pré-definidos.

6.6. A expiração da senha deve bloquear todos os acessos correspondentes.

6.7. Os acessos serão bloqueados automaticamente após 5 (cinco) tentativas consecutivas sem sucesso de autenticação, sendo desbloqueados, automaticamente, após um período de 15 minutos.

6.8. Caso ocorra a expiração ou bloqueio da senha, o colaborador fica impedido de acessar os recursos de informática correspondentes, cabendo ao gestor de sua unidade solicitar o desbloqueio ou a geração de uma nova senha à Ceiti.

6.9. A Ceiti fornecerá uma senha temporária para cada conta de acesso criada no momento da liberação dessa conta e a mesma deverá ser alterada pelo usuário quando do primeiro acesso à rede.

6.10. Será mantido um histórico das últimas 15 (quinze) senhas utilizadas por cada usuário, não sendo permitida a repetição de nenhuma delas.

- 6.11. As senhas têm validade de 45 (quarenta e cinco) dias, devendo o usuário ser informado antecipadamente a fim de que ele próprio efetue a mudança.
- 6.12. Caso o colaborador não efetue a troca de senha nos prazos estabelecidos, será bloqueado seu acesso à rede até que a nova senha seja configurada.
- 6.13. O usuário que passar mais de 45 (quarenta e cinco) dias sem acesso ao ambiente de rede terá sua conta desativada.
- 6.14. As senhas devem atender aos requisitos de complexidade abaixo:
- 6.14.1. Devem ser constituídas no mínimo por letras maiúsculas e minúsculas, números e caracteres especiais ;
- 6.14.2. O tamanho mínimo das senhas é de 10 (dez) caracteres, exceto caso seja senha de conta com privilégio de administrador, que deverá ter tamanho mínimo de 15 (quinze) caracteres;
- 6.14.3. Não devem ser usados números ou letras repetidos, em sequência ou formando séries óbvias, como, por exemplo, “aaaabbbb”, “12345678”, “asdfghjk”;
- 6.14.4. Não podem ser utilizadas informações como nome, sobrenome, data de nascimento ou a identificação de usuário (login) para formação da senha;
- 6.14.5. Não devem ser utilizadas transformações simples de palavras (7eleven, Kvalo, etc.);
- 6.14.6. Não deve ser feita a reutilização de senhas (Jesus#1, Jesus#2, etc.).
- 7. CONTA DE ACESSO BIOMÉTRICO**
- 7.1. A conta de acesso biométrico, quando implementada, deve ser vinculada a uma conta de acesso lógico. Preferencialmente, ambas devem ser utilizadas para se obter um acesso, a fim de atender os conceitos da autenticação de multifatores.
- 7.2. A Sefaz tratará os dados biométricos como dados pessoais sensíveis, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 7.3. O tratamento de dados biométricos não será realizado sem a utilização de medidas de segurança, a exemplo de criptografia, na forma da legislação vigente, em especial a LGPD.
- 8. REVISÃO E CERTIFICAÇÃO DE ACESSO**
- 8.1. Sempre que formalmente solicitado, devem ser disponibilizados relatórios com as contas de usuários ativas relacionando os recursos a que o colaborador tem privilégio de acesso e os que ele efetivamente acessou em determinado período.
- 8.2. Os gestores dos locais de lotação dos colaboradores e gestores das informações devem certificar os acessos e privilégios dos colaboradores, informando quais devem ser alterados e quais devem ser removidos.
- 9. CONTROLE DE ACESSO REMOTO**
- 9.1. O acesso remoto originado de redes externas para quaisquer equipamentos, sistemas ou aplicativos em ambientes computacionais da Sefaz deve ser permitido somente através de conexões seguras, tráfego criptografado, por meio de soluções, equipamentos e padrões de segurança homologados e definidos pela Cotic.
- 9.2. A solicitação de acesso ao sistema remoto da Sefaz será realizada por meio da central de atendimento ao usuário, descrevendo-se as atividades que se pretende realizar, a fim de que sejam disponibilizados apenas os recursos necessários.
- 9.3. Em caso de usuário externo, a solicitação será realizada pelo gestor do sistema a ser utilizada pelo usuário, submetida a parecer técnico da Ceiti, para então ser autorizada pelo Gestor de Segurança da Informação ou Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD).
- 9.4. Será exigido do usuário externo autenticação por meio de certificação digital.
- 10. EXCEÇÕES**
- 10.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas quanto à aplicação da PSI serão resolvidos pelo Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD).
- 11. PENALIDADES**
- 11.1. O não cumprimento da Norma de Controle de Acesso Lógico por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.
- 12. ELUCIDÁRIO**
- 12.1. Acesso Biométrico: Verificação da identidade de um indivíduo por meio de uma característica física.
- 12.2. Acesso lógico: ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique.
- 12.3. Acesso Remoto: A capacidade de acessar uma rede utilizando recursos de uma localização distante. Geralmente, isso implica o uso de um computador, um modem e algum software de acesso remoto para conectar-se à rede. O software de acesso remoto disca diretamente para o servidor de rede. A única diferença entre um computador remoto e as estações de trabalho conectadas diretamente na rede é a velocidade mais baixa de transferência de dados.
- 12.4. Ativos de informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso.
- 12.5. Autenticação: processo que busca verificar a identidade digital de uma entidade de um sistema, no momento em que ela requisita acesso a esse sistema. O processo é realizado por meio de regras preestabelecidas, geralmente pela comparação das credenciais apresentadas pela entidade com outras já pré-definidas no sistema, reconhecendo como verdadeiras ou legítimas as partes envolvidas em um processo.
- 12.6. Autenticação de Dois Fatores: processo de segurança que exige que os usuários forneçam dois meios de identificação antes de acessarem suas contas.
- 12.7. Autenticação de Multifatores: utilização de dois ou mais fatores de autenticação para concessão de acesso a um sistema. Os fatores de autenticação se dividem em: algo que o usuário conhece (senhas, frases de segurança, PIN, dentre outros); algo que o usuário possui (certificado digital, tokens, códigos enviados por SMS, dentre outros); algo que o usuário é (aferível por meios biométricos, tais como digitais, padrões de retina, reconhecimento facial, dentre outros); e onde o usuário está (quando o acesso só pode ser feito em uma máquina específica, cujo acesso é restrito).
- 12.8. Certificado Digital: conjunto de dados de computador, gerados por uma autoridade certificadora, em observância à recomendação internacional ITU-T X.509 que se destina a registrar, de forma única, exclusiva e intransferível, a relação existente entre uma chave criptográfica e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação.
- 12.9. Confidencialidade: propriedade da informação pela qual não estará disponível ou divulgada a indivíduos, entidades ou processos sem autorização. É a garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada.
- 12.10. Conta Administrativa: conta associada às tarefas de manutenção e administração de sistemas e ambientes computacionais.
- 12.11. Conta de Serviço: conta de acesso à rede corporativa de computadores, necessária a um procedimento automático (aplicação, script, entre outros) sem qualquer intervenção humana no seu uso.
- 12.12. Conta Não Administrativa: conta utilizada para as atividades rotineiras e sem os privilégios de acesso concedidos às tarefas de manutenção e administração de sistemas e ambientes computacionais.
- 12.13. Colaboradores: servidores, consultores externos, estagiários, prestadores de serviços ou a quem quer que venha a ter acesso a dados ou informações da Sefaz.
- 12.14. Controle de Acesso Lógico: mecanismo que utiliza tecnologia para permitir acesso a recursos computacionais, sistemas e repositórios de dados. Ele faz a verificação da identidade dos usuários, por exemplo, por meio de credenciais de acesso (login e senha) ou por identificação biométrica.
- 12.15. Credencial de Acesso: permissão concedida por autoridade competente, após o processo de credenciamento, que habilita determinada pessoa, sistema ou organização ao acesso de recursos. A credencial pode ser física (como por exemplo um crachá), ou lógica (como por exemplo a identificação de usuário e senha).
- 12.16. Criptografia: processo de transformar informação usando um algoritmo de modo a impossibilitar a sua leitura a todos excepto aqueles que possuam uma identificação particular, geralmente referida como chave.
- 12.17. Dado Pessoal Sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- 12.18. Gestor da Informação: pessoa formalmente designada, responsável pelas informações e recursos sob sua gestão, o qual os classifica conforme seu grau de sigilo.
- 12.19. Gestor de Sistema: usuário responsável pelo sistema que operacionaliza um processo de sua área de trabalho. Cabe a ele definir e determinar as manutenções legais, corretivas e de melhoria.
- 12.20. Incidente de Segurança: qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores.
- 12.21. Privilégio mínimo: princípio que define que um indivíduo somente deve receber os privilégios necessários para concluir a tarefa a qual lhe foi designada.
- 12.22. Sistema de Controle de Acesso: conjunto de procedimentos, recursos e meios utilizados com a finalidade de conceder ou bloquear o acesso ao uso de recursos físicos ou computacionais. Via de regra, requer procedimentos de autenticação.
- 12.23. Sistemas de informação: todo mecanismo projetado com a finalidade de coletar, processar, armazenar e transmitir informações, de maneira a facilitar o acesso de usuários interessados, solucionando problemas e atendendo suas necessidades.
- 12.24. Rede Virtual Privada (Virtual Private Network): refere-se à construção de uma rede privada, utilizando redes públicas (por exemplo, a Internet) como infraestrutura. Esses sistemas utilizam criptografia e outros mecanismos de segurança para garantir que somente usuários autorizados possam ter acesso à rede privada e que nenhum dado seja interceptado enquanto estiver passando pela rede pública.

## ANEXO VIII A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA GESTÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

## 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento visa estabelecer e difundir a Norma de Gestão dos Canais de Comunicação Corporativa no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), definindo critérios que orientem a conduta dos colaboradores em relação ao uso adequado dos canais de comunicação corporativa, como por exemplo o correio eletrônico, grupos de mensagens, comunicadores instantâneos, dentre outros, de forma a preservar a Segurança da Informação (SI) da instituição.

## 2. ABRANGÊNCIA

2.1. Esta norma abrange a gestão e uso adequados dos canais de comunicação corporativa para a orientação da conduta dos colaboradores da Sefaz.

2.2. Esta norma não abrange o uso dos canais de uso pessoal.

## 3. NORMAS GERAIS

3.1. Os canais de comunicação disponibilizados pela Sefaz são recursos corporativos, colocados à disposição dos colaboradores para a execução das atividades profissionais pertinentes aos interesses da instituição, independentemente do meio pelo qual o acesso seja realizado.

3.2. É fundamental assegurar que os colaboradores que utilizem os canais de comunicação corporativa estejam cientes das leis e normas relacionadas.

3.3. Os canais de comunicação corporativos estarão vinculados à conta de acesso do usuário, exceto telefones e ramais que são destinados a uso das células institucionais.

3.4. O Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD), após consulta à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotic), estabelecerá padrões e limites de uso de mensagens, tamanho e quantidade de anexos, de forma a atender o princípio da continuidade do serviço, para que não ocorra a interrupção das atividades na Sefaz.

3.5. A área de Governança de TI e Privacidade de Dados irá coordenar com o apoio das demais unidades competentes, ações permanentes voltadas à divulgação, treinamento, educação e conscientização sobre a PSI e as demais normas internas de SI do órgão para uso adequado dos canais de comunicação corporativa;

3.6. O mero acesso aos canais de comunicação corporativa da Sefaz, quando fora do horário de trabalho, por si só, não configura sobreaviso ou sobrejornada, sendo um ato de liberalidade, proatividade e iniciativa do colaborador.

## 4. DO CADASTRO NO SERVIÇO DE CORREIO ELETRÔNICO

4.1. A concessão de conta de correio eletrônico corporativo para os colaboradores será efetuada por meio de requerimento do gestor imediato à Célula de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ceiti), após o prévio cadastro em sistema informatizado da área de Gestão de Pessoas.

4.2. Após a aprovação da solicitação, mediante disponibilidade de recursos, será atribuída uma conta de e-mail individual, com identificação única, de uso pessoal e intransferível.

4.3. No momento da criação da conta de e-mail, a escolha da identificação do usuário, que compõe o endereço eletrônico, obedecerá a uma lista de opções padronizada, gerada pelo arranjo do nome do colaborador.

4.3.1. O procedimento é essencial para evitar a ocorrência de duplicidades e a inclusão de escolhas pessoais fora de padrão.

4.4. A identificação de usuário no endereço do e-mail somente será modificada quando ocorrer alteração do nome do servidor, nas hipóteses previstas na legislação, e mediante manifestação expressa do interessado.

4.5. A criação e a alteração de contas de e-mail corporativo institucional para a utilização das unidades administrativas da Sefaz dependerá de solicitação do respectivo gestor da unidade e aprovação pelo Gestor de SI.

4.6. A concessão e a revogação do acesso dos colaboradores à conta de e-mail corporativo institucional devem ser solicitados à Cotic pelo gestor da unidade.

## 5. DA SEGURANÇA DO CORREIO ELETRÔNICO

5.1. O acesso ao serviço de correio eletrônico corporativo dar-se-á por meio de senha de uso pessoal e intransferível.

5.1.1. A senha cadastrada para acesso à conta de e-mail corporativo deverá ser de uso exclusivo para o ambiente organizacional da Sefaz, não devendo ser utilizada em cadastros de sítios externos.

5.1.2. Em caso de suspeita de comprometimento de credenciais de acesso, a Ceiti poderá determinar ao usuário a renovação das credenciais de acesso antes do período padrão de expiração.

5.2. São deveres dos colaboradores, em relação à segurança do correio eletrônico corporativo:

5.2.1. Manter a segurança de sua conta de correio eletrônico corporativo com o uso de senhas fortes;

5.2.2. Proteger o sigilo de sua senha de acesso; e

5.2.3. Não clicar em links externos não solicitados, além de denunciar qualquer e-mail considerado suspeito como spam dentro da ferramenta.

5.3. É vedada a tentativa de acesso não autorizado às caixas postais de terceiros.

5.4. As disposições acima aplicam-se, no que couber, aos demais canais de comunicação corporativa.

## 6. QUANTO AO USO ADEQUADO

6.1. A utilização do serviço dos canais de comunicação corporativa deve estar em consonância com as atividades desempenhadas pelo colaborador, que deve adotar linguagem e postura de acordo com o estabelecido no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual.

6.2. O colaborador somente deve utilizar os canais de comunicação corporativa sob a sua própria identificação ou endereço de lista de grupo do qual faça parte.

6.3. Os canais de comunicação corporativos devem ser priorizados para contatos com outros órgãos e com o público externo.

6.3.1. Em caso de impossibilidade de uso dos canais de comunicação corporativos, permite-se a utilização de outros canais.

6.4. O envio de mensagens institucionais para todos os funcionários e colaboradores é restrito ao setor de Comunicação Institucional desta Secretaria, podendo esta competência ser delegada a outros setores.

6.5. As contas criadas para atenderem unidades organizacionais serão administradas pelos respectivos gestores ou por quem eles designarem.

6.6. Na hipótese de o colaborador afastar-se temporariamente do serviço, como nos casos de férias ou licenças, será possível o encaminhamento de cópias de suas mensagens para um e-mail corporativo no âmbito da Sefaz indicado por ele.

6.6.1. O redirecionamento de e-mail deverá ser efetuado pelo próprio Colaborador, mediante a configuração de regras de filtros em sua conta.

6.7. As comunicações enviadas sob a identificação do colaborador são de sua responsabilidade, devendo atentar-se, especialmente, ao conteúdo daquelas endereçadas ao ambiente externo, pois a elas estará associado o nome da Sefaz, uma vez que a origem institucional estará registrada.

6.8. São de responsabilidade dos colaboradores:

6.8.1. Organizar periodicamente as suas caixas postais, removendo ou arquivando as mensagens recebidas ou enviadas que não tenham mais utilidade para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, de forma a otimizar a utilização de recursos informáticos;

6.8.2. Utilizar os controles de segurança recomendados e homologados pela Sefaz, tais como softwares de criptografia e assinatura eletrônica, para proteção do conteúdo das mensagens;

6.8.3. Acessar os arquivos anexos, links e imagens em mensagens recebidas;

6.8.4. Notificar imediatamente à Cotic qualquer ocorrência de comprometimento de SI ou a sua suspeita;

6.8.5. Relatar à Cotic ou realizar denúncia por meio da ferramenta de e-mail (marcar como spam ou phishing), quando do recebimento de mensagens, que apresentem as seguintes características:

6.8.5.1. Remetente suspeito;

6.8.5.2. Links e imagens suspeitos no corpo da mensagem;

6.8.5.3. Anexos com extensões que possam conter códigos maliciosos.

6.9. No conteúdo das mensagens, não se deve incluir arquivos com extensões que possibilitem ou facilitem a propagação de programas danosos.

6.9.1. Fica a cargo da Cotic a definição e a divulgação de quais extensões não são permitidas.

6.10. As ferramentas utilizadas para a gestão dos canais de comunicação corporativa deverão ser configuradas para bloquear qualquer disseminação de arquivos potencialmente transmissores de códigos maliciosos, mensagens suspeitas ou com anexos de tamanho superior aos estabelecidos.

6.11. Todas as mensagens enviadas pelos colaboradores deverão conter, ao seu final, uma assinatura padrão para fins de identificação.

## 7. QUANTO USO DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA POR APLICAÇÕES

7.1. As aplicações que utilizarem meios de comunicação corporativa, para envio de mensagens a usuários internos ou externos, deverão seguir as seguintes premissas:

7.1.1. A comunicação deve ser escrita em linguagem profissional e adequada às normas da língua portuguesa, não comprometendo a imagem da Sefaz, nem as normas legais e éticas vigentes;

7.1.2. Evitar qualquer comportamento de envio de mensagens que seja classificado como spam, tais como:

7.1.2.1. envio de grande quantidade de mensagens em um curto período de tempo;

7.1.2.2. envio de mensagens apenas com imagem;

7.1.2.3. envio para destinatários inexistentes;

7.1.3. Realizar a validação de destinatário e domínio informados, verificando-se se o endereço de e-mail é válido e de propriedade de quem o cadastrou.

7.1.3.1. Apenas após essa checagem e a sua validação, o e-mail poderá entrar na lista de e-mails da aplicação, evitando-se, assim, o envio de comunicação a pessoas/domínios não válidos, que estejam com erro de digitação ou não existam mais;

7.1.4. Deixar disponível em cada mensagem a opção de não receber mais e-mails com aquele conteúdo ou de determinada lista de e-mail, caso seja de envio periódico;

7.1.5. Corrigir eventuais erros no envio das mensagens após a indicação pelo administrador da ferramenta de mensageria;

7.1.6. No caso de e-mails com mais de um destinatário, enviar sempre com a opção de cópia oculta (cco) para proteger de divulgação não autorizada os endereços de e-mails, constantes no campo destinatários;

7.1.7. Mensagens enviadas devem ter proteção contra acesso não autorizado e modificações;

7.1.8. Deve-se explicitar que as mensagens são de envio automático e não devem ser respondidas;

7.1.9. Zelar pelos princípios de segurança da informação e normas legais quanto à confidencialidade das informações enviadas;

7.1.10. Garantir a confiabilidade das mensagens enviadas, devendo utilizar o domínio "sefaz.ce.gov.br" em todas as comunicações por e-mail.

## 8. QUANTO ÀS RESTRIÇÕES DE USO

8.1. É vedado o envio, o armazenamento e o encaminhamento de mensagens em todos os meios de comunicação corporativa disponibilizada para o usuário com conteúdo não relacionado às atividades da Sefaz, principalmente contendo material:

8.1.1. Protegido por leis de propriedade intelectual;

8.1.2. Que viole direitos relacionados à intimidade e à privacidade;

8.1.3. Que comprometa o sigilo das informações da Sefaz ou de qualquer órgão, entidade ou empresa de caráter público ou privado;

8.1.4. Que viole o sigilo fiscal de qualquer contribuinte ou responsável tributário;

8.1.5. Que viole a proteção de dados pessoais conferida pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

8.1.6. Que difunda correntes, propagandas comerciais, religiosas, boatos, fake news, ou qualquer outra ação classificada como spam;

8.1.7. Difamatório, calunioso, injurioso;

8.1.8. Erótico, pedófilo, pornográfico ou de conteúdo adulto;

8.1.9. Político-partidário, ideológico ou eleitoral;

8.1.10. Relativo à incitação à violência e à discriminação em geral;

8.1.11. Relacionado a armamento, agentes biológicos, agentes químicos e explosivos ilegais;

8.1.12. Relacionado a comércio de produtos ilegais, contrabando e descaminho;

8.1.13. Relacionado a comércio de animais silvestres ilegais;

8.1.14. Relacionado a drogas, entorpecentes, estimulantes e alucinógenos ilícitos;

8.1.15. Que contenham arquivos de músicas, vídeos ou animações que não sejam de interesse específico do trabalho;

8.1.16. Relacionado a divulgação de informações confidenciais a destinatários não autorizados;

8.1.17. Que possam forjar ou tentar forjar mensagens ou para disfarçar a identidade do remetente.

8.2. As mensagens que estiverem em desacordo com os limites estabelecidos serão automaticamente bloqueadas, gerando o envio de notificação para o remetente.

8.3. É vedado o redirecionamento automático de mensagens recebidas no e-mail corporativo da Sefaz para contas de e-mail não institucionais, salvo em situações temporárias e em interesse da instituição.

8.4. O envio de mensagens a múltiplos destinatários ou unidades organizacionais deve restringir-se às atividades da Sefaz.

## 9. DA GESTÃO DO CORREIO ELETRÔNICO

9.1. A Cotic é responsável pelas seguintes atribuições:

9.1.1. Zelar pelo atendimento aos princípios da segurança, integridade, sigilo e disponibilidade dos serviços e dados transmitidos por meio do sistema de correio eletrônico corporativo;

9.1.2. Solicitar à alta administração os meios tecnológicos necessários à adequada prestação do serviço;

9.1.3. Realizar a implantação de todos os recursos assim com as respectivas manutenções e atualizações;

9.1.4. Garantir a disponibilidade do correio eletrônico em níveis de serviço adequados à necessidade do trabalho;

9.1.5. Garantir a recuperação do correio eletrônico em caso de danos ao ambiente;

9.1.6. Criar contas de e-mail, caixas postais, listas de e-mail de unidades, listas de e-mail vinculadas a projetos, campanhas ou serviços específicos relevantes para a Sefaz, conforme dispõe este normativo, desde que os responsáveis pelo uso dessas contas seja identificados no cadastramento;

9.1.7. Estabelecer rotinas e procedimentos de manutenção de contas de e-mail e adotar medidas necessárias para reprimir a sua utilização indevida;

9.1.8. Manter, em local seguro e restrito, dados de monitoramento acerca da utilização do serviço, no sentido de garantir a recuperação de mensagens em caso de danos ao ambiente de rede;

9.1.9. Suspender, motivadamente, o acesso à conta de correio quando constatado o uso indevido dos recursos, dando imediata ciência ao respectivo titular e ao responsável, para fins de apuração formal;

9.1.10. Manter a proteção possível contra vírus e mensagens não solicitadas (spam) nos servidores do correio eletrônico corporativo;

9.1.11. Restringir a transmissão de arquivos que, em tese, possam significar comprometimento do serviço;

9.1.12. Desenvolver ações que garantam a operacionalização desta norma.

9.2. As atribuições previstas acima podem ser parcialmente delegadas, em caso do correio eletrônico corporativo ser provido por empresa contratada.

9.3. A Sefaz viabilizará os recursos necessários para manutenção e evolução de solução de correio eletrônico corporativo.

9.4. Os dados de envios e de recebimentos de mensagens poderão ser gravados, possibilitando a identificação dos remetentes e destinatários (por exemplo, endereços de e-mail e IP).

9.5. As disposições acima aplicam-se, no que couber, aos demais canais de comunicação corporativa.

## 10. DA PRIVACIDADE E DO MONITORAMENTO

10.1. Em respeito à privacidade, inclusive de dados pessoais, e ao sigilo de correspondência, é vedado o acesso ao conteúdo do correio eletrônico corporativo individual dos colaboradores.

10.1.1. São circunstâncias que excetam o disposto neste item, podendo ocasionar o monitoramento do correio eletrônico corporativo, observadas as hipóteses que autorizam o tratamento de dados pessoais, em especial o disposto no art. 7º, IX, da LGPD:

10.1.1.1. Apuração de incidente de segurança;

10.1.1.2. Restauração de backup de e-mail em caixa postal;

10.1.1.3. Apuração de uso indevido do serviço de correio eletrônico;

10.1.1.4. Instrução de procedimentos e processos investigativos e acusatórios correicionais conduzidos pela Corregedoria da Sefaz e pela Controladoria-Geral do Estado do Ceará (CGE);

10.1.1.5. Cumprimento de determinação judicial;

10.1.1.6. Art. 7º, IX, da LGPD: "quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais"; e

10.1.1.7. Compartilhamento de informações solicitadas por órgãos de persecução criminal, civil ou administrativa, para instrução no órgão ou órgão ou entidade solicitante.

10.2. O monitoramento previsto no item 10.1 desta norma destina-se exclusivamente à manutenção da segurança da infraestrutura de TIC, bem como a resguardar os objetivos da Instituição.

10.3. Cabe ao CSIPD o estabelecimento dos critérios para acesso ao conteúdo da caixa postal dos colaboradores.

10.4. As solicitações de informações para pedidos de monitoramento nas contas de e-mail corporativos institucionais devem ser encaminhadas à Cotic, após prévia apreciação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais e do Gestor de Segurança de Informação.

10.4.1. As solicitações de informações, que têm como causa as hipóteses previstas nos itens 9.1.1.5 e 9.1.1.7, devem ser precedidas de apreciação pela Assessoria Jurídica.

10.5. A eventual ausência de falhas aos controles de uso do correio eletrônico corporativo definidos na PSI não exime os usuários da responsabilidade de observar as orientações de uso estabelecidas.

10.6. Os serviços de correio eletrônico corporativo poderão ser temporariamente desativados, por tempo indeterminado, caso haja algum indício de tentativa de quebra de segurança ou de outras ações que coloquem em risco as operações ou a imagem da instituição.

10.7. As disposições acima aplicam-se, no que couber, aos demais canais de comunicação corporativa.

## 11. DAS LISTAS DE E-MAIL

11.1. Poderão ser criadas listas de e-mail institucionais com todos os usuários em determinada unidade organizacional, comissões ou grupo de trabalho, além de agrupamentos dessas unidades.

11.2. O cadastramento de listas de distribuição de endereços no correio eletrônico deve ser solicitado à Cotic pelo gestor da área ou responsável pela lista.

11.3. A lista de e-mails de usuário poderá ser alterada quando ocorrer mudança de lotação.

11.4. Cada lista de e-mail será administrada pelo gestor da unidade organizacional a que se relaciona.

11.5. Todos os colaboradores estão autorizados a enviar mensagens para qualquer lista de e-mail, não sendo necessário que façam parte dela.

11.6. É vedado o envio de mensagens cujo colaborador remetente não possa ser identificado, excetuando-se somente o envio de mensagens automáticas geradas pelo sistema gerenciado pela Sefaz ou comunicações institucionais.

## 12. DO CANCELAMENTO DAS CONTAS

12.1. Quando do desligamento ou afastamento dos Colaboradores, a Cotic será responsável pela desativação ou pela exclusão de acesso ao correio eletrônico, podendo preservar os seus dados.

12.1.1. A Cogep deverá manter atualizado, em sistema informatizado, o cadastro dos colaboradores em caso de alterações cadastrais.

12.2. Contas de e-mail sem utilização por mais de 180 (cento e oitenta) dias e sem justificativa poderão ser canceladas.

12.3. Contas de e-mail que não forem acessadas em 30 (trinta) dias desde sua criação poderão ser excluídas, sendo necessária nova solicitação de abertura.

## 13. EXCEÇÕES

13.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas serão resolvidos pelo Comitê de Segurança da Informação e Privacidade de Dados (CSIPD).

## 14. PENALIDADES

14.1. O não cumprimento da Norma de Uso de Correio Eletrônico por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.

## 15. ELUCIDÁRIO

15.1. Backup: cópia de segurança de mensagens ou dados, para ser utilizada quando necessária a recuperação de informações.

15.2. Confidencialidade: propriedade da informação pela qual não estará disponível ou divulgada a indivíduos, entidades ou processos sem autorização. É a garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada.

15.3. Conta de e-mail corporativa ou institucional: conta virtual provida por esta Sefaz, composta por uma caixa postal eletrônica associada a uma identificação de usuário com sufixo "@sefaz.ce.gov.br", denominada endereço de e-mail e acessível por meio de senha pessoal.

15.4. Correio eletrônico corporativo ou e-mail corporativo: serviço de tecnologia da informação, disponibilizado pela Sefaz, que permite o envio e recebimento de mensagens eletrônicas.

15.5. Disponibilidade: propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade.

15.6. Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

15.7. Lista de e-mail: endereço de e-mail que agrega um conjunto de endereços de e-mail cadastrados na Sefaz. Os colaboradores pertencentes a uma lista recebem uma cópia de todas as mensagens enviadas a esse endereço.

15.8. Quota de e-mail: capacidade máxima de armazenamento da caixa postal eletrônica associada a uma conta de e-mail corporativa, que compreende as mensagens e seus anexos.

15.9. Spam: é o envio de mensagens geralmente de caráter publicitário, apelativo, e principalmente não solicitadas, incômodas e inconvenientes para uma grande quantidade de pessoas. Na sua forma mais usual, o Spam é uma mensagem de correio eletrônico, porém, é comum sua ocorrência em outros meios eletrônicos.

15.10. Unidade organizacional: divisão organizacional constante no organograma da Sefaz, bem como comissões e grupos de trabalho.

15.11. Vírus de computador: programa de computador que pode causar dano aos sistemas informatizados, comprometendo de alguma forma a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e serviços do computador.

15.12. Webmail: aplicação Web que pode ser utilizada pelo usuário para ler e transmitir mensagens de correio eletrônico.

## ANEXO IX A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA DE USO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA

### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento visa estabelecer e difundir a Norma de Uso de Recursos de Informática no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), definindo critérios que orientem a conduta dos colaboradores em relação ao uso adequado dos recursos de informática, de forma a preservar e proteger as informações da instituição.

### 2. ABRANGÊNCIA

2.1. Esta norma abrange os dispositivos, sistemas e canais de comunicação, sejam eles de propriedade da instituição ou propriedade particular, que o colaborador utilize para acessar ou armazenar dados da Sefaz.

### 3. NORMAS GERAIS

3.1. Consideram-se recursos de informática os dispositivos, sistemas e canais de comunicação que processem, armazenem ou trafeguem dados da Sefaz, sejam tais recursos de propriedade da instituição, ou de propriedade particular.

3.2. Os recursos de propriedade da Sefaz são colocados à disposição dos colaboradores para auxílio no desenvolvimento das atividades profissionais, podendo ser restringidos ou revogados a qualquer tempo, em caráter total ou parcial, de acordo com os interesses da Instituição.

3.3. A Sefaz classifica como críticos os recursos de informática que, em caso de falha ou indisponibilidade, poderá ocasionar impacto relevante ao negócio.

3.4. Os recursos de informática críticos devem ser monitorados e protegidos por medidas de segurança e backup para garantir a continuidade dos negócios em caso de falha.

3.5. Somente pessoal autorizado pode utilizar os recursos de informática da Sefaz.

3.6. Somente os recursos homologados e inventariados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotic) e autorizados pelo gestor da área solicitante podem ser utilizados para acesso à rede corporativa da Sefaz.

3.7. A Célula de Infraestrutura de TIC (Ceiti) prestará suporte apenas aos recursos de propriedade da Sefaz.

3.8. Os equipamentos de informática da Sefaz que estejam fora da rede corporativa devem ser providos de mecanismos de segurança, os quais serão configurados pela Ceiti, tais como software de criptografia, software antivírus, firewall, dentre outros.

3.9. Dados de natureza sigilosa ou crítica, ainda que armazenados temporariamente em estações de trabalho, notebooks, smartphones e outros dispositivos móveis, devem ser transferidos para o local apropriado na rede, de modo a assegurar a sua atualização e a devida salvaguarda por meio do backup corporativo.

3.10. As informações de natureza sigilosas da Sefaz só podem ser copiadas para dispositivos móveis com autorização formal do Gestor da informação, conforme procedimentos a serem definidos.

3.11. Os dados de natureza sigilosa da Sefaz só poderão ser hospedados em locais não controlados pela instituição caso estes locais possuam níveis de proteção equivalente ou superior ao existente internamente.

3.12. Todos os arquivos eletrônicos recebidos ou enviados, assim como os dispositivos de armazenamento devem ser verificados quanto a contaminação por malware e outras ameaças de segurança.

3.13. Caso o colaborador esteja utilizando recursos de informática para acessar a rede corporativa da Sefaz e verifique ou suspeite da ocorrência de malware, deverá comunicar imediatamente à Cotic.

3.14. É vedada a realização de operações que possam disseminar malware, por exemplo, anexar a e-mails arquivos não confiáveis, conectar dispositivos de armazenamento suspeitos, dentre outras.

3.15. As estações de trabalho, notebooks, e outros dispositivos que acessam a rede corporativa devem possuir mecanismos de proteção de tela e bloqueio automático, permanentemente habilitados, sendo vedada a sua desativação por parte dos colaboradores. Tais mecanismos deverão entrar em ação a partir de um determinado tempo de inatividade do equipamento ou por comando manual, exigindo senha para o desbloqueio.

3.16. Os colaboradores, sempre que se ausentarem, devem zelar pela segurança das informações nas estações de trabalho, notebooks, smartphones e outros dispositivos móveis, por meio do bloqueio manual destes equipamentos.

3.17. Todos os equipamentos, tais como estações de trabalho, notebooks, impressoras e scanners devem ser desligados ou hibernados ao final do expediente, a menos que as necessidades de trabalho demandem o contrário.

3.18. Os dispositivos que armazenem informações de natureza sigilosa da instituição devem possuir requisitos de segurança, por exemplo, a utilização de senhas e software de criptografia, que protejam as informações da Sefaz em caso de perda, roubo ou acessos não autorizados.

3.19. É vedado, dentro da rede corporativa, o uso dos recursos de informática para finalidades incompatíveis com os interesses da instituição, ou que possam prejudicar outras organizações ou pessoas, tais como:

3.19.1. Comprometimento do sigilo das informações da Sefaz ou de qualquer órgão, entidade ou empresa de caráter público ou privado.

3.19.2. Prática de jogos eletrônicos.

3.19.3. Atividade, por meio de qualquer ato, de hostilidade eletrônica, como: acesso indevido a dados de páginas internet ou servidores de hospedagem; invasão, cópia, alteração ou destruição de informações armazenadas em computadores, dispositivos de rede ou equipamentos eletrônicos em geral.

3.19.4. Armazenamento, instalação, execução ou compartilhamento de cópia não autorizada de software ou dados.

3.19.5. Utilização de quaisquer aplicativos ou sistemas que realizam varreduras ou interceptações de pacotes da rede sem prévia autorização.

3.20. É vedada a cópia não autorizada de software adquirido ou desenvolvido pela Sefaz.

3.21. São vedadas as conexões de estações de trabalho, notebooks, smartphones e outros dispositivos móveis de propriedade da Sefaz, situados em ambiente corporativo, em outras redes de dados que não sejam as redes desta Secretaria, exceto quando previamente autorizadas pela Ceiti.

3.22. É vedado aos colaboradores alterar os padrões e as configurações estabelecidas pela Ceiti para os recursos de informática.

3.23. A Sefaz poderá, sempre que julgar necessário, vedar o uso de dispositivos de propriedade dos colaboradores na rede corporativa, tais como notebooks, smartphones e outros dispositivos em geral.

3.24. Os equipamentos de informática que acessem a rede corporativa podem ser periodicamente vistoriados pela Ceiti, a fim de avaliar sua utilização adequada.

3.25. Os softwares e os conteúdos não autorizados, encontrados em recursos de informática de propriedade da Sefaz, devem ser removidos e os colaboradores serão responsabilizados pelas instalações indevidas.

#### 4. USO DE RECURSOS DA SEFAZ

4.1. Os colaboradores devem zelar pelos recursos de informática colocados à sua disposição, fazendo uso racional dos mesmos, sob pena de responsabilização pelo seu mau uso.

4.2. Somente recursos homologados pela Cotic podem ser instalados em ativos ou na rede da Sefaz.

4.3. A homologação de recursos de informática deverá produzir a documentação necessária para a sua gerência e eventual recuperação, por exemplo, arquitetura da solução, requisitos, política de backups, dentre outros.

4.4. Colaboradores da Cotic possuem a prerrogativa de instalar, em suas estações de trabalho, software relacionado às suas atividades de trabalho, que não passaram pelo processo formal de homologação.

4.5. Colaboradores da Cotic possuem a prerrogativa de instalar, em suas estações de trabalho, softwares relacionados às suas atividades de trabalho que não passaram pelo processo formal de homologação. Esta prerrogativa deve ser dada somente àqueles que desempenham atividades em que há forte dependência e dinamicidade no conjunto de softwares utilizados. É de responsabilidade do gestor de cada área da TIC a avaliação de quais dos seus colaboradores necessitam de tal prerrogativa.

4.6. O uso de recursos de informática de propriedade da Sefaz para fins de trabalho fora das dependências da Instituição deve ser autorizado pelo Gestor da unidade requisitante.

4.7. Cabe à Ceiti:

4.7.1. Controlar os recursos de informática, mantendo um inventário atualizado, e estabelecer e manter suas configurações, bem como os recursos de segurança.

4.7.2. A responsabilidade pela movimentação dos recursos de informática, instalação ou remoção de componentes, como por exemplo, modems, discos rígidos, memórias, placas, devendo exigir, quando aplicável, a autorização formal do Gestor solicitante.

4.7.3. Proceder à completa eliminação de todas as informações armazenadas nos recursos de informática, precedida de backup dos dados críticos, sendo obrigatória sua execução anteriormente à retirada de equipamentos para manutenções e consertos fora das instalações da Sefaz, descarte de equipamentos, doação, devolução de equipamentos de terceiros, entre outros.

#### 5. USO DE RECURSOS PARTICULARES

5.1. A Sefaz permite a utilização de recursos de informática de propriedade de seus colaboradores para acesso ao ambiente informatizado da instituição, desde que respeitados os critérios abaixo:

5.1.1. Os recursos de informática devem ser configurados pela Ceiti antes de sua utilização para acesso ao ambiente informatizado da Sefaz, de forma a atender todas as regras de segurança estabelecidas pela Instituição.

5.1.2. O equipamento é de completa responsabilidade do colaborador.

5.1.3. A proteção do conteúdo armazenado é de responsabilidade do colaborador.

5.1.4. Todos os softwares instalados devem possuir licença regular sob pena de o colaborador perder o direito de uso do recurso, além de responder a ação no caso de qualquer infração a direitos autorais.

5.1.5. O colaborador deverá armazenar os dados pertencentes à Sefaz na solução corporativa de armazenamento.

5.1.6. A Sefaz, caso for necessário, poderá monitorar e inspecionar o equipamento de informática de propriedade do colaborador, desde que o mesmo acesse a rede corporativa.

5.1.7. O colaborador entende que o recurso de informática está sendo colocado à disposição da Sefaz como beneficiária de uso temporário e parcial, em caráter não oneroso, sem qualquer responsabilidade por parte da instituição.

5.1.8. A Sefaz não se responsabiliza pela perda, deterioração, furto, extravio ou danos em equipamento particular.

5.1.8.1. Nas hipóteses acima, o colaborador deverá informar a ocorrência à instituição imediatamente.

5.1.8.2. A Sefaz não efetuará manutenções, troca de peças ou conserto do recurso de informática do colaborador.

#### 6. EXCEÇÕES

6.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas quanto à aplicação da PSI serão resolvidos pelo Comitê de Segurança Institucional de Privacidade de Dados (CSIPD).

#### 7. PENALIDADES

7.1. O não cumprimento da Norma de Uso de Recursos de Informática por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.

#### 8. ELUCIDÁRIO

8.1. Malware: software malicioso, projetado para infiltrar um sistema computacional, com a intenção de roubar dados ou danificar aplicativos ou o sistema operacional. Esse tipo de software costuma entrar em uma rede por meio de diversas atividades aprovadas pela empresa, como e-mail ou sites. Entre os exemplos de malware estão os vírus, worms, trojans (ou cavalos de Troia), spyware, adware e rootkits;

8.2. Mineração de criptomoedas: processo de verificar transações e adicionar novos blocos a uma rede blockchain, usando computadores de alto desempenho para resolver problemas matemáticos complexos. Os mineradores são recompensados com novas criptomoedas e taxas de transação por seu trabalho.

8.3. Rede corporativa: infraestrutura de comunicação interna da SEFAZ, usada para conectar seus dispositivos, sistemas e recursos. É projetada para atender às necessidades da organização, fornecendo conectividade confiável, controle de acesso e segurança para proteger os dados corporativos.

### ANEXO X A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2023 - NORMA GESTÃO DO SISTEMA CORPORATIVO DE CIRCUITO FECHADO DE TV - CFTV

#### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este documento visa estabelecer e difundir a Norma de Gestão do Sistema Corporativo do Circuito Fechado de TV - CFTV com o objetivo de prover transparência e segurança aos servidores e usuários no que concerne à implantação e funcionamento do sistema de CFTV na Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), de acordo com as leis e regulamentos pertinentes ao assunto.

#### 2. ABRANGÊNCIA

2.1. Essa norma engloba o sistema de CFTV, o qual é composto por toda infraestrutura física e lógica responsável por registrar imagens e vídeos sem áudio, que auxiliam nos seguintes processos:

2.1.1. Segurança dos colaboradores e do patrimônio do estado;

2.1.2. Controle da Circulação de Mercadorias em Trânsito e outras atividades da administração fazendária;

2.1.3. Identificação de condutas que oportunizem a melhoria da qualidade do atendimento e a orientação das boas práticas profissionais no exercício das atividades fazendárias.

#### 3. RESPONSABILIDADES

3.1. Cabe à Célula de Infraestrutura (Ceinf) as seguintes responsabilidades

3.1.1. Gerenciar o sistema de CFTV das unidades;

3.1.2. Realizar o resgate de imagens de acordo com as solicitações, mediante autorização da administração da SEFAZ;

3.1.3. Realizar os estudos técnicos preliminares para contratações de soluções de CFTV tais como: aquisição de equipamentos, sistemas, infraestrutura para instalação e serviços de suporte para o sistema;

3.1.4. Realizar a implantação de equipamentos, sistemas e serviços de suporte para o sistema de CFTV;

3.1.5. Auxiliar na execução de atualizações e upgrades do sistema de CFTV solicitadas pela Ceinf;

3.1.6. Auxiliar no gerenciamento de banco de dados e apoiar na atualização dos softwares básicos dos servidores que dão suporte ao sistema de CFTV

3.1.7. Articular junto à administração da SEFAZ a criação e modificação das regras de funcionamento do sistema;

3.1.8. Recepcionar, avaliar e adotar as medidas cabíveis concernentes a anomalias ou mal funcionamento do sistema;

3.1.9. Realocar os equipamentos que compõem o sistema de CFTV;

3.1.10. Recepcionar e providenciar as solicitações de registro e cancelamento de usuário para garantir e revogar os acessos;

3.1.11. Operacionalizar a inclusão, alteração, exclusão e suspensão de usuários no cadastro do sistema;

3.1.12. Operacionalizar a configuração e reconfiguração do sistema de CFTV baseado em análise de relatórios do sistema e “feedback” dos usuários;

3.1.13. Abrir chamados de suporte para as empresas contratadas referente aos problemas técnicos da solução de CFTV;

3.1.14. Realizar a manutenção preventiva e corretiva das câmeras utilizadas no sistema de CFTV;

3.2. Cabe à Célula de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ceiti), as seguintes responsabilidades:

3.2.1. Gerenciar a infraestrutura de tecnologia da informação e de comunicação (TIC) que dá suporte ao sistema de CFTV;



- 3.2.2. Manter a confiabilidade, a integridade, a disponibilidade e o desempenho da infraestrutura necessária ao sistema de CFTV;
- 3.2.3. Corrigir incidentes/problemas de infraestrutura de TIC necessários ao sistema CFTV;
- 3.2.4. Abrir chamados de suporte dos fornecedores e acompanhar a solução de problemas técnicos relacionados à infraestrutura de TIC do CFTV;
- 3.2.5. Executar a política de backups definida pela Ceinf;
- 3.2.6. Gerenciar a infraestrutura de rede, de comunicação, de hardware e de armazenamento de imagens para o sistema de CFTV;
- 3.3. Cabe aos Usuários do sistema de CFTV:
- 3.3.1. Monitorar as imagens e vídeos relativos às suas atividades e tratar as informações;
- 3.3.2. Fazer uso das imagens e vídeos para fins específicos de suas atividades;
- 3.3.3. Propor a inclusão de novas câmeras ou reposicionamento das câmeras existentes;
- 3.3.4. Detectar câmeras com mau funcionamento e solicitar o reparo através da plataforma de abertura de chamados.
- 3.3.5. Estar ciente de suas responsabilidades e seus papéis de forma a evitar o mau uso dos recursos do sistema de CFTV.
- 3.3.6. Poderão acessar o sistema de CFTV:
- 3.3.6.1. Secretário da Fazenda;
- 3.3.6.2. Secretário Executivo;
- 3.3.6.3. Coordenadores de Administração Fazendária;
- 3.3.6.4. Outros colaboradores mediante autorização do orientador da área de origem do solicitante e aprovação do coordenador da área gestora do CFTV.
- 3.4. Cabe à Assessoria Jurídica (Asjur):
- 3.4.1. Realizar assessoramento jurídico no que tange aos efeitos legais do uso ou acesso às imagens e aos vídeos oriundos do sistema de CFTV;
- 3.4.2. Minutar atos administrativos normativos sobre as atividades inerentes ao sistema de CFTV, após instada a tanto, e levá-los à apreciação das autoridades competentes.
4. DA MANUTENÇÃO E REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CFTV
- 4.1. A manutenção e os consertos dos equipamentos devem ser realizados somente por pessoal de manutenção autorizado.
- 4.2. Os equipamentos não devem ser retirados ou realocados sem autorização prévia da Ceinf.
- 4.3. Os funcionários, fornecedores e terceiros que tenham sido autorizados para promover a remoção ou alocação de equipamentos devem ser previamente identificados.
- 4.4. Devem ser estabelecidos limites de tempo para a retirada de equipamentos do local por empresa contratada e a devolução deve ser controlada.
- 4.5. Deve ser feito um registro da retirada e da devolução de equipamentos, através da central de atendimento do usuário.
- 4.6. Sempre que possível, a remoção de equipamentos não deve implicar na descontinuidade do serviço.
5. DO TRATAMENTO DE MÍDIAS
- 5.1. As mídias que contenham imagens ou vídeos devem ser disponibilizadas por meio de ferramentas de armazenamento digital com acesso restrito ao solicitante.
- 5.2. As mídias disponibilizadas devem ter o acesso removido após 60 dias do envio do link juntamente com a confirmação de recebimento pelo solicitante.
6. DO GERENCIAMENTO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA
- 6.1. A área gestora do CFTV deve implementar procedimentos formais de registro e cancelamento de usuário para garantir e revogar acessos, observados os seguintes itens:
- 6.1.1. Utilizar identificador de usuário (ID de usuário) único para assegurar a responsabilidade de cada usuário por suas ações;
- 6.1.2. Verificar se o nível de acesso solicitado e concedido é apropriado ao propósito do negócio e é consistente com a política de segurança da Sefaz;
- 6.1.3. Remover imediatamente ou bloquear direitos de acesso de usuários que mudaram de cargos ou funções, ou deixaram a organização;
- 6.1.4. Estabelecer perfis de acesso de usuário baseados nos requisitos dos negócios.
- 6.2. ANÁLISE CRÍTICA DOS DIREITOS DE ACESSO DE USUÁRIO
- 6.2.1. O gestor que autorizou o acesso será responsável por conduzir a intervalos regulares à revisão dos direitos de acesso dos usuários, por meio de um processo formal.
- 6.3. MONITORAMENTO E AUDITORIA DO USO DO SISTEMA
- 6.3.1. Devem existir registros (logs) de auditoria contendo atividades dos usuários e outros eventos de segurança, sendo os mesmos produzidos e mantidos por um período de tempo para auxiliar em futuras investigações e monitoramento de controle de acesso.
- 6.3.2. O sistema de CFTV deve ser configurado de forma a não permitir que os técnicos de apoio tenham permissão de exclusão ou desativação dos registros (log) de suas próprias atividades.
- 6.4. GERENCIAMENTO DA REDE
- 6.4.1. As redes onde trafegam as imagens e vídeos inerentes ao sistema de CFTV devem ser adequadamente gerenciadas, controladas e protegidas contra ameaças.
- 6.4.2. Os controles devem garantir a segurança das imagens e vídeos e a devida proteção contra acesso não autorizado.
- 6.5. Notificação de incidentes de segurança e solicitações de imagens
- 6.5.1. Os incidentes de segurança relacionados ao sistema de CFTV devem ser comunicados, de forma a permitir a tomada de ação corretiva em tempo hábil, utilizando procedimento formalmente definido previamente.
- 6.5.2. As solicitações de imagens devem ser formalizadas pelo gestor da unidade solicitante através da central de atendimento do usuário ou outra que venha a substituí-la.
- 6.5.3. É vedada a solicitação de imagens:
- 6.5.3.1. Para fins particulares;
- 6.5.3.2. Para finalidades que possam ser alcançadas de outra forma menos invasiva à imagem da pessoa natural.
- 6.5.4. As solicitações externas de imagens devem ser formalizadas por órgão de segurança através do procedimento corporativo adequado, seja plataforma virtual ou presencialmente.
7. EXCEÇÕES
- 7.1. Os casos omissos, excepcionais e eventuais dúvidas ao disposto neste documento normativo deverão ser submetidos à aprovação da administração da SEFAZ.
8. PENALIDADES
- 8.1. O não cumprimento da Norma de Gestão do Sistema Corporativo de Circuito Fechado de TV - CFTV por parte dos colaboradores estará sujeito às penalidades previstas nas esferas administrativa, civil e penal.
9. ELUCIDARIO
- 9.1. Acesso: conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique.
- 9.2. Backup: cópia de segurança de mensagens ou dados, para ser utilizada quando necessária a recuperação de informações.
- 9.3. Confidencialidade: propriedade da informação pela qual não estará disponível ou divulgada a indivíduos, entidades ou processos sem autorização. É a garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada.
- 9.4. Disponibilidade: propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade.
- 9.5. Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- 9.6. Incidente de Segurança: qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores.
- 9.7. Mídia – Dispositivo no qual as informações, vídeos e imagens no caso desta norma, que podem ser armazenadas.

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº364/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE EXCLUIR, a partir de 01/09/2023, da Portaria nº0305/2021, de 20.09.2021, publicada no D.O.E de 24.09.2021, que designou o servidor **JUSCELINO FORTES NOBRE RODRIGUES**, Auditor Fiscal da Receita Estadual, 4ª Classe, Referência E, matrícula nº 104067-1-4, para a Célula de Julgamento de 1ª Instância e designá-lo para a Coordenadoria de Conformidade Tributária. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de setembro de 2023.

Saulo Araújo Toscano Junior  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

\*\*\* \*\* \*



**PORTARIA Nº365/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE EXCLUIR, a partir de 01/09/2023, da Portaria nº0305/2021, de 20.09.2021, publicada no D.O.E de 24.09.2021, que designou a servidora **ANA CLAUDIA MACHADO SILVA FORTES**, Auditor Fiscal da Receita Estadual, 4ª Classe, Referência E, matrícula nº 104066-1-7, para a Célula de Julgamento de 1ª Instância e designá-la para a Coordenadoria de Conformidade Tributária. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de setembro de 2023.

Saulo Araújo Toscano Junior  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº366/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o art. 1º do Decreto nº 18.622/1987, de 20 de maio de 1987, e o Parecer PGE nº 4090/2016, RESOLVE AUTORIZAR **dispensa de ponto** ao servidor **SARIS PINTO MACHADO JÚNIOR**, matrícula nº 105780-1-9, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, 4ª Classe, Referência E, lotado na Secretaria da Fazenda, para, no período de 03 e 04 de outubro de 2023. A referida liberação do Conselheiro Consultivo de Assuntos Parlamentares da AUDITECE, será para participação na 222ª Reunião do Conselho Deliberativo da FENAFISCO- Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, que ocorrerá em Brasília – DF, sem ônus para o Estado. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de setembro de 2023.

Saulo Araujo Toscano Junior  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTAO INTERNA

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº368/2023** - O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Decreto nº 31.340 de 05.11.2013, RESOLVE **Constituir a Comissão** responsável pelo Inventário dos bens e reavaliação dos bens móveis permanentes da Secretaria da Fazenda, no exercício de 2023, composta pelos **MEMBROS** relacionados no Anexo Único desta portaria; SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de setembro de 2023.

Fabrizio Gomes Santos  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº368/2023, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023

MATRÍCULA	SERVIDOR	FUNÇÃO/ATIVIDADES
063665-1-1	Francisco Anselmo dos Santos Filho	PRESIDENTE – Coordenar as atividades relativas ao Inventário do exercício de 2023 da Secretaria da Fazenda.
300504-5-2	Adriana Reis Rodrigues	MEMBRO – Responsável pelo inventário de material de consumo e bens móveis permanente
106088-1-3	Ana Cristina Sousa de Oliveira Soboia	MEMBRO – Responsável pelo inventário de bens móveis.
497644-1-3	Thiago Barcelos dos Santos	MEMBRO – Responsável pelo inventário de bens intangíveis
038018-1-0	Idelsa Nogueira de Queiroz	MEMBRO – Responsável pelos lançamentos contábeis inerentes aos inventários citados.

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº0029/2023**

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SOBRAL/CE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista A IN 77/2019 E EM ATENDIMENTO AO MMF 202315369 DE 10/03/2023, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seu dirigente ou responsável, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em SOBRAL/CE, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Sobral/Ce, 11 de setembro de 2023.

José Nogueira Carlos  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº0029/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
001	06.835.660-9	GL PRADO REPRESENTAÇÕES E DISTRIBUIDORA COM. E SERVIÇOS LTDA

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº0032/2023**

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o artigo 39, inciso I, § 1º, da Instrução Normativa nº 77, de 08 de novembro de 2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Juazeiro do Norte, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Juazeiro do Norte, 12 de setembro de 2023.

Cícero Ferreira de Freitas  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº0032/2023, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.490749-0	KELLY CRISTINA DO NASCIMENTO RAMALHO 05320004397
02	06.774853-8	JOSÉ CARLOS BARBOSA DE LIRA 42685981449

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº243/2023**

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 39, da Instrução Normativa Nº. 077/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (Dez) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seu dirigente ou responsável, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em , com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, em Fortaleza, 01 de setembro de 2023.

Jorge Luis Vidal de Queiroz  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº243/2023, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	07.099.720-9	PRIME CELL COMERCIO DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº244/2023**

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 39, da Instrução Normativa Nº. 077/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (Dez) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seu dirigente ou responsável, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Parangaba, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Jorge Luis Vidal de Queiroz  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº244/2023, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.450.916-8	EUDES PORTELA SOUSA JUNIOR

\*\*\* \*\*

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº247/2023

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 39, da Instrução Normativa Nº. 077/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (Dez) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seu dirigente ou responsável, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Parangaba, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, em Fortaleza, 05 de setembro de 2023.

Jorge Luis Vidal de Queiroz  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº247/2023, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	07.097.507-8	RL CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA - ME

\*\*\* \*\*

## EDITAL DE INTIMAÇÃO 36/2023

Conforme dispõe o parágrafo 10º, artigo 105 do Decreto nº 34.605/2022, fica o contribuinte **JOSE RENATO SILVEIRA**, Inscrição Estadual 06.202.017-0, C.N.P.J 08.335.701/0001-93, **notificado** a recolher, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência dos termos de notificações: Nº 202360361, Nº 202360359, Nº 202360397, Nº 202360396 e Nº 202360357 dos meses Janeiro de 2018 a Novembro de 2022, referente ao ICMS Substituição Tributária das entradas internas cargas líquidas que consta no ANEXO III DO DECRETO Nº 29.560, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008. Os valores a recolher referentes ao ICMS e os acréscimos legais poderão ser consultados no Ambiente seguro da SEFAZ, no Portal SIGET - Sistema de Gerenciamento Tributário por meio do DT-e - Domicílio Tributário Eletrônico. O contribuinte será considerado intimado 15 (quinze) dias após a data da publicação, Art. 73 Inciso IV do DECRETO Nº 35.010, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022. CÉLULA DE EXECUÇÃO E ADMISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Sobral, 11 de setembro de 2023.

José Nogueira Carlos  
ORIENTADOR DA CEXAT DE SOBRAL

\*\*\* \*\*

## EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº045.2023

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o artigo 58, § 1º, inciso III, da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte **ADRIANA SANTOS DO ROSÁRIO** 01660539293, CGF nº 06.136.046-5, para, através de seus dirigentes ou responsáveis, junto à CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (quinze) dias após a publicação ou afixação deste Edital, tomar ciência do Termo de Intimação nº 2023.25406, emitido em 06/09/2023, em decorrência de conclusão de fiscalização no estabelecimento do contribuinte acima referido, autorizada por meio do Mandado de Ação Fiscal nº 2023.21177, apresentado o seguinte resultado: "Fica o contribuinte intimado a tomar ciência do resultado do trabalho de fiscalização, qual seja: débitos de ICMS Substituição Interestadual dos períodos 01, 05 a 07 de 2021; 01, 02 e 04 de 2022, conforme relatórios anexos. Informo que estar suspenso o direito de espontaneidade do contribuinte conforme parágrafo único do Art. 138 do Código Tributário Nacional - CTN.". CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Juazeiro do Norte, 06 de setembro de 2023.

Cicero Ferreira de Freitas  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

\*\*\* \*\*

## EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº341/2023

## MANDADO DE AÇÃO FISCAL 2023.21579

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Art. 38 do Decreto 34.605/2022 e Art. 58, § 1º, inciso III, da Lei nº 18.185/2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte: **4K DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES LTDA ME**, CGF nº 06.747.101-3, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº 2023.21579, com a finalidade de executar AUDITORA FISCAL RESTRITA, no período de 01/01/2019 a 31/10/2021, por motivo de FISCALIZAÇÃO DE DÉBITOS REGISTRADOS NO SITRAM. Fica caracterizada a cientificação decorrido o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste EDITAL, cessando os efeitos da espontaneidade prevista no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Iguatu, 12 de setembro de 2023.

Antonio Eugenio de Moraes Lima  
ORIENTADOR DA CEXAT EM IGUATU

\*\*\* \*\*

## EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº342/2023

## MANDADO DE AÇÃO FISCAL 2023.21577

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Art. 38 do Decreto 34.605/2022 e Art. 58, § 1º, inciso III, da Lei nº 18.185/2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte: **LUIS RAHMAN LEAL - EPP**, CGF nº 06.983.780-5, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº 2023.21577, com a finalidade de executar AUDITORA FISCAL RESTRITA, no período de 01/04/2018 a 31/07/2021, por motivo de FISCALIZAÇÃO DE DÉBITOS REGISTRADOS NO SITRAM. Fica caracterizada a cientificação decorrido o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste EDITAL, cessando os efeitos da espontaneidade prevista no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Iguatu, 12 de setembro de 2023.

Antonio Eugenio de Moraes Lima  
ORIENTADOR DA CEXAT EM IGUATU

\*\*\* \*\*

## EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº343/2023

## MANDADO DE AÇÃO FISCAL 2023.21600

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Art. 38 do Decreto 34.605/2022 e Art. 58, § 1º, inciso III, da Lei nº 18.185/2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte: **L. C. UCHÔA DE ABREU ME**, CGF nº 06.281.986-0, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº 2023.21600, com a finalidade de executar AUDITORA FISCAL RESTRITA, no período de 01/01/2019 a 31/07/2019, por motivo de FISCALIZAÇÃO DE DÉBITOS REGISTRADOS NO SITRAM. Fica caracterizada a cientificação decorrido o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste EDITAL, cessando os efeitos da espontaneidade prevista no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Iguatu, 12 de setembro de 2023.

Antonio Eugenio de Moraes Lima  
ORIENTADOR DA CEXAT EM IGUATU

\*\*\* \*\*

## EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº483/2023

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista art. 39 do Decreto 34.605/22, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o **CONTRIBUINTE** relacionado no Anexo Único deste Edital para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL CESEC, dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, contados a partir de 15 (quinze) dias após a publicação ou afixação deste Edital, impugnarem os respectivos AUTOS DE INFRAÇÃO ou recolherem o lançado e correspondente Crédito Tributário. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL CESEC, em Fortaleza, 11 de setembro de 2023.

Maria Cristina de Moura Goes  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº483/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	AUTO DE INFRAÇÃO
01	06.362.070-7	M I INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA	2023.23938
02	06.362.070-7	M I INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA	2023.23941
03	06.362.070-7	M I INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA	2023.23945
04	06.362.070-7	M I INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA	2023.23946

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº484/2023- CESEC**

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS - CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o art. 39 do Decreto 34.605/22, FAZ SABER que o **CONTRIBUINTE** relacionado no Anexo Único deste Edital fica **INTIMADO** do TERMO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO FISCAL relacionado no Anexo Único deste Edital; para retomar à sua guarda os seus livros e documentos utilizados na ação Fiscal ora encerrada, caso ainda não o tenha feito; e para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital (art. 79, inciso IV e art. 80, inciso IV, da lei nº 15.614/14), impugnar(em) o(s) AUTO(S) DE INFRAÇÃO relacionado(s) (Nº AUTO DE INFRAÇÃO: 2023.23938/ 2023.23941/ 2023.23945/ 2023.23946), no presente Termo de Conclusão da Ação fiscal ou recolher o valor lançado, correspondente a Crédito Tributário. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, em Fortaleza, 11 de setembro de 2023.

Maria Cristina de Moura Goes

ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº484/2023 CESEC

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	TERMO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO FISCAL
01	06.362.070-7	M I INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA	2023.21171

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº485/2023 - CESEC**

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS - CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **EVELYNE CORREIA DE ALMEIDA ME**, CGF: 06.780.044-0, fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, cumprir a respectiva obrigação tributária, relacionada no Anexo Único deste Edital, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital tomar ciência do TERMO DE INTIMAÇÃO Nº 2023.25395. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, em Fortaleza, 11 de setembro de 2023.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº486/2023 - CESEC**

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS - CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **Z Y COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, CGF: 06.573.190-5, fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, cumprir a respectiva obrigação tributária, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital tomar ciência do TERMO DE INTIMAÇÃO Nº 2023.25424. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, em Fortaleza, 11 de setembro de 2023.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº487/2023 - CESEC**

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS - CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **Z Y COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, CGF: 06.573.190-5, fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, cumprir a respectiva obrigação tributária, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital tomar ciência do TERMO DE INTIMAÇÃO Nº 2023.25426. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, em Fortaleza, 11 de setembro de 2023.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº488/2023 - CESEC**

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS - CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **MISS BELLY INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME**, CGF: 06.358.565-0 fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, dirigir-se à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado a partir de 15 (quinze) dias após a publicação ou afixação deste EDITAL, tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº 2022.20813. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL - CESEC, em Fortaleza, 11 de setembro de 2023.

Maria Cristina de Moura Goes

ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº DO DOCUMENTO 021/2023**

PROCESSO Nº: 07606372 / 2023 CEDEP. OBJETO: **INSCRIÇÃO DE SERVIDOR DA SEFAZ NO CURSO DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL E PLANEJAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO: INTEGRANDO COMPETÊNCIAS, TECNOLOGIA E ESTRATÉGIA.** JUSTIFICATIVA: O tema a ser abordado se insere no rol de competências das atividades desenvolvidas na Célula de Desenvolvimento Institucional, setor responsável pelo dimensionamento das áreas da Secretaria da Fazenda. VALOR GLOBAL: R\$ 1.690,00 ( HUM MIL, SEISCENTOS E NOVENTA REAIS ) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19100001.04.122.231.10872.15.449039.1.500.9100000.0.4.01. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 25, INCISO II, E §1º DA LEI Nº 8.666/1993. CONTRATADA: **ESCOLA DE NEGÓCIOS CONEXÕES EDUCAÇÃO EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ: 07.774.090/0001-17. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: ANNA ISABELLE GOMES PEREIRA SANTOS, Coordenadora de Gestão de Pessoas. RATIFICAÇÃO: SAULO ARAÚJO TOSCANO JÚNIOR, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Fazenda.

Saulo Araújo Toscano Júnior

ORDENADOR DE DESPESA

Publique-se.



## SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

**PORTARIA Nº157/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, **RESOLVE CONCEDER VALE-TRANSPORTE**, nos termos do § 3º do art. 6º do Decreto nº 23.673, de 3 de maio de 1995, aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, durante o mês AGOSTO/2023. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 13 de setembro de 2023.

Ronaldo Lima Moreira Borges  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº157/2023, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023, REFERENTE AO VALE TRANSPORTE URBANO DO MÊS DE AGOSTO DE 2023

VALE URBANO: CONTRATO Nº019/SEINFRA/2017

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	TIPO	QUANT.
BENEDITO CRISPIM DE LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0394981-8	A	46
PAULO SÉRGIO ALMEIDA MARTINS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	3001821-4	A	46
JORGE DOS SANTOS DUTRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0394821-8	A	46

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº158/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, **RESOLVE CONCEDER VALE-TRANSPORTE**, nos termos do § 3º do art. 6º do Decreto nº 23.673, de 3 de maio de 1995, aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, durante o mês SETEMBRO/2023. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 13 de setembro de 2023.

Ronaldo Lima Moreira Borges  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº158/2023, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023, REFERENTE AO VALE TRANSPORTE URBANO DE SETEMBRO DE 2023

VALE URBANO: CONTRATO Nº019/SEINFRA/2017

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	TIPO	QUANT.
BENEDITO CRISPIM DE LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0394981-8	A	38
PAULO SÉRGIO ALMEIDA MARTINS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	3001821-4	A	38

## DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**PORTARIA Nº1635/2023** - A DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais, em especial na competência deferida na Portaria DETRAN-CE nº 642/2023, de 21/03/2023, com fulcro na Lei nº 12.965, de 22/11/1999, alterada pela Lei nº 14.304, de 16/01/2009, Lei nº 14.719, de 26/05/2010 e Lei nº 15.491, de 27/12/2013, e considerando a documentação constante no processo suite de NUP 08012.012570/2023-10, que contém a devida designação da Diretoria de Habilitação (DIHAB), **RESOLVE AUTORIZAR** os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria a **comporem as COMISSÕES** DE EXAMES DE LEGISLAÇÃO, na cidade de Tauá, durante o período de 01/09/2023 a 15/09/2023, nos locais e horários consignados no aludido Anexo. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 22 de agosto de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva  
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se, publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº1635/2023 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

NOME	FUNÇÃO	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
IASMIN ALVES PEREIRA DE MORAES FEITOSA	Coordenador	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Interior/Manhã	Tauá
MIRIA NICOLE HENRIQUE SA LIMA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Interior/Manhã	Tauá

\*\*\* \*\*

**PORTARIA 1672/2023** - A DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na portaria DETRAN-CE nº 642/2023, de 21/03/2023, com fulcro na Lei nº 12.965, de 22/11/1999, alterada pela Lei nº 14.304, de 16/01/2009, Lei nº 14.719 de 26/05/2010 e Lei nº 15.491/2013, de 27/12/2013, e considerando a documentação constante no processo suite de NUP 08012.012198/2023-41, que contém a devida designação da Diretoria de Habilitação (DIHAB), **RESOLVE AUTORIZAR** os **SERVIDORES** relacionados no Anexo único desta Portaria, a **comporem a COMISSÃO** DE EXAMES DE HABILITAÇÃO VOLANTE, **bem como à VIAJAREM** em objeto de serviço à cidade de ITAPIPOCA/CE, durante o período de 05/09/2023 a 06/09/2023, concedendo-lhes diária(s) e meia, em conformidade com o art. 1º; art. 4º, §1º, alínea “b”; art. 5º e seu §1º e art. 10 do Decreto Estadual nº 30.719 de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr por conta da dotação orçamentária desta autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 23 de agosto de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva  
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se, publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº1672/2023 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

NOME	CARGO	CLASSE	ROTEIRO	PERÍODO	DIÁRIAS	UNIT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
ALEXANDRE ALVES ARAUJO	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 92,00	R\$ 0,00	R\$ 92,00
ANTONIO CLERTON DE SOUSA BRAGA	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DAVID DE ALMEIDA QUINTELA	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 92,00	R\$ 0,00	R\$ 92,00
ELIEZER CARNEIRO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 92,00	R\$ 0,00	R\$ 92,00
FELIPE PEREIRA SAMPAIO	ASSISTENTE DE ATIV DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 92,00	R\$ 0,00	R\$ 92,00
FLAVIO HENRIQUE CASTRO DE SOUSA	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 92,00	R\$ 0,00	R\$ 92,00
GERALDO ARAUJO DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ATIV DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 92,00	R\$ 0,00	R\$ 92,00
JOSE MAILSON DE MESQUITA	VISTORIADOR	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUAN CARLOS DE LIMA FARIAS	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEOMARA RODRIGUES DOS SANTOS	SUPERVISOR REGIONAL	III	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 77,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MANOEL ENELIAS FILHO	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIPOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

NOME	CARGO	CLASSE	ROTEIRO	PERÍODO	DIÁRIAS	UNIT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA FILHO	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RENAN COELHO RAMALHO	ASSISTENTE DE ATIV DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 92,00	R\$ 0,00	R\$ 92,00
RENATO DE LIMA CUNHA	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	V	ITAPIOCA/CE -	05/09/2023 à 06/09/2023	1.5	R\$ 61,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>									<b>R\$ 644,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1684/2023** - A DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições legais, em especial a competência deferida na Portaria Nº 642/2023, de 21 de março de 2023, que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973 e considerando a documentação constante no processo suíte de NUP 08012.009045/2023-17, RESOLVE AUTORIZAR, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, a servidora **ANA PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA**, matrícula 3006303-1, ocupante do cargo efetivo de Agente de Trânsito e Transportes, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais) fazer face as despesas de pronto atendimento deste órgão. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva  
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1690/2023** - A DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais, em especial na competência deferida na Portaria DETRAN-CE nº 642/2023, de 21/03/2023, com fulcro na Lei nº 12.965, de 22/11/1999, alterada pela Lei nº 14.304, de 16/01/2009, Lei nº 14.719, de 26/05/2010 e Lei nº 15.491, de 27/12/2013, e considerando a documentação constante no processo suíte de NUP 08012.012192/2023-74, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR SERVIÇOS EXECUTADOS aos **SERVIDORES** constantes na Portaria nº 1519/2023, designados pelo Núcleo de Exames de Habilitação, vinculado à Diretoria de Habilitação, à comporem a Comissão de Exame de Habilitação Volante, na cidade de Russas, de acordo com o Anexo Único desta Portaria, durante o período de 22/08/2023 a 23/08/2023, conforme o respectivo relatório de frequência, devendo a despesa correr pela conta da dotação orçamentária desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva  
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se, publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº1690/2023 DE 28 DE AGOSTO DE 2023

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
ENZO MATHEUS VALENTE MAIA	Membro	50,00	80,00	4	2	360,00
FRANCIARLES FREIRE ANDRADE	Membro	50,00	80,00	4	2	360,00
FRANCISCO EDUARDO DE JESUS FREITAS	Membro	50,00	80,00	4	2	360,00
FRANCISCO WESLEY FAUSTINO DE OLIVEIRA	Coordenador	60,00	90,00	4	2	420,00
IGOR FREIRE MARTINS	Membro	50,00	80,00	4	2	360,00
JOSE EILSON PITOMBEIRA DE ARRUDA	Coordenador	60,00	90,00	4	2	420,00
LUIZ GONZAGA DE FREITAS JUNIOR	Membro	50,00	80,00	4	2	360,00
NALBER JOSE DA SILVA ALVES	Membro	50,00	80,00	4	2	360,00
PEDRO PAULO DE SOUSA	Coordenador	60,00	90,00	4	2	420,00
TIAGO OLIVEIRA COSTA	Membro	50,00	80,00	4	2	360,00
VAMBERTO CAVALCANTI MARQUES	Presidente	80,00	120,00	4	2	560,00
<b>TOTAL</b>						<b>4.340,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1691/2023** - A DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais, em especial na competência deferida na Portaria DETRAN-CE nº 642/2023, de 21/03/2023, com fulcro na Lei nº 12.965, de 22/11/1999, alterada pela Lei nº 14.304, de 16/01/2009, Lei nº 14.719, de 26/05/2010 e Lei nº 15.491, de 27/12/2013, e considerando a documentação constante no processo suíte de NUP 08012.012193/2023-19, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR SERVIÇOS EXECUTADOS aos **SERVIDORES** constantes na Portaria nº 1487/2023, designados pelo Núcleo de Exames de Habilitação, vinculado à Diretoria de Habilitação, à comporem a Comissão de Exame de Legislação, na cidade de Russas, de acordo com o Anexo Único desta Portaria, durante o período de 01/08/2023 a 15/08/2023, conforme o respectivo relatório de frequência, devendo a despesa correr pela conta da dotação orçamentária desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva  
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se, publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº1691/2023 DE 28 DE AGOSTO DE 2023

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
ENZO MATHEUS VALENTE MAIA	Coordenador	50,00	80,00	11	0	550,00
MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA	Membro	40,00	60,00	11	0	440,00
<b>TOTAL</b>						<b>990,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1693/2023** - A DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais, em especial na competência deferida na Portaria DETRAN-CE nº 642/2023, de 21/03/2023, com fulcro na Lei nº 12.965, de 22/11/1999, alterada pela Lei nº 14.304, de 16/01/2009, Lei nº 14.719, de 26/05/2010 e Lei nº 15.491, de 27/12/2013, e considerando a documentação constante no processo suíte de NUP 08012.012048/2023-38, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR SERVIÇOS EXECUTADOS aos **SERVIDORES** constantes na Portaria nº 1481/2023, designados pelo Núcleo de Exames de Habilitação, vinculado à Diretoria de Habilitação, à comporem a Comissão de Exame de Legislação, na cidade de Juazeiro do Norte, de acordo com o Anexo Único desta Portaria, durante o período de 01/08/2023 a 15/08/2023, conforme o respectivo relatório de frequência, devendo a despesa correr pela conta da dotação orçamentária desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 28 de agosto de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva  
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se, publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº1693/2023 DE 28 DE AGOSTO DE 2023

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
ALEXSON CALDAS BEZERRA	Membro	40,00	60,00	11	0	440,00
ANTONIO SIRLANDIO DE ARAUJO	Suplente	40,00	60,00	0	0	0,00
FRANCISCO ALISSON MACHADO	Membro	40,00	60,00	11	0	440,00
GILBERTO ROCHA RABELO	Suplente	40,00	50,00	0	0	0,00



NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
LIEVIO CIPRIANO GOMES	Suplente	40,00	60,00	0	0	0,00
MARCIANE FERREIRA DOS SANTOS	Coordenador	50,00	80,00	11	0	550,00
MARCOS ANDRE MARQUES PIMENTEL	Coordenador	50,00	80,00	11	0	550,00
NIXON ALCANTARA	Coordenador	50,00	80,00	11	0	550,00
ROMILDO DANTAS RODRIGUES	Membro	40,00	60,00	11	0	440,00
<b>TOTAL</b>						<b>2.970,00</b>

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº1722/2023** - 08012.009622/2023-71 A DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições legais, em especial a competência deferida na Portaria Nº 642/2023, de 21 de março de 2023, que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973 e considerando a documentação constante no processo suíte de NUP 08012.009622/2023-71, **RESOLVE AUTORIZAR**, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao servidor **LUCÉLIA NASCIMENTO DA COSTA**, matrícula 3006185-3, ocupante do cargo efetivo de Agente de Trânsito e Transportes, no valor total de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) fazer face as despesas de pronto atendimento deste órgão. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva

DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº1723/2023** - 08012.008891/2023-10 A DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições legais, em especial a competência deferida na Portaria Nº 642/2023, de 21 de março de 2023, que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973 e considerando a documentação constante no processo suíte de NUP 08012.008891/2023-10, **RESOLVE AUTORIZAR**, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao servidor **FRANCISCO ALVES DE MELO NETO**, matrícula 3006344-9, ocupante do cargo efetivo de Agente de Trânsito e Transportes, no valor total de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) fazer face as despesas de pronto atendimento deste órgão. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Mylena Paola Cavalcanti da Silva

DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\* \*

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº273/2022**

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO; II - CONTRATANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/CE; III - ENDEREÇO: Avenida Godofredo Maciel, 2.900, Maraponga; IV - CONTRATADA: **CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES LTDA – AUTO ESCOLA PIANCÓ**; V - ENDEREÇO: Rua Santa Isabel II, nº 31, bairro Centro, Município de Acopiara, Estado do Ceará; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57, II da lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como no processo NUP 08012.007965/2023-09; VII- FORO: Fortaleza; VIII - OBJETO: **prorrogação da vigência** do contrato de execução dos Cursos de Formação Teórico Técnico e Prática de Direção Veicular, no âmbito do Programa da CNH Popular, por mais 12 meses, a contar de 09/09/2023.; IX - VALOR GLOBAL: ; X - DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de 09/09/2023; XI - DA RATIFICAÇÃO: ; XII - DATA: Fortaleza, 06 de setembro de 2023; XIII - SIGNATÁRIOS: MICHEL MOURÃO MATOS- Superintendente DETRAN/CE; CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES LTDA – AUTO ESCOLA PIANCÓ- Representante da empresa..

Marcos Antonio Sampaio de Macedo

DIRETOR JURÍDICO

\*\*\* \*\* \*

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nº DO DOCUMENTO 20/2023**

PROCESSO Nº: 06475134 / 2023 NUCON/DETRAN/CE. OBJETO: **contratação emergencial**, nos seguintes termos: LOTE I em favor da empresa MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, que apresentou a melhor proposta no valor global estimado para o período, visando assegurar os serviços de fornecimento de equipamento de monitoramento eletrônico de infrações de trânsito nas rodovias sob a jurisdição do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/CE, através da instalação da infraestrutura, manutenção e coleta de registros por meio de equipamentos redutores e registradores de excesso de velocidade, avanço de sinal vermelho, parada sobre a faixa de pedestres, conversão e/ou retorno proibidos, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura do contrato. JUSTIFICATIVA: necessidade para a prestação do serviço: (...) O DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito, na qualidade de órgão executivo rodoviário legalmente designado no Estado do Ceará, integrante do Sistema Nacional de Trânsito, é um órgão gestor e indutor de comportamento seguro com enfoque no condutor, no veículo e na via, objetivando a preservação de vidas e a promoção de um trânsito seguro. Portanto, justifica-se a imperiosa necessidade da contratação emergencial dos serviços contínuos de fiscalização eletrônica por diversos aspectos, os quais passaremos doravante abordar: Considerando que no âmbito de suas atribuições cabe a essa autarquia promover a fiscalização do trânsito e adoção de medidas de gestão de trânsito, no estado do Ceará. Considerando o contínuo crescimento da frota de veículos e os levantamentos estatísticos de acidentes no Estado. Considerando os acessos urbanos das rodovias e que são de competência do DETRAN planejar, coordenar, executar e controlar ações relacionadas a atuação e arrecadação de multas. Considerando que para executar estas atividades de forma contínua, há a necessidade da implantação de soluções que viabilizem a fiscalização e monitoramento eletrônico de infrações de trânsito nas rodovias sob sua jurisdição. Considerando que se faz imperativa a realização de serviços técnicos e de suporte logístico para a operacionalização destas atividades. Considerando que o planejamento, projeto e execução desses serviços demandam conhecimentos técnicos relativos à engenharia de tráfego. Considerando que para maior segurança rodoviária, foi identificada a necessidade de implantação de medidas que induzam a redução da velocidade pontual e ao longo das rodovias sob jurisdição do DETRAN/CE, conforme art. 218 da Lei 9.503/1997, alterado pela Lei 11.334/2006, assim como a coibição das infrações por: a) avanço de sinal vermelho; b) parada sobre faixa de pedestres; c) conversão à esquerda ou à direita em locais proibidos pela sinalização; d) retorno proibido pela sinalização. Considerando a necessidade de serviços de apoio para provimento de informações de suporte em tempo real às operações de fiscalização itinerantes realizadas pelos agentes de trânsito, no que tange à identificação, classificação e verificação de restrições, assim como dados estatísticos para planejamento de ações. Considerando que o DETRAN/CE propõe atingir diretrizes voltadas ao alcance dos seguintes objetivos: a) A diminuição do número de acidentes de trânsito, que resultam em inúmeras vítimas, nas rodovias estaduais; b) A consolidação da consciência cada vez maior das vantagens da automação no processo de gestão e operação do trânsito do Estado do Ceará; c) A continuidade da evolução de um processo de gestão e operação de trânsito implantado no Ceará e já com resultados consolidados quanto aos objetivos estipulados, tanto no nosso Estado, como em outras cidades e estados do país e do exterior. Considerando que estes objetivos visam proporcionar um efeito em cadeia sobre os recursos de tecnologia de gerenciamento de trânsito aplicados no Ceará. Por um lado, a rápida evolução da tecnologia em todos os níveis induz ao uso de procedimentos, processos e equipamentos mais novos e melhores, por outro lado, os gestores têm a necessidade de integrar e manter os sistemas de gestão, operação e controle de trânsito já implantados e desenvolvidos, visando, com isso, a uma maior coesão e a uma melhor racionalidade sobre os recursos aplicados. Considerando que, à luz de tais demandas, torna-se cada vez mais evidente que, por meio da coordenação dos recursos disponíveis com as melhores soluções, a utilização de equipamentos no gerenciamento, controle e operação do trânsito e com a capacitação do staff responsável por estas atividades, o DETRAN/CE pode: a) Atingir o mais alto desempenho com a consistência da integridade de informações, bem como obter soluções para os sistemas de gerenciamento de trânsito que venham a atender às necessidades mais críticas; b) Otimizar a alocação de recursos com base nas melhores tecnologias, ferramentas e metodologias hoje existentes; c) Prover contínuo serviço de informações de inteligência e segurança de trânsito, subsidiando estudos, projetos e programas relativos à preservação de vidas. Considerando que com o uso dos equipamentos de fiscalização eletrônica busca-se garantir o efetivo controle das velocidades dos veículos dentro dos limites regulamentados, nos mais diferentes tipos de vias, tais como áreas de circulação intensa de pedestres, áreas de baixa visibilidade, áreas com obstáculos sinalizados, como curvas acentuadas e aclives. O tráfego de veículos em velocidades superiores aos limites sinalizados põe em risco a própria segurança dos condutores, além de contribuir decisivamente no aumento dos casos de atropelamentos e de outros tipos de acidentes. Considerando que o uso desses equipamentos se baseia no princípio da interatividade com o usuário das vias públicas, através da produção de estímulos visuais e sensoriais que resgatam o respeito à sinalização convencional, detectando automaticamente as infrações cometidas, produzindo provas efetivas do desrespeito às leis de trânsito, obtendo o efeito punitivo e principalmente educativo. (...) Considerando a proximidade de encerramento dos Contratos 21/2023 e 232/2023, que atualmente comporta a execução do serviço similar ao objeto deste termo e que para o referido contrato não é aplicável renovação. (...) Considerando que além de ferramenta de



cidadania e de aplicação de políticas públicas, o DETRAN/CE exerce também importante papel na segurança pública, a passo que dá suporte essencial às polícias Federal e Estadual (sistema SPIA via convênio com a SSPDS), que consiste em acesso em tempo real às bases de dados do DETRAN/CE, e informações de OCR com a leitura de placas dos veículos que transitam no Estado do Ceará, coletadas pelos equipamentos de fiscalização eletrônica atualmente em operação, permitindo um melhor planejamento de ações preventivas e corretivas. Por todo o exposto, é incontestável a necessidade contínua de fiscalização eletrônica para a diminuição dos números e acidentes nas rodovias cearenses sob a jurisdição do DETRAN/CE, PRINCIPALMENTE A PRESERVAÇÃO DE VÁRIAS VIDAS. Por todo o exposto, faz-se imperativa a manutenção dos serviços de fiscalização eletrônica no Estado do Ceará, de forma a assegurar a continuidade dos serviços atualmente fornecidos pelos contratos 231/2023 e 232/2023, por quanto o processo da concorrência pública nº 20230001/DETRAN/CE/CCC (processo VIPROC nº 11634138/2022) não é finalizado, pois a descontinuidade do monitoramento eletrônico ensejaria acréscimo no número de acidentes, imputando à sociedade e aos cidadãos inúmeros prejuízos, além das inestimáveis vidas humanas que seriam ceifadas em acidentes que podem e devem ser evitados. (...). VALOR GLOBAL: R\$ 19.378.891,80 (dezenove milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: reduzida (1776) 08200003.26.782.343.20341.15.339039.1.7531200070.1; reduzida (8489) 08200003.26.782.343.20341.15.339039.1.7529200000.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993. CONTRATADA: **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87. DISPENSA: declarada por MYLENA PAOLA CALVALCANTI DA SILVA - Diretora Administrativo Financeira – DETRAN/CE. RATIFICAÇÃO: ratificada por MICHEL MOURÃO MATOS - Diretor Administrativo Financeira – DETRAN/CE.

Marcos Antonio Sampaio de Macedo

DIRETOR JURÍDICO

\*\*\*\* \* \* \* \*

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 21/2023

PROCESSO Nº: 06475134 / 2023 NUCON/DETRAN/CE. OBJETO: **contratação emergencial**, nos seguintes termos: LOTE II em favor da empresa **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, que apresentou a melhor proposta no valor global estimado para o período, visando assegurar os serviços de fornecimento de planejamento, projeto e assessoria técnica especializada em engenharia de tráfego para o DETRAN/CE, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura do contrato. JUSTIFICATIVA: necessidade para a prestação do serviço: (...) O DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito, na qualidade de órgão executivo rodoviário legalmente designado no Estado do Ceará, integrante do Sistema Nacional de Trânsito, é um órgão gestor e indutor de comportamento seguro com enfoque no condutor, no veículo e na via, objetivando a preservação de vidas e a promoção de um trânsito seguro. Portanto, justifica-se a imperiosa necessidade da contratação emergencial dos serviços contínuos de fiscalização eletrônica por diversos aspectos, os quais passaremos doravante a abordar: Considerando que no âmbito de suas atribuições cabe a essa autarquia promover a fiscalização do trânsito e adoção de medidas de gestão de trânsito, no estado do Ceará. Considerando o contínuo crescimento da frota de veículos e os levantamentos estatísticos de acidentes no Estado. Considerando os acessos urbanos das rodovias e que são de competência do DETRAN planejar, coordenar, executar e controlar ações relacionadas a atuação e arrecadação de multas. Considerando que para executar estas atividades de forma contínua, há a necessidade da implantação de soluções que viabilizem a fiscalização e monitoramento eletrônico de infrações de trânsito nas rodovias sob sua jurisdição. Considerando que se faz imperativa a realização de serviços técnicos e de suporte logístico para a operacionalização destas atividades. Considerando que o planejamento, projeto e execução desses serviços demandam conhecimentos técnicos relativos à engenharia de tráfego. Considerando que para maior segurança rodoviária, foi identificada a necessidade de implantação de medidas que induzam a redução da velocidade pontual e ao longo das rodovias sob jurisdição do DETRAN/CE, conforme art. 218 da Lei 9.503/1997, alterado pela Lei 11.334/2006, assim como a coibição das infrações por: a) avanço de sinal vermelho; b) parada sobre faixa de pedestres; c) conversão à esquerda ou à direita em locais proibidos pela sinalização; d) retorno proibido pela sinalização. Considerando a necessidade de serviços de apoio para provimento de informações de suporte em tempo real às operações de fiscalização itinerantes realizadas pelos agentes de trânsito, no que tange à identificação, classificação e verificação de restrições, assim como dados estatísticos para planejamento de ações. Considerando que o DETRAN/CE propõe atingir diretrizes voltadas ao alcance dos seguintes objetivos: a) A diminuição do número de acidentes de trânsito, que resultam em inúmeras vítimas, nas rodovias estaduais; b) A consolidação da consciência cada vez maior das vantagens da automação no processo de gestão e operação do trânsito do Estado do Ceará; c) A continuidade da evolução de um processo de gestão e operação de trânsito implantado no Ceará e já com resultados consolidados quanto aos objetivos estipulados, tanto no nosso Estado, como em outras cidades e estados do país e do exterior. Considerando que estes objetivos visam proporcionar um efeito em cadeia sobre os recursos de tecnologia de gerenciamento de trânsito aplicados no Ceará. Por um lado, a rápida evolução da tecnologia em todos os níveis induz ao uso de procedimentos, processos e equipamentos mais novos e melhores, por outro lado, os gestores têm a necessidade de integrar e manter os sistemas de gestão, operação e controle de trânsito já implantados e desenvolvidos, visando, com isso, a uma maior coesão e a uma melhor racionalidade sobre os recursos aplicados. Considerando que, à luz de tais demandas, torna-se cada vez mais evidente que, por meio da coordenação dos recursos disponíveis com as melhores soluções, a utilização de equipamentos no gerenciamento, controle e operação do trânsito e com a capacitação do staff responsável por estas atividades, o DETRAN/CE pode: a) Atingir o mais alto desempenho com a consistência da integridade de informações, bem como obter soluções para os sistemas de gerenciamento de trânsito que venham a atender às necessidades mais críticas; b) Otimizar a alocação de recursos com base nas melhores tecnologias, ferramentas e metodologias hoje existentes; c) Prover contínuo serviço de informações de inteligência e segurança de trânsito, substanciando estudos, projetos e programas relativos à preservação de vidas. Considerando que com o uso dos equipamentos de fiscalização eletrônica busca-se garantir o efetivo controle das velocidades dos veículos dentro dos limites regulamentados, nos mais diferentes tipos de vias, tais como áreas de circulação intensa de pedestres, áreas de baixa visibilidade, áreas com obstáculos sinalizados, como curvas acentuadas e aclives. O tráfego de veículos em velocidades superiores aos limites sinalizados põe em risco a própria segurança dos condutores, além de contribuir decisivamente no aumento dos casos de atropelamentos e de outros tipos de acidentes. Considerando que o uso desses equipamentos se baseia no princípio da interatividade com o usuário das vias públicas, através da produção de estímulos visuais e sensoriais que resgatem o respeito à sinalização convencional, detectando automaticamente as infrações cometidas, produzindo provas efetivas do desrespeito às leis de trânsito, obtendo o efeito punitivo e principalmente educativo. (...) Considerando a proximidade de encerramento dos Contratos 21/2023 e 232/2023, que atualmente comporta a execução do serviço similar ao objeto deste termo e que para o referido contrato não é aplicável renovação. (...) Considerando que além de ferramenta de cidadania e de aplicação de políticas públicas, o DETRAN/CE exerce também importante papel na segurança pública, a passo que dá suporte essencial às polícias Federal e Estadual (sistema SPIA via convênio com a SSPDS), que consiste em acesso em tempo real às bases de dados do DETRAN/CE, e informações de OCR com a leitura de placas dos veículos que transitam no Estado do Ceará, coletadas pelos equipamentos de fiscalização eletrônica atualmente em operação, permitindo um melhor planejamento de ações preventivas e corretivas. Por todo o exposto, é incontestável a necessidade contínua de fiscalização eletrônica para a diminuição dos números e acidentes nas rodovias cearenses sob a jurisdição do DETRAN/CE, PRINCIPALMENTE A PRESERVAÇÃO DE VÁRIAS VIDAS. Por todo o exposto, faz-se imperativa a manutenção dos serviços de fiscalização eletrônica no Estado do Ceará, de forma a assegurar a continuidade dos serviços atualmente fornecidos pelos contratos 231/2023 e 232/2023, por quanto o processo da concorrência pública nº 20230001/DETRAN/CE/CCC (processo VIPROC nº 11634138/2022) não é finalizado, pois a descontinuidade do monitoramento eletrônico ensejaria acréscimo no número de acidentes, imputando à sociedade e aos cidadãos inúmeros prejuízos, além das inestimáveis vidas humanas que seriam ceifadas em acidentes que podem e devem ser evitados. (...). VALOR GLOBAL: R\$ 4.698.322,20 (quatro milhões, seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: reduzida (1776) 08200003.26.782.343.20341.15.339039.1.7531200070.1; reduzida (8489) 08200003.26.782.343.20341.15.339039.1.7529200000.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993. CONTRATADA: **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87. DISPENSA: declarada por MYLENA PAOLA CALVALCANTI DA SILVA - Diretora Administrativo Financeira – DETRAN/CE. RATIFICAÇÃO: ratificada por MICHEL MOURÃO MATOS - Diretor Administrativo Financeira – DETRAN/CE.

Marcos Antonio Sampaio de Macedo

DIRETOR JURÍDICO

#### COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

##### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº88/METROFOR/2022

CONTRATANTE: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR. CONTRATADO: **SALES ENGENHARIA LTDA**. OBJETO: **Rescisão Unilateral do Contrato nº88/METROFOR/2022**, com base nas disposições da Lei nº 13.303/16 e na Cláusula Décima segunda, item 12.2 do referido contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/16 e Cláusula Décima segunda, item 12.2 do Contrato nº 88/METROFOR/2022. DATA DA ASSINATURA: 06 de Setembro de 2023. FORO: Comarca de Fortaleza. SIGNATÁRIO: Francisco Edilson Ponte Aragão, Diretor-Presidente, em exercício, pela METROFOR. Fortaleza, 13 de setembro de 2023.

Luís Otávio Franco Martins  
ASSESSOR JURÍDICO

\*\*\*\* \* \* \* \*





**EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº14/METROFOR/2023**

CONTRATANTE: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR CONTRATADO: **FORZA ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA** OBJETO: **Rescisão Unilateral do Contrato nº14/METROFOR/2023**, com base nas disposições da Lei nº 13.303/16, no Art. 185, III, b, do regulamento Interno de Licitações e Contratos da METROFOR e na Cláusula Décima Quarta, item 14.1.2 do referido contrato FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/16, no Art. 185, III, b, do regulamento Interno de Licitações e Contratos da METROFOR e na Cláusula Décima Quarta, item 14.1.2 do referido contrato DATA DA ASSINATURA: 11 de Setembro de 2023 FORO: Comarca de Fortaleza SIGNATÁRIO: Francisco Edilson Ponte Aragão, Diretor-Presidente, em exercício, pela METROFOR Fortaleza, 14 de setembro de 2023.

Luís Otávio Franco Martins  
ASSESSOR JURÍDICO

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

**PORTARIA Nº81/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEMA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do § 1º do art. 6º do Decreto nº 23.636, de 7 de março de 1995, a **circulação**, à noite, sábados, domingos e feriados, dos seguintes **VEÍCULOS**: L200 TRITON de placas SBR7H37 e SBR7J37; L200 TRITON SPT GL de placas PNJ2962, PNC9632, PNJ0722, LUI1285; HILUX de placas HYV2556, HYV2566, HYV3396, NQY9745, NQY9705, NQY9735, NQY9695, ORQ7762, HZA7249, NQY9775, ORV8939, OSL0679, OSP3779, HZA7149, HZA7049; RENAULT SANDERO de placas OIE9107, OIE9057, OIB4348, OIB4328; AMAROK de placas OID6717, OID6687, OID6637, OID6627; GOL de placa OIG4055; MOTO HONDA de placas, OIL3389, OIK3719; STRADA de placa OUN2887 e TROLLER de placa NUO5073, durante o mês de Setembro de 2023. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Gustavo de Alencar e Vicentino

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº82/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEMA, no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do §3º do art. 6º do Decreto nº 23.673, de 03 de maio de 1995, **CONCEDER VALES TRANSPORTES** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, durante o mês de Outubro/2023. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Gustavo de Alencar e Vicentino

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registra-se e publique-se.

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº82/2023, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023**

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	MÊS	QUANTIDADE
CARLOS TADEU BANDEIRA DE LAVOR	COORDENADOR	3000059-5	OUTUBRO	42

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº83/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEMA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria a **VIAJAREM**, em objeto de serviço, com a finalidade de realizar vistorias nas Unidades de Conservação da APA da Bica do Ipú, Parque Estadual Sítio Fundão, ARIE do Riacho da Matinha, Caldeirão da Santa Cruz e Horto do Padre Cícero, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alíneas “a” e “b”, §1º do art.4º, art.5º e seu §1º, art.10, art.11 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Gustavo de Alencar e Vicentino

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registra-se e publique-se.

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº83/2023, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023**

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	DESTINO	Nº DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA DO SERVIDOR	ACRÉSCIMO	VALOR TOTAL
CAMILA MARIA SOUZA DOS SANTOS	ORIENTADORA DE CÉLULA	3000067-6	III	03 a 08.08.2023	IPÚ, CRATO E JUAZEIRO DO NORTE/CE	5,5	77,1	53,97	478,02
GABRIELA BARROSO PINHEIRO	ASSESSOR TÉCNICO	3000073-0	III	03 a 08.08.2023	IPÚ, CRATO E JUAZEIRO DO NORTE/CE	5,5	77,1	53,97	478,02

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº84/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEMA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria a **viajarem**, em objeto de serviço, com a finalidade de participar de eventos, realizar visitas Técnicas, cursos, palestras e reuniões, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alíneas “a” e “b”, §1º do art.4º, art.5º e seu §1º, art.6º, art.10º, art.11º do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, em Fortaleza, 04 de setembro de 2023.

Gustavo de Alencar e Vicentino

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEMA

Registra-se e publique-se.

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº84/2023, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023**

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	DESTINO	Nº DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA DO SERVIDOR	ACRÉSCIMO / AJUDA DE CUSTO	VALOR TOTAL
ANDRÉ DE SOUSA MOREIRA	ORIENTADORA DE CÉLULA	300084-6	III	14 a 18.08.2023	MISSÃO VELHA, BARBALHA, CRATO E JUAZEIRO DO NORTE/CE	4,5	77,10	23,13	370,08
ANGÉLICA MARIA LEITE JORGE	ORIENTADORA DE CÉLULA	3000053-6	III	01 a 04/08/2023	JUAZEIRO DA BAHIA/BA	3,5	189,25	189,25	851,62
CAMILA MARIA SOUZA DOS SANTOS	ORIENTADORA DE CÉLULA	3000067-6	III	10 a 11/08/2023	IRAUCUBA/CE	1,5	77,10		115,65
				30/08/23	LAGOINHA/CE	0,5	77,10		38,55
CLÓVIS ANDRÉ ALMEIDA LIMA	ORIENTADOR DE CÉLULA	3000049-8	III	21 a 24/08/2023	FORTALEZA/CE	3,5	77,10		269,85
DANILO SOARES MELO	ORIENTADOR DE CÉLULA	3000065-X	III	03 a 04/08/2023	CASTELO DO PIAUÍ/PI	1,5	189,25	189,25	473,12

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº14/2021

I - ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B 165/2021 (SEMACE 14/2021); II - CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMACE; III - ENDEREÇO: Rua Jaime Benévolo, nº 1400, Bairro de Fátima, na Cidade de FORTALEZA, Estado Ceará; IV - CONTRATADA: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**; V - ENDEREÇO: Rua Padre Valdevino, nº 150, na Cidade de FORTALEZA, Estado Ceará; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993; VII- FORO: ; VIII - OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato nº 14/2021 – SEMACE por mais 12 (doze) meses, bem como o reajuste do valor contratual, tendo em vista a revisão tarifária de 5,51% aprovada pela Agência Reguladora ANEEL para consumidores atendidos em Baixa Tensão.; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais); X - DA VIGÊNCIA: A vigência corresponde ao período de 02/09/2023 a 01/09/2024; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalterados todos os demais termos e condições pactuados pelas PARTES no CONTRATO, não expressamente modificados por este instrumento, os quais são ratificados pelas PARTES neste ato; XII - DATA: 01 de setembro de 2023; XIII - SIGNATÁRIOS: Francisca Girlene Cavalcante da Silva - Executiva de Clientes Governo - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE e Carlos Alberto Mendes Júnior - Superintendente da SEMACE - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE-SEMACE.

Antonio Geovânio Saraiva Taveira  
COORDENADOR JURÍDICO

Registre-se e publique-se.

## SECRETARIA DAS MULHERES

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº06/2022

I - ESPÉCIE: 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2022; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DAS MULHERES; III - ENDEREÇO: Av. Barão de Studart, Nº 598 - Meireles, CEP: 60.120-000, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.**; V - ENDEREÇO: R. Luís Gama, 280 - Luciano Cavalcante, Fortaleza - CE, 60810-001; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93 Convenção Coletiva de Trabalho de Asseio e Conservação 2023/2024 – (CE000508/2023), Convenção Coletiva de Trabalho de Motorista 2023/2024 – (CE000586/2023) e Convenção Coletiva de Trabalho de Assistente Social 2023/2024 – (CE000590/2023) e vale-transporte, conforme Decreto Municipal nº 15.576, de 07 de março de 2023; VII- FORO: Fortaleza - CE; VIII - OBJETO: A **repactuação do Contrato Original nº06/2022**, o qual tem como objeto a prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), para atender as necessidades das categorias de Asseio, Motorista e Assistente Social; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 69.549,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais); X - DA VIGÊNCIA: janeiro a dezembro de 2023 e 01 a 24 de janeiro 2024.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas.; XII - DATA: 12 de setembro de 2023; XIII - SIGNATÁRIOS: Jade Afonso Romero - Secretária das Mulheres; Victor Simão Bedê SLS Terceirização de Serviços Ltda..

Manuella de Mesquita Guimarães  
COORDENADORA JURÍDICA

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.005136/2023-33, e ainda, com fundamento no artigo 115 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** PARA O TRATO DE INTERESSE PARTICULAR, pelo prazo de 04 (quatro) anos, do(a) servidor(a) **LARISSA ARAUJO DE ALMEIDA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível J, matrícula(s) nº 48110312, lotado(a) no(a) EEFM PROFESSORA MARIA DA CONCEIÇÃO PORFÍRIO TELES, no município de FORTALEZA/CE, da Secretaria da Educação, sem percepção de seus vencimentos e demais vantagens, a partir da publicação deste Ato. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de setembro de 2023.

Evandro Sá Barreto Leitão  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO

Auler Gomes de Sousa  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Eliana Nunes Estrela  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP: 22001.003306/2023-45, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º, do Decreto nº 28.871, de 10 de setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **MARIA JARINA BARBOSA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível L, matrícula nº 16119512, lotada na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM LETRAS, ministrado pela UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, por 01 (um) ano a partir da publicação deste Ato, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como, de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de setembro de 2023.

Evandro Sá Barreto Leitão  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO

Auler Gomes de Sousa  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Eliana Nunes Estrela  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP: 22001.003555/2023-31, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **RONALDO RODRIGUES DA SILVA BARRETO**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível K, matrícula(s) nº 47940311, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso de MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, por 01 (um) ano a partir da publicação deste Ato, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de setembro de 2023.

Evandro Sá Barreto Leitão  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO

Auler Gomes de Sousa  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Eliana Nunes Estrela  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*



O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP: 22001.003035/2023-28, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **ANA FLAVIA MATOS FREIRE**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível M, matrícula(s) nº 30258819, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, pelo período de 05 de Julho de 2023 a 05 de Julho de 2024, sendo que de 21 de agosto de 2023 a 11 de maio de 2024, participará do estágio (doutorado sanduíche) na University of New Mexico (UNM), nos Estados Unidos da América, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de setembro de 2023.

Evandro Sá Barreto Leitão

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO

Auler Gomes de Sousa

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Eliana Nunes Estrela

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP: 22001.005204/2023-64, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **FRANCISCO RAFAEL MOTA DE SOUSA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível J, matrícula(s) nº 48189016, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, pelo período de 12 de Agosto de 2023 a 12 de Agosto de 2024, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de setembro de 2023.

Evandro Sá Barreto Leitão

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO

Sandra Maria Olimpio Machado

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Eliana Nunes Estrela

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº0967/2023- GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.009385/2023-06, com fundamento no artigo 110, inciso I, alínea “a”, § 1º, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE AUTORIZAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **MARDEN CRISTIAN FERREIRA CRUZ**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível N, matrícula(s) nº 47842816, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM EDUCAÇÃO, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, por 01 (um) ano, a partir da publicação desta Portaria, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão da Portaria autorizadora. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de setembro de 2023.

Eliana Nunes Estrela

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº013/2022

I – ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo; II – CONTRATANTE: Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG; III – ENDEREÇO: Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n – Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambeba; IV – CONTRATADA: **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ – ETICE**; V – ENDEREÇO: Av. Pontes Vieira, 220, Bairro São João do Tauape, Fortaleza, Ceará; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57, inciso II e art. 58, I, c/c art. 65, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; VII – FORO: Fortaleza-CE; VIII – OBJETO: **Prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses**; IX – VALOR GLOBAL: Permanece em R\$ 10.606.927,97 (dez milhões, seiscentos e seis mil novecentos e vinte e sete reais e sete centavos); X – DA VIGÊNCIA: Início em 20 de setembro de 2023 e término em 19 de setembro de 2024; XI – DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original não modificadas por este Termo Aditivo ou por termos anteriores, mantendo resguardado à contratada o direito de reajuste, conforme contrato original, em sua Cláusula Décima Sexta – Do Reajuste; XII – DATA: 12/09/2023; XIII – SIGNATÁRIOS: Raimundo Avilton Menezes Júnior – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna e José Valdeci Rebouças – Representante Legal da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE.

Dalienne Paula da Silveira Fortuna Lopes

COORDENADORA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº036/2023

CONTRATANTE: Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG; CONTRATADA: **AMAZONAS COMÉRCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA**; OBJETO: Contratação dos **serviços de confecção de 300 (trezentos) crachás**, item 3 da Ata de Registro de Preços nº 2022/30446, Pregão Eletrônico nº 20220008/SEPLAG e seus anexos; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Ata de Registro de Preços nº 2022/30446, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 20220008 SEPLAG/COGEC, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato; VALOR GLOBAL: R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais); DOTAÇÃO: 461000 02.04.122.211.20001.03.339030.1.500.9100000.0.2.01 - 06904; DATA DA ASSINATURA: 05/09/2023; GESTOR: Francisco José Freire Rodrigues Junior, Matrícula 60003561.X; SIGNATÁRIOS: Raimundo Avilton Menezes Júnior – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna e Roney da Rocha Brum Júnior – Representante Legal da CONTRATADA.

Dalienne Paula da Silveira Fortuna Lopes

COORDENADORA DA ASJUR

\*\*\* \*\*



## RELATÓRIO BIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 4º BIMESTRE /2023

- POR ENTIDADE  
- POR PROGRAMA  
- POR FONTE  
- POR FUNÇÃO

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Ceará - SIAFE  
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Sandra Maria Olimpio Machado  
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO  
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Relatório Bimestral por Entidade 4º Bimestre - 2023

SIAFE CE - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Ceará - Consulta em 11/09/2023 09:24 - 006888  
Governo do Estado do Ceará

ENTIDADE	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	686.255.350,00	11.670.124,16	-1.950.000,00	695.975.474,16	128.514.846,23	473.890.731,37	222.084.742,79
01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	16.387.800,00	0,00	0,00	16.387.800,00	2.183.158,66	8.663.316,21	7.724.483,79
02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	237.522.375,00	27.057.343,56	-1.610.777,27	262.968.941,29	40.863.447,99	154.713.906,78	108.255.034,51
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.358.915.782,00	42.345.680,00	-3.629.683,00	1.397.631.779,00	224.776.330,78	865.321.393,20	532.310.385,80
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	215.825.111,00	77.168.172,15	-2.357.875,59	290.635.407,56	39.720.540,57	146.321.405,99	144.314.001,57
04200003 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	3.887.882,00	475.932,00	-475.932,00	3.887.882,00	491.389,28	629.173,68	3.258.708,32
04200004 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	17.105.432,00	700.000,00	0,00	17.805.432,00	3.102.202,48	10.984.187,02	6.821.244,98
06000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	204.307.975,00	19.913.255,83	-5.572.000,00	218.649.230,83	36.252.396,69	128.953.155,74	89.696.075,09
06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	32.909.800,00	5.000,00	-5.000,00	32.909.800,00	6.772.902,26	26.361.306,96	6.548.493,04
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	435.398.856,00	40.078.228,94	-14.794.788,00	460.682.296,94	63.754.102,25	191.534.064,15	269.148.232,79
08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	587.670.909,00	41.657.845,39	-41.361.880,34	587.966.874,05	91.134.580,99	264.521.061,85	323.445.812,20
08200005 - COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ	45.334.523,00	0,00	0,00	45.334.523,00	0,00	0,00	45.334.523,00
08200007 - COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS	33.056.974,00	0,00	0,00	33.056.974,00	0,00	0,00	33.056.974,00
08200013 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	3.195.909,00	0,00	0,00	3.195.909,00	0,00	0,00	3.195.909,00
10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	173.577.151,00	36.647.695,80	-43.391.772,04	166.833.074,76	23.510.208,86	100.246.471,98	66.586.602,78
10100002 - POLÍCIA CIVIL	748.986.869,00	12.055.490,88	-8.849.056,91	752.193.302,97	116.004.209,08	458.392.279,45	293.801.023,52
10100003 - POLÍCIA MILITAR	2.356.916.154,00	199.499.866,45	-202.728.603,87	2.353.687.416,58	363.139.850,09	1.464.412.562,28	889.274.854,30
10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	260.385.735,00	24.003.576,13	-676.000,00	283.713.311,13	42.823.746,67	172.584.537,94	111.128.773,19
10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	147.428.197,00	1.863.802,18	-6.576.000,00	142.715.999,18	20.733.285,46	78.008.001,59	64.707.997,59
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	18.455.673,00	5.981.559,60	-420.000,00	24.017.232,60	3.920.776,56	12.071.781,85	11.945.450,75
10100009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	4.389.585,00	340.000,00	-313.500,00	4.416.085,00	756.277,97	2.289.320,51	2.126.764,49
10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	28.220.000,00	55.975.923,00	-20.623.271,00	63.572.652,00	7.120.071,16	13.267.564,48	50.305.087,52
10200050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ	10.400.000,00	5.833.513,30	0,00	16.233.513,30	0,00	0,00	16.233.513,30
13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	84.944.282,00	0,00	0,00	84.944.282,00	12.589.530,02	51.015.450,25	33.928.831,75
13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	32.513.781,00	6.657.835,49	0,00	39.171.616,49	3.970.118,96	19.729.831,58	19.441.784,91
13200002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	22.180.472,00	4.605.028,70	-57.736,37	26.727.764,33	3.185.635,05	11.951.559,08	14.776.205,25
13200003 - FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00
15000000 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	534.117.071,00	66.660.639,00	-8.220.330,00	592.557.380,00	91.597.626,18	362.586.933,98	229.970.446,02
15200002 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ	5.665.370,00	0,00	0,00	5.665.370,00	904.119,98	935.749,72	4.729.620,28



ENTIDADE	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
15200005 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	42.752.312,00	21.716.616,00	-6.400.000,00	58.068.928,00	9.737.778,70	39.946.913,47	18.122.014,53
18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	693.720.929,00	41.242.639,54	-22.563.305,94	712.400.262,60	113.907.313,72	424.710.383,28	287.689.879,32
18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	16.965.637,00	7.414.785,46	-1.849.674,00	22.530.748,46	32.046,00	8.200.081,96	14.330.666,50
18200005 - FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	1.908.000,00	0,00	0,00	1.908.000,00	0,00	0,00	1.908.000,00
19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA	729.852.943,00	66.566.731,15	-25.000.000,00	771.419.674,15	124.635.358,67	469.482.854,55	301.936.819,60
19200005 - COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ	21.000.000,00	0,00	0,00	21.000.000,00	0,00	0,00	21.000.000,00
21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	223.251.303,00	215.263.694,45	-32.066.166,07	406.448.831,38	109.100.974,97	175.269.638,98	231.179.192,40
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	139.814.028,00	996.622,34	-230.750,41	140.579.899,93	21.150.756,66	81.552.771,18	59.027.128,75
21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	15.354.646,00	22.370.912,13	-1.403.759,57	36.321.798,56	9.581.606,98	19.653.598,09	16.668.200,47
21200006 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A	2.162.000,00	0,00	0,00	2.162.000,00	0,00	0,00	2.162.000,00
21200013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.920.000,00	0,00	0,00	1.920.000,00	230.000,00	230.000,00	1.690.000,00
22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	4.360.541.263,00	1.993.738.689,57	-529.160.272,28	5.825.119.680,29	1.289.123.811,64	3.959.882.120,57	1.865.237.559,72
24200003 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	2.285.377,00	469.417,44	-183.739,73	2.571.054,71	57.344,65	246.575,40	2.324.479,31
24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	5.521.759.761,00	785.051.561,16	-591.445.257,38	5.715.366.064,78	888.624.855,67	3.319.336.331,33	2.396.029.733,45
27000000 - SECRETARIA DA CULTURA	207.917.217,00	18.595.113,92	-9.235.000,00	217.277.330,92	42.406.859,19	108.039.540,24	109.237.790,68
27200004 - FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	15.000.000,00	101.211.986,78	-135.000,00	116.076.986,78	2.073.300,00	9.681.174,83	106.395.811,95
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	343.006.340,00	72.629.998,77	-31.503.424,42	384.132.914,35	32.418.929,09	91.554.717,13	292.578.197,22
29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	24.990.804,00	4.942.100,75	-862.100,75	29.070.804,00	6.190.450,28	18.294.838,14	10.775.965,86
29200004 - COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ	12.668.040,00	0,00	0,00	12.668.040,00	0,00	0,00	12.668.040,00
29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	33.827.978,00	3.479.083,73	-2.200.000,00	35.107.061,73	4.995.343,57	18.071.946,79	17.035.114,94
30000000 - CASA CIVIL	159.807.815,00	87.183.564,30	-21.423.501,00	225.567.878,30	60.168.894,49	151.977.642,35	73.590.235,95
30200001 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ	11.250.531,00	0,00	-1.700,00	11.248.831,00	1.436.171,90	5.460.076,16	5.788.754,84
30200002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	5.561.479,00	0,00	-4.158.684,69	1.402.794,31	0,00	1.400.649,31	2.145,00
30200003 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	0,00	192.469.265,12	0,00	192.469.265,12	35.667.992,03	77.797.425,99	114.671.839,13
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	105.867.330,00	9.516.972,20	-4.020.004,92	111.364.297,28	5.360.754,77	46.693.089,29	64.671.207,99
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	328.312.841,00	31.388.883,10	-7.360.000,00	352.341.724,10	57.137.020,30	204.201.922,14	148.139.801,96
31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	100.666.987,00	12.361.471,60	-672.650,17	112.355.808,43	15.522.176,34	61.999.612,63	50.356.195,80
31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	131.500.781,00	9.556.422,55	-20.000,00	141.037.203,55	21.120.602,62	83.036.209,11	58.000.994,44
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	159.041.051,00	62.065.753,12	-34.360.921,45	186.745.882,67	15.076.010,27	55.869.315,48	130.876.567,19
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	17.425.228,00	120.000,00	-120.000,00	17.425.228,00	2.534.537,86	9.447.245,66	7.977.982,34
36000000 - SECRETARIA DO TURISMO	112.326.698,00	13.205.546,50	-8.358.824,75	117.173.419,75	9.585.960,33	21.950.465,49	95.222.954,26
36200001 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ	1.210.000,00	0,00	0,00	1.210.000,00	0,00	0,00	1.210.000,00
39000000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	5.778.764.783,00	1.293.800.000,00	-422.442.147,35	6.650.122.635,65	501.692.376,10	2.069.439.077,95	4.580.683.557,70
41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	37.618.422,00	6.493.175,62	-954.000,00	43.157.597,62	5.986.533,16	26.170.385,36	16.987.212,26
42000000 - SECRETARIA DO ESPORTE	46.626.929,00	6.895.469,74	-3.872.958,50	49.649.440,24	7.258.693,90	26.750.673,62	22.898.766,62



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido  
a partir de fontes  
responsáveis

FSC® C128031

ENTIDADE	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	15.100.000,00	13.778.026,56	-10.400.000,00	18.478.026,56	1.935.761,63	8.756.690,21	9.721.336,35
43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES	382.423.820,00	189.849.467,43	-95.990.744,20	476.282.543,23	50.906.415,53	157.156.549,08	319.125.994,15
43200002 - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ	1.020.742.792,00	0,00	0,00	1.020.742.792,00	0,00	0,00	1.020.742.792,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	474.266.780,00	564.877.295,10	-52.813.186,21	986.330.888,89	186.642.825,31	646.390.816,29	339.940.072,60
43200008 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO	12.372.991,00	43.976.904,08	-607.987,38	55.741.907,70	2.030.187,08	11.266.134,01	44.475.773,69
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	162.994.420,00	665.000,00	-795.000,00	162.864.420,00	20.613.669,29	72.767.652,59	90.096.767,41
46100003 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	3.698.454,00	0,00	-280.000,00	3.418.454,00	528.215,21	1.517.213,83	1.901.240,17
46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	18.763.582,00	4.665.000,00	-200.000,00	23.228.582,00	2.750.499,18	9.287.423,32	13.941.158,68
46200002 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	228.039.922,00	1.227.111,12	-188.646.957,92	40.620.075,20	0,00	40.592.873,75	27.201,45
46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	19.298.605,00	10.000,00	-10.000,00	19.298.605,00	2.794.855,15	10.453.924,29	8.844.680,71
46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV	3.093.954.272,00	306.799.889,77	-410.000,00	3.400.344.161,77	521.641.948,59	2.111.200.401,24	1.289.143.760,53
46200005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR	979.809.040,00	77.123.303,37	-270.000,00	1.056.662.343,37	160.547.184,92	656.097.492,49	400.564.850,88
46200006 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	4.945.180,00	204.669,25	-5.000,00	5.144.849,25	768.076,85	2.908.415,55	2.236.433,70
46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	726.473.852,00	97.600.000,00	-97.600.000,00	726.473.852,00	85.075.656,45	353.944.026,08	372.529.825,92
46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	329.000.000,00	8.500.000,00	-15.500.000,00	322.000.000,00	60.792.029,61	162.555.432,03	159.444.567,97
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	15.402.048,00	510.000,00	0,00	15.912.048,00	1.876.427,42	6.124.094,84	9.787.953,16
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	402.954.615,00	171.567.207,56	-45.618.116,39	528.903.706,17	109.184.075,54	267.169.367,91	261.734.338,26
47100004 - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	137.996.414,00	11.293.040,54	-929.992,31	148.359.462,23	22.229.216,20	77.811.290,71	70.548.171,52
47200001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	7.900.000,00	9.926.135,09	-400.000,00	17.426.135,09	2.282.365,49	2.832.365,49	14.593.769,60
47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	206.970.381,00	64.103.954,51	-7.936.881,94	263.137.453,57	38.617.752,40	163.484.588,04	99.652.865,53
47200003 - FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	2.400.000,00	495.223,48	0,00	2.895.223,48	536.388,16	1.937.266,30	957.957,18
47200005 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	7.500.000,00	10.450.000,00	-7.500.000,00	10.450.000,00	136.075,00	136.075,00	10.313.925,00
47200006 - FUNDO MAIS INFÂNCIA CEARÁ	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
47200007 - FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	12.917.218,00	505.924,38	-416.656,57	13.006.485,81	1.768.634,07	6.650.458,91	6.356.026,90
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	36.500.997,00	572.197,00	-13.571.397,31	23.501.796,69	2.129.481,32	13.481.130,52	10.020.666,17
56200002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	10.070.000,00	28.294.656,98	-4.717.000,00	33.647.656,98	251.941,27	24.334.488,43	9.313.168,55
56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	31.996.246,00	718.939,41	-70.000,00	32.645.185,41	4.030.306,95	15.203.165,10	17.442.020,31
56200007 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	14.746.975,00	409.393,58	-1.200.000,00	13.956.368,58	2.316.261,82	7.269.983,93	6.686.384,65
56200008 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A	27.947.000,00	0,00	0,00	27.947.000,00	0,00	0,00	27.947.000,00
56200009 - FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO	3.362.174,00	0,00	-3.362.174,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56200010 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ	78.822.082,00	0,00	-78.822.082,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56200011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
57000000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	33.037.765,00	31.944.286,81	-4.834.399,23	60.147.652,58	11.177.606,44	35.958.026,95	24.189.625,63

ENTIDADE	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
57200001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	63.193.862,00	8.805.038,85	-796.234,00	71.202.666,85	18.840.858,97	40.341.101,30	30.861.565,55
57200003 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	2.550.000,00	0,00	0,00	2.550.000,00	0,00	0,00	2.550.000,00
58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	66.160.293,00	1.704.251,98	-321.451,11	67.543.093,87	2.505.938,53	8.838.480,58	58.704.613,29
59000000 - SECRETARIA DO TRABALHO	0,00	21.939.115,70	-176.576,38	21.762.539,32	3.921.966,42	9.743.816,25	12.018.723,07
59200001 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ	0,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00
59200002 - FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO	0,00	3.362.174,00	0,00	3.362.174,00	0,00	0,00	3.362.174,00
61000000 - SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	0,00	9.348.653,01	-150.888,25	9.197.764,76	332.682,02	574.502,56	8.623.262,20
62000000 - SECRETARIA DAS MULHERES	0,00	13.188.054,86	-100.000,00	13.088.054,86	1.177.375,94	1.735.102,49	11.352.952,37
63000000 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	15.651.693,25	-4.917.982,58	10.733.710,67	288.607,16	570.414,64	10.163.296,03
63200001 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	0,00	7.500.000,00	-7.450.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
64000000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE	0,00	393.000,00	0,00	393.000,00	0,00	0,00	393.000,00
68000000 - SECRETARIA DA DIVERSIDADE	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00
69000000 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	0,00	5.094.028,66	0,00	5.094.028,66	1.038.012,28	1.858.978,69	3.235.049,97
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36.472.896.251,00</b>	<b>7.500.726.625,93</b>	<b>-2.772.438.757,55</b>	<b>41.201.184.119,38</b>	<b>6.042.305.106,28</b>	<b>21.536.682.767,52</b>	<b>19.664.501.351,86</b>

## Relatório Bimestral por Programa 4º Bimestre - 2023

SIAFE CE - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Ceará - Consulta em 11/09/2023 09:24 - 006890

Governo do Estado do Ceará

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	627.386.595,00	5.459.459,61	-1.850.000,00	630.996.054,61	115.676.673,84	425.545.103,13	205.450.951,48
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	258 - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	32.835.255,00	6.110.664,55	0,00	38.945.919,55	6.759.040,94	28.877.220,27	10.068.699,28
	259 - PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE	26.023.500,00	100.000,00	-100.000,00	26.023.500,00	6.079.131,45	19.468.407,97	6.555.092,03
	<b>TOTAL</b>	<b>686.255.350,00</b>	<b>11.670.124,16</b>	<b>-1.950.000,00</b>	<b>695.975.474,16</b>	<b>128.514.846,23</b>	<b>473.890.731,37</b>	<b>222.084.742,79</b>
01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	16.287.448,00	0,00	0,00	16.287.448,00	2.183.158,66	8.663.316,21	7.624.131,79
	999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.352,00	0,00	0,00	100.352,00	0,00	0,00	100.352,00
	<b>TOTAL</b>	<b>16.387.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.387.800,00</b>	<b>2.183.158,66</b>	<b>8.663.316,21</b>	<b>7.724.483,79</b>
02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	231.991.883,00	25.644.876,25	-1.610.777,27	256.025.981,98	40.298.966,96	153.236.394,06	102.789.587,92
	255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	5.530.492,00	1.412.467,31	0,00	6.942.959,31	564.481,03	1.477.512,72	5.465.446,59
	<b>TOTAL</b>	<b>237.522.375,00</b>	<b>27.057.343,56</b>	<b>-1.610.777,27</b>	<b>262.968.941,29</b>	<b>40.863.447,99</b>	<b>154.713.906,78</b>	<b>108.255.034,51</b>
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	301.752.428,00	9.769.814,00	-455.097,00	311.067.145,00	52.218.241,80	207.372.386,45	103.694.758,55
	512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1.057.163.354,00	32.575.866,00	-3.174.586,00	1.086.564.634,00	172.558.088,98	657.949.006,75	428.615.627,25
	<b>TOTAL</b>	<b>1.358.915.782,00</b>	<b>42.345.680,00</b>	<b>-3.629.683,00</b>	<b>1.397.631.779,00</b>	<b>224.776.330,78</b>	<b>865.321.393,20</b>	<b>532.310.385,80</b>
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	59.051.369,00	180.000,00	-30.000,00	59.201.369,00	14.231.451,33	38.948.195,97	20.253.173,03
	512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	156.697.642,00	76.988.172,15	-2.251.775,59	231.434.038,56	25.489.089,24	107.373.210,02	124.060.828,54
	513 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	76.100,00	0,00	-76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>215.825.111,00</b>	<b>77.168.172,15</b>	<b>-2.357.875,59</b>	<b>290.635.407,56</b>	<b>39.720.540,57</b>	<b>146.321.405,99</b>	<b>144.314.001,57</b>
04200003 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.727.882,00	0,00	0,00	1.727.882,00	0,00	137.784,40	1.590.097,60
	512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	2.160.000,00	475.932,00	-475.932,00	2.160.000,00	491.389,28	491.389,28	1.668.610,72
	<b>TOTAL</b>	<b>3.887.882,00</b>	<b>475.932,00</b>	<b>-475.932,00</b>	<b>3.887.882,00</b>	<b>491.389,28</b>	<b>629.173,68</b>	<b>3.258.708,32</b>
04200004 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	17.105.432,00	700.000,00	0,00	17.805.432,00	3.102.202,48	10.984.187,02	6.821.244,98
	<b>TOTAL</b>	<b>17.105.432,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.805.432,00</b>	<b>3.102.202,48</b>	<b>10.984.187,02</b>	<b>6.821.244,98</b>



ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
06000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	15.880.000,00	5.192.000,00	-90.000,00	20.982.000,00	5.297.245,69	12.493.079,21	8.488.920,79
	511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	188.427.975,00	14.721.255,83	-5.482.000,00	197.667.230,83	30.955.151,00	116.460.076,53	81.207.154,30
<b>TOTAL</b>		<b>204.307.975,00</b>	<b>19.913.255,83</b>	<b>-5.572.000,00</b>	<b>218.649.230,83</b>	<b>36.252.396,69</b>	<b>128.953.155,74</b>	<b>89.696.075,09</b>
06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	27.448.300,00	0,00	0,00	27.448.300,00	6.198.204,92	21.529.823,85	5.918.476,15
	511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	5.461.500,00	5.000,00	-5.000,00	5.461.500,00	574.697,34	4.831.483,11	630.016,89
<b>TOTAL</b>		<b>32.909.800,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>-5.000,00</b>	<b>32.909.800,00</b>	<b>6.772.902,26</b>	<b>26.361.306,96</b>	<b>6.548.493,04</b>
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	15.972.125,00	0,00	0,00	15.972.125,00	2.869.349,73	8.820.445,25	7.151.679,75
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	120.000,00	5.583.440,94	-50.000,00	5.653.440,94	0,00	1.893.174,10	3.760.266,84
	331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	4.050.000,00	0,00	-3.750.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
	341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	1.281.170,00	0,00	-1.000.000,00	281.170,00	0,00	0,00	281.170,00
	342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	14.300.000,00	0,00	-4.594.788,00	9.705.212,00	636.562,60	1.091.879,98	8.613.332,02
	343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	391.069.734,00	34.494.788,00	-4.900.000,00	420.664.522,00	59.631.595,84	178.086.376,02	242.578.145,98
	371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	1.050.000,00	0,00	-500.000,00	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00
	413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
	711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	7.305.827,00	0,00	0,00	7.305.827,00	616.594,08	1.642.188,80	5.663.638,20
<b>TOTAL</b>		<b>435.398.856,00</b>	<b>40.078.228,94</b>	<b>-14.794.788,00</b>	<b>460.682.296,94</b>	<b>63.754.102,25</b>	<b>191.534.064,15</b>	<b>269.148.232,79</b>
08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	116.415.530,00	0,00	-2.234.604,52	114.180.925,48	19.061.389,76	57.976.560,29	56.204.365,19
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	6.144.000,00	0,00	0,00	6.144.000,00	1.509.646,07	4.518.908,51	1.625.091,49
	341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	29.530.655,00	0,00	0,00	29.530.655,00	0,00	0,00	29.530.655,00
	342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	87.540.000,00	7.056.569,57	-8.526.000,00	86.070.569,57	15.109.892,42	45.477.279,45	40.593.290,12
	343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	348.040.724,00	34.601.275,82	-30.601.275,82	352.040.724,00	55.453.652,74	156.548.313,60	195.492.410,40
<b>TOTAL</b>		<b>587.670.909,00</b>	<b>41.657.845,39</b>	<b>-41.361.880,34</b>	<b>587.966.874,05</b>	<b>91.134.580,99</b>	<b>264.521.061,85</b>	<b>323.445.812,20</b>
08200005 - COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.240.968,00	0,00	0,00	1.240.968,00	0,00	0,00	1.240.968,00
	711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	44.093.555,00	0,00	0,00	44.093.555,00	0,00	0,00	44.093.555,00
<b>TOTAL</b>		<b>45.334.523,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.334.523,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.334.523,00</b>
08200007 - COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.561.560,00	0,00	0,00	6.561.560,00	0,00	0,00	6.561.560,00
	343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	26.495.414,00	0,00	0,00	26.495.414,00	0,00	0,00	26.495.414,00
<b>TOTAL</b>		<b>33.056.974,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.056.974,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.056.974,00</b>
08200013 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	3.195.909,00	0,00	0,00	3.195.909,00	0,00	0,00	3.195.909,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.195.909,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.195.909,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.195.909,00</b>
10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	9.920.987,00	1.400.000,00	-710.000,00	10.610.987,00	1.530.823,24	6.174.924,40	4.436.062,60
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	163.476.164,00	35.232.195,80	-42.681.772,04	156.026.587,76	21.979.385,62	94.056.047,94	61.970.539,82
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	180.000,00	15.500,00	0,00	195.500,00	0,00	15.499,64	180.000,36
<b>TOTAL</b>		<b>173.577.151,00</b>	<b>36.647.695,80</b>	<b>-43.391.772,04</b>	<b>166.833.074,76</b>	<b>23.510.208,86</b>	<b>100.246.471,98</b>	<b>66.586.602,78</b>
10100002 - POLÍCIA CIVIL	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	16.436.538,00	1.936.800,64	0,00	18.373.338,64	3.167.249,20	10.825.341,24	7.547.997,40
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	731.889.331,00	10.118.690,24	-8.789.056,91	733.218.964,33	112.775.262,92	447.290.978,98	285.927.985,35
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	661.000,00	0,00	-60.000,00	601.000,00	61.696,96	275.959,23	325.040,77
<b>TOTAL</b>		<b>748.986.869,00</b>	<b>12.055.490,88</b>	<b>-8.849.056,91</b>	<b>752.193.302,97</b>	<b>116.004.209,08</b>	<b>458.392.279,45</b>	<b>293.801.023,52</b>
10100003 - POLÍCIA MILITAR	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	65.805.235,00	0,00	0,00	65.805.235,00	11.389.870,52	43.278.600,85	22.526.634,15
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	2.290.565.919,00	199.499.866,45	-202.728.603,87	2.287.337.181,58	351.749.979,57	1.421.133.961,43	866.203.220,15
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	545.000,00	0,00	0,00	545.000,00	0,00	0,00	545.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.356.916.154,00</b>	<b>199.499.866,45</b>	<b>-202.728.603,87</b>	<b>2.353.687.416,58</b>	<b>363.139.850,09</b>	<b>1.464.412.562,28</b>	<b>889.274.854,30</b>

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.820.412,00	280.000,00	-85.000,00	7.015.412,00	1.159.908,52	4.352.837,86	2.662.574,14
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	253.465.323,00	8.553.576,13	-91.000,00	261.927.899,13	40.784.238,15	164.713.300,08	97.214.599,05
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	524 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	50.000,00	15.170.000,00	-500.000,00	14.720.000,00	879.600,00	3.518.400,00	11.201.600,00
<b>TOTAL</b>		<b>260.385.735,00</b>	<b>24.003.576,13</b>	<b>-676.000,00</b>	<b>283.713.311,13</b>	<b>42.823.746,67</b>	<b>172.584.537,94</b>	<b>111.128.773,19</b>
10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.332.905,00	0,00	0,00	3.332.905,00	304.790,16	1.323.629,26	2.009.275,74
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	144.055.292,00	1.863.802,18	-6.576.000,00	139.343.094,18	20.428.495,30	76.684.372,33	62.658.721,85
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>147.428.197,00</b>	<b>1.863.802,18</b>	<b>-6.576.000,00</b>	<b>142.715.999,18</b>	<b>20.733.285,46</b>	<b>78.008.001,59</b>	<b>64.707.997,59</b>
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	1.970.000,00	5.561.559,60	0,00	7.531.559,60	2.143.369,00	6.631.237,80	900.321,80
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	16.475.673,00	420.000,00	-420.000,00	16.475.673,00	1.777.407,56	5.440.544,05	11.035.128,95
	<b>TOTAL</b>	<b>18.455.673,00</b>	<b>5.981.559,60</b>	<b>-420.000,00</b>	<b>24.017.232,60</b>	<b>3.920.776,56</b>	<b>12.071.781,85</b>	<b>11.945.450,75</b>
10100009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	4.389.585,00	340.000,00	-313.500,00	4.416.085,00	756.277,97	2.289.320,51	2.126.764,49
	<b>TOTAL</b>	<b>4.389.585,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>-313.500,00</b>	<b>4.416.085,00</b>	<b>756.277,97</b>	<b>2.289.320,51</b>	<b>2.126.764,49</b>
10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	72,11	3.185,02	41.814,98
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	18.375.000,00	39.320.898,00	-12.383.000,00	45.312.898,00	5.814.634,54	9.873.122,56	35.439.775,44
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	9.800.000,00	16.655.025,00	-8.240.271,00	18.214.754,00	1.305.364,51	3.391.256,90	14.823.497,10
	<b>TOTAL</b>	<b>28.220.000,00</b>	<b>55.975.923,00</b>	<b>-20.623.271,00</b>	<b>63.572.652,00</b>	<b>7.120.071,16</b>	<b>13.267.564,48</b>	<b>50.305.087,52</b>
10200050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ	524 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	10.400.000,00	5.833.513,30	0,00	16.233.513,30	0,00	0,00	16.233.513,30
<b>TOTAL</b>		<b>10.400.000,00</b>	<b>5.833.513,30</b>	<b>0,00</b>	<b>16.233.513,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.233.513,30</b>
13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	18.045.375,00	0,00	0,00	18.045.375,00	2.410.162,86	8.877.721,68	9.167.653,32
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	66.888.907,00	0,00	0,00	66.888.907,00	10.179.367,16	42.137.728,57	24.751.178,43
	<b>TOTAL</b>	<b>84.944.282,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>84.944.282,00</b>	<b>12.589.530,02</b>	<b>51.015.450,25</b>	<b>33.928.831,75</b>
13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	27.337.517,00	0,00	0,00	27.337.517,00	3.956.785,85	15.169.356,49	12.168.160,51
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	6.657.835,49	0,00	6.657.835,49	12.976,54	4.524.527,37	2.133.308,12
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	5.076.264,00	0,00	0,00	5.076.264,00	356,57	35.947,72	5.040.316,28
<b>TOTAL</b>		<b>32.513.781,00</b>	<b>6.657.835,49</b>	<b>0,00</b>	<b>39.171.616,49</b>	<b>3.970.118,96</b>	<b>19.729.831,58</b>	<b>19.441.784,91</b>
13200002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	21.172.850,00	4.325.028,70	-57.736,37	25.440.142,33	3.137.251,05	11.648.021,44	13.792.120,89
	257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	1.007.622,00	280.000,00	0,00	1.287.622,00	48.384,00	303.537,64	984.084,36
<b>TOTAL</b>		<b>22.180.472,00</b>	<b>4.605.028,70</b>	<b>-57.736,37</b>	<b>26.727.764,33</b>	<b>3.185.635,05</b>	<b>11.951.559,08</b>	<b>14.776.205,25</b>
13200003 - FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>850.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>
15000000 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	519.076.876,00	63.860.639,00	-4.870.330,00	578.067.185,00	89.173.197,47	351.294.210,94	226.772.974,06
	515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	15.040.195,00	2.800.000,00	-3.350.000,00	14.490.195,00	2.424.428,71	11.292.723,04	3.197.471,96
<b>TOTAL</b>		<b>534.117.071,00</b>	<b>66.660.639,00</b>	<b>-8.220.330,00</b>	<b>592.557.380,00</b>	<b>91.597.626,18</b>	<b>362.586.933,98</b>	<b>229.970.446,02</b>



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido a partir de fontes responsáveis  
FSC® C128031

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
15200002 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ	515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	5.665.370,00	0,00	0,00	5.665.370,00	904.119,98	935.749,72	4.729.620,28
<b>TOTAL</b>		<b>5.665.370,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.665.370,00</b>	<b>904.119,98</b>	<b>935.749,72</b>	<b>4.729.620,28</b>
15200005 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	13.484.360,00	1.913.616,00	-3.900.000,00	11.497.976,00	253.493,83	5.813.038,81	5.684.937,19
	515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	29.267.952,00	19.803.000,00	-2.500.000,00	46.570.952,00	9.484.284,87	34.133.874,66	12.437.077,34
<b>TOTAL</b>		<b>42.752.312,00</b>	<b>21.716.616,00</b>	<b>-6.400.000,00</b>	<b>58.068.928,00</b>	<b>9.737.778,70</b>	<b>39.946.913,47</b>	<b>18.122.014,53</b>
18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	22.780.974,00	0,00	-20.000,00	22.760.974,00	2.912.078,12	11.365.754,42	11.395.219,58
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	670.929.955,00	41.242.639,54	-22.543.305,94	689.629.288,60	110.995.235,60	413.344.628,86	276.284.659,74
<b>TOTAL</b>		<b>693.720.929,00</b>	<b>41.242.639,54</b>	<b>-22.563.305,94</b>	<b>712.400.262,60</b>	<b>113.907.313,72</b>	<b>424.710.383,28</b>	<b>287.689.879,32</b>
18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	16.965.637,00	7.414.785,46	-1.849.674,00	22.530.748,46	32.046,00	8.200.081,96	14.330.666,50
<b>TOTAL</b>		<b>16.965.637,00</b>	<b>7.414.785,46</b>	<b>-1.849.674,00</b>	<b>22.530.748,46</b>	<b>32.046,00</b>	<b>8.200.081,96</b>	<b>14.330.666,50</b>
18200005 - FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.908.000,00	0,00	0,00	1.908.000,00	0,00	0,00	1.908.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.908.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.908.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.908.000,00</b>
19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	87.402.062,00	3.827.664,86	0,00	91.229.726,86	13.505.860,02	51.172.153,68	40.057.573,18
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	231 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE	574.125.206,00	36.696.833,13	0,00	610.822.039,13	93.986.807,10	378.729.746,35	232.092.292,78
	232 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	68.305.675,00	26.042.233,16	-25.000.000,00	69.347.908,16	17.142.691,55	39.580.954,52	29.766.953,64
	241 - GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>729.852.943,00</b>	<b>66.566.731,15</b>	<b>-25.000.000,00</b>	<b>771.419.674,15</b>	<b>124.635.358,67</b>	<b>469.482.854,55</b>	<b>301.936.819,60</b>
19200005 - COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
	243 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA	20.500.000,00	0,00	0,00	20.500.000,00	0,00	0,00	20.500.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.000.000,00</b>
21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	2.768.260,00	200.000,00	-420.000,00	2.548.260,00	200.000,00	400.000,00	2.148.260,00
	113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	500.000,00	0,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	20.500.000,00	121.044.578,43	-14.711.679,88	126.832.898,55	47.387.201,86	64.554.656,07	62.278.242,48
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	26.882.839,00	540.770,00	-40.770,00	27.382.839,00	3.986.228,43	16.092.443,52	11.290.395,48
	311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	118.765.204,00	58.955.959,87	-9.929.807,43	167.791.356,44	50.917.379,30	83.130.337,09	84.661.019,35
	342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	3.322.000,00	0,00	-1.522.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00
	622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	50.493.000,00	34.522.386,15	-4.921.908,76	80.093.477,39	6.610.165,38	11.092.202,30	69.001.275,09
	711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>223.251.303,00</b>	<b>215.263.694,45</b>	<b>-32.066.166,07</b>	<b>406.448.831,38</b>	<b>109.100.974,97</b>	<b>175.269.638,98</b>	<b>231.179.192,40</b>
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	124.519.581,00	0,00	-25.774,77	124.493.806,23	18.753.739,37	73.911.931,23	50.581.875,00
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	15.274.447,00	996.622,34	-204.975,64	16.066.093,70	2.397.017,29	7.640.839,95	8.425.253,75
	<b>TOTAL</b>	<b>139.814.028,00</b>	<b>996.622,34</b>	<b>-230.750,41</b>	<b>140.579.899,93</b>	<b>21.150.756,66</b>	<b>81.552.771,18</b>	<b>59.027.128,75</b>

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	5.958.908,00	20.821.994,09	-1.403.759,57	25.377.142,52	7.844.822,63	13.210.515,92	12.166.626,60
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	9.395.738,00	1.548.918,04	0,00	10.944.656,04	1.736.784,35	6.443.082,17	4.501.573,87
	<b>TOTAL</b>	<b>15.354.646,00</b>	<b>22.370.912,13</b>	<b>-1.403.759,57</b>	<b>36.321.798,56</b>	<b>9.581.606,98</b>	<b>19.653.598,09</b>	<b>16.668.200,47</b>
21200006 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A	312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	1.002.000,00	0,00	0,00	1.002.000,00	0,00	0,00	1.002.000,00
	621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
	711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
	726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>2.162.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.162.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.162.000,00</b>
21200013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	230.000,00	230.000,00	170.000,00
	311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	1.510.000,00	0,00	0,00	1.510.000,00	0,00	0,00	1.510.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.920.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.920.000,00</b>	<b>230.000,00</b>	<b>230.000,00</b>	<b>1.690.000,00</b>
22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	119.681.396,00	21.000.000,00	-14.700.000,00	125.981.396,00	19.428.714,83	94.553.348,29	31.428.047,71
	364 - INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	3.230.000,00	3.809.000,00	-300.000,00	6.739.000,00	704.499,83	2.235.809,85	4.503.190,15
	432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	59.038.661,00	153.607.779,91	-36.200.343,74	176.446.097,17	42.337.700,81	59.776.740,29	116.669.356,88
	433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	2.791.758.269,00	1.354.887.244,86	-206.984.184,97	3.939.661.328,89	999.508.596,13	2.983.612.566,39	956.048.762,50
	434 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO	632.613.448,00	240.515.785,78	-76.004.215,55	797.125.018,23	153.317.486,80	517.812.153,53	279.312.864,70
	441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	753.699.489,00	219.618.879,02	-194.971.528,02	778.346.840,00	73.792.569,24	301.671.622,22	476.675.217,78
	442 - QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO	500.000,00	300.000,00	0,00	800.000,00	34.244,00	219.880,00	580.120,00
	<b>TOTAL</b>	<b>4.360.541.263,00</b>	<b>1.993.738.689,57</b>	<b>-529.160.272,28</b>	<b>5.825.119.680,29</b>	<b>1.289.123.811,64</b>	<b>3.959.882.120,57</b>	<b>1.865.237.559,72</b>
24200003 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	159.377,00	381.677,71	-87.739,73	453.314,98	55.002,65	109.653,40	343.661,58
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	412 - INOVA CEARÁ	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	2.076.000,00	87.739,73	-56.000,00	2.107.739,73	2.342,00	136.922,00	1.970.817,73
	<b>TOTAL</b>	<b>2.285.377,00</b>	<b>469.417,44</b>	<b>-183.739,73</b>	<b>2.571.054,71</b>	<b>57.344,65</b>	<b>246.575,40</b>	<b>2.324.479,31</b>
24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	585.672.508,00	103.850.786,33	-5.642.993,10	683.880.301,23	55.810.809,87	461.939.024,24	221.941.276,99
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	480.000,00	0,00	-10.000,00	470.000,00	0,00	0,00	470.000,00
	631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	4.730.703.565,00	637.263.862,15	-530.219.054,39	4.837.748.372,76	797.636.758,50	2.774.035.220,02	2.063.713.152,74
	632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	109.633.939,00	29.171.268,56	-39.511.660,15	99.293.547,41	16.143.354,51	45.620.614,71	53.672.932,70
	633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	30.708.770,00	8.744.320,68	-12.466.647,66	26.986.443,02	12.581.019,24	13.925.942,96	13.060.500,06
	634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	64.560.979,00	6.021.323,44	-3.594.902,08	66.987.400,36	6.452.913,55	23.815.529,40	43.171.870,96
	<b>TOTAL</b>	<b>5.521.759.761,00</b>	<b>785.051.561,16</b>	<b>-591.445.257,38</b>	<b>5.715.366.064,78</b>	<b>888.624.855,67</b>	<b>3.319.336.331,33</b>	<b>2.396.029.733,45</b>



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido  
a partir de fontes  
responsáveis

FSC® C128031

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
27000000 - SECRETARIA DA CULTURA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	19.434.867,00	185.418,72	-10.000,00	19.610.285,72	2.851.050,55	11.583.479,64	8.026.806,08
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	113.677.416,00	16.562.841,20	-4.840.000,00	125.400.257,20	28.018.368,50	68.438.246,75	56.962.010,45
	422 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	43.955.306,00	1.190.000,00	-1.690.000,00	43.455.306,00	5.594.444,46	15.299.305,51	28.156.000,49
	423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	30.819.628,00	656.854,00	-2.695.000,00	28.781.482,00	5.942.995,68	12.718.508,34	16.062.973,66
	<b>TOTAL</b>	<b>207.917.217,00</b>	<b>18.595.113,92</b>	<b>-9.235.000,00</b>	<b>217.277.330,92</b>	<b>42.406.859,19</b>	<b>108.039.540,24</b>	<b>109.237.790,68</b>
27200004 - FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	10.937.177,00	98.741.689,46	-135.000,00	109.543.866,46	1.233.300,00	7.280.244,02	102.263.622,44
	422 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	4.062.823,00	2.470.297,32	0,00	6.533.120,32	840.000,00	2.400.930,81	4.132.189,51
	<b>TOTAL</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>101.211.986,78</b>	<b>-135.000,00</b>	<b>116.076.986,78</b>	<b>2.073.300,00</b>	<b>9.681.174,83</b>	<b>106.395.811,95</b>
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.398.571,00	50.000,00	0,00	3.448.571,00	808.818,14	1.909.684,54	1.538.886,46
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	9.108.486,00	6.186.350,00	-6.186.350,00	9.108.486,00	999.500,00	999.500,00	8.108.986,00
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	16.320.068,00	1.742.257,66	-10.000,00	18.052.325,66	481.357,19	2.350.962,45	15.701.363,21
	732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	314.169.215,00	64.651.391,11	-25.307.074,42	353.513.531,69	30.129.253,76	86.294.570,14	267.218.961,55
	<b>TOTAL</b>	<b>343.006.340,00</b>	<b>72.629.998,77</b>	<b>-31.503.424,42</b>	<b>384.132.914,35</b>	<b>32.418.929,09</b>	<b>91.554.717,13</b>	<b>292.578.197,22</b>
29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.393.652,00	94.800,00	0,00	1.488.452,00	348.474,80	816.240,06	672.211,94
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	23.467.152,00	4.847.300,75	-862.100,75	27.452.352,00	5.841.975,48	17.478.598,08	9.973.753,92
	<b>TOTAL</b>	<b>24.990.804,00</b>	<b>4.942.100,75</b>	<b>-862.100,75</b>	<b>29.070.804,00</b>	<b>6.190.450,28</b>	<b>18.294.838,14</b>	<b>10.775.965,86</b>
29200004 - COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ	731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	12.668.040,00	0,00	0,00	12.668.040,00	0,00	0,00	12.668.040,00
	<b>TOTAL</b>	<b>12.668.040,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.668.040,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.668.040,00</b>
29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	18.905.250,00	10.000,00	-400.000,00	18.515.250,00	2.755.554,53	11.115.205,71	7.400.044,29
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
	731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	14.892.728,00	3.469.083,73	-1.800.000,00	16.561.811,73	2.239.789,04	6.956.741,08	9.605.070,65
	<b>TOTAL</b>	<b>33.827.978,00</b>	<b>3.479.083,73</b>	<b>-2.200.000,00</b>	<b>35.107.061,73</b>	<b>4.995.343,57</b>	<b>18.071.946,79</b>	<b>17.035.114,94</b>
30000000 - CASA CIVIL	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	119.607.426,00	5.817.564,30	-3.927.501,00	121.497.489,30	26.124.198,38	81.560.060,38	39.937.428,92
	242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00	685.947,78	685.947,78	364.052,22
	244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	2.070.000,00	0,00	0,00	2.070.000,00	244.306,21	1.357.366,95	712.633,05
	254 - TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	36.915.389,00	81.366.000,00	-17.416.000,00	100.865.389,00	33.114.442,12	68.374.267,24	32.491.121,76
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	100.000,00	0,00	-80.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>159.807.815,00</b>	<b>87.183.564,30</b>	<b>-21.423.501,00</b>	<b>225.567.878,30</b>	<b>60.168.894,49</b>	<b>151.977.642,35</b>	<b>73.590.235,95</b>

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCÇÃO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.797.264,00	0,00	-1.700,00	3.795.564,00	475.142,31	1.608.871,64	2.186.692,36
	424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	7.453.267,00	0,00	0,00	7.453.267,00	961.029,59	3.851.204,52	3.602.062,48
TOTAL		11.250.531,00	0,00	-1.700,00	11.248.831,00	1.436.171,90	5.460.076,16	5.788.754,84
30200002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.521.695,00	0,00	-4.118.900,69	1.402.794,31	0,00	1.400.649,31	2.145,00
	435 - NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	39.784,00	0,00	-39.784,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		5.561.479,00	0,00	-4.158.684,69	1.402.794,31	0,00	1.400.649,31	2.145,00
30200003 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.624.957,36	0,00	9.624.957,36	2.093.585,16	2.862.374,67	6.762.582,69
	413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	0,00	182.844.307,76	0,00	182.844.307,76	33.574.406,87	74.935.051,32	107.909.256,44
TOTAL		0,00	192.469.265,12	0,00	192.469.265,12	35.667.992,03	77.797.425,99	114.671.839,13
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.767.764,00	709.028,00	-216.000,00	6.260.792,00	984.666,42	3.223.605,26	3.037.186,74
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
	411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	62.219.977,00	4.223.050,50	-652.427,50	65.790.600,00	118.823,39	29.287.343,00	36.503.257,00
	412 - INOVA CEARÁ	6.328.950,00	559.064,41	-233.921,45	6.654.092,96	207.500,00	456.600,00	6.197.492,96
	442 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	27.509.495,00	4.025.829,29	-2.732.600,97	28.802.723,32	3.599.546,27	12.184.596,93	16.618.126,39
	451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	3.971.144,00	0,00	-185.055,00	3.786.089,00	450.218,69	1.540.944,10	2.245.144,90
TOTAL		105.867.330,00	9.516.972,20	-4.020.004,92	111.364.297,28	5.360.754,77	46.693.089,29	64.671.207,99
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	8.588.376,00	0,00	-410.000,00	8.178.376,00	1.405.163,51	4.605.938,37	3.572.437,63
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	610.000,00	0,00	0,00	610.000,00	0,00	0,00	610.000,00
	442 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	10.035.000,00	3.000.000,00	0,00	13.035.000,00	614.957,87	1.323.254,68	11.711.745,32
	451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	309.069.465,00	28.388.883,10	-6.950.000,00	330.508.348,10	55.116.898,92	198.272.729,09	132.235.619,01
TOTAL		328.312.841,00	31.388.883,10	-7.360.000,00	352.341.724,10	57.137.020,30	204.201.922,14	148.139.801,96
31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	8.888.971,00	300.000,00	0,00	9.188.971,00	1.316.803,35	4.980.389,46	4.208.581,54
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	91.718.016,00	12.061.471,60	-672.650,17	103.106.837,43	14.205.372,99	57.019.223,17	46.087.614,26
TOTAL		100.666.987,00	12.361.471,60	-672.650,17	112.355.808,43	15.522.176,34	61.999.612,63	50.356.195,80
31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIPI	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.283.515,00	0,00	0,00	2.283.515,00	359.707,27	1.244.144,26	1.039.370,74
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	129.117.266,00	9.556.422,55	-20.000,00	138.653.688,55	20.760.895,35	81.792.064,85	56.861.623,70
TOTAL		131.500.781,00	9.556.422,55	-20.000,00	141.037.203,55	21.120.602,62	83.036.209,11	58.000.994,44
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	24.761.574,00	1.249.614,24	-150.000,00	25.861.188,24	1.187.095,48	6.232.568,56	19.628.619,68
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	62.839.153,00	36.255.693,79	-28.637.721,45	70.457.125,34	5.556.865,00	19.848.341,93	50.608.783,41
	412 - INOVA CEARÁ	14.801.000,00	7.390.245,09	-414.000,00	21.777.245,09	1.086.361,65	2.876.594,09	18.900.651,00
	451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	56.539.324,00	17.170.200,00	-5.159.200,00	68.550.324,00	7.245.688,14	26.911.810,90	41.638.513,10
TOTAL		159.041.051,00	62.065.753,12	-34.360.921,45	186.745.882,67	15.076.010,27	55.869.315,48	130.876.567,19



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido a partir de fontes responsáveis

FSC® C128031

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	15.680.383,00	110.000,00	-110.000,00	15.680.383,00	2.447.592,59	9.204.068,93	6.476.314,07
	313 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.624.845,00	10.000,00	-10.000,00	1.624.845,00	86.945,27	243.176,73	1.381.668,27
	412 - INOVA CEARÁ	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
	726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>17.425.228,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>-120.000,00</b>	<b>17.425.228,00</b>	<b>2.534.537,86</b>	<b>9.447.245,66</b>	<b>7.977.982,34</b>
36000000 - SECRETARIA DO TURISMO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.300.313,00	1.155.000,00	-10.000,00	4.445.313,00	708.253,70	2.472.251,66	1.973.061,34
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	30.000,00	1.000,00	-1.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
	256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	515.000,00	510.000,00	-510.000,00	515.000,00	0,00	0,00	515.000,00
	342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	97.455.385,00	11.539.546,50	-7.837.824,75	101.157.106,75	8.877.706,63	19.478.213,83	81.678.892,92
	621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	11.006.000,00	0,00	0,00	11.006.000,00	0,00	0,00	11.006.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>112.326.698,00</b>	<b>13.205.546,50</b>	<b>-8.358.824,75</b>	<b>117.173.419,75</b>	<b>9.585.960,33</b>	<b>21.950.465,49</b>	<b>95.222.954,26</b>
36200001 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ	371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	1.210.000,00	0,00	0,00	1.210.000,00	0,00	0,00	1.210.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.210.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.210.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.210.000,00</b>
39000000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>25.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000.000,00</b>
40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	5.778.764.783,00	1.293.800.000,00	-422.442.147,35	6.650.122.635,65	501.692.376,10	2.069.439.077,95	4.580.683.557,70
	<b>TOTAL</b>	<b>5.778.764.783,00</b>	<b>1.293.800.000,00</b>	<b>-422.442.147,35</b>	<b>6.650.122.635,65</b>	<b>501.692.376,10</b>	<b>2.069.439.077,95</b>	<b>4.580.683.557,70</b>
41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	33.495.459,00	6.493.175,62	-954.000,00	39.034.634,62	5.720.524,83	23.371.190,47	15.663.444,15
	251 - CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL	1.960.000,00	0,00	0,00	1.960.000,00	0,00	1.680.000,00	280.000,00
	253 - FOMENTO À ÉTICA E À INTEGRIDADE	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
	254 - TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	2.122.963,00	0,00	0,00	2.122.963,00	266.008,33	1.119.194,89	1.003.768,11
	<b>TOTAL</b>	<b>37.618.422,00</b>	<b>6.493.175,62</b>	<b>-954.000,00</b>	<b>43.157.597,62</b>	<b>5.986.533,16</b>	<b>26.170.385,36</b>	<b>16.987.212,26</b>
42000000 - SECRETARIA DO ESPORTE	134 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	393.000,00	0,00	-393.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	8.784.643,00	0,00	-30.000,00	8.754.643,00	1.452.432,20	4.672.626,17	4.082.016,83
	611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	25.297.113,00	6.376.289,74	-3.165.778,50	28.507.624,24	3.574.256,04	15.626.521,68	12.881.102,56
	612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	12.152.173,00	519.180,00	-284.180,00	12.387.173,00	2.232.005,66	6.451.525,77	5.935.647,23
	<b>TOTAL</b>	<b>46.626.929,00</b>	<b>6.895.469,74</b>	<b>-3.872.958,50</b>	<b>49.649.440,24</b>	<b>7.258.693,90</b>	<b>26.750.673,62</b>	<b>22.898.766,62</b>
42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	134 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
	611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	5.599.000,00	7.728.026,56	-200.000,00	13.127.026,56	1.856.299,73	8.615.633,86	4.511.392,70
	612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	9.381.000,00	6.050.000,00	-10.200.000,00	5.231.000,00	79.461,90	141.056,35	5.089.943,65
	<b>TOTAL</b>	<b>15.100.000,00</b>	<b>13.778.026,56</b>	<b>-10.400.000,00</b>	<b>18.478.026,56</b>	<b>1.935.761,63</b>	<b>8.756.690,21</b>	<b>9.721.336,35</b>
43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES	111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	33.038.281,00	15.988.488,91	-5.274.999,06	43.751.770,85	2.615.716,42	19.929.505,91	23.822.264,94
	113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	6.695.200,00	4.867.528,00	-164.500,00	11.398.228,00	1.258.211,20	4.011.911,20	7.386.316,80
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	9.427.316,00	329.455,83	-235.803,11	9.520.968,72	1.452.013,87	5.584.919,81	3.936.048,91
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	37.903.490,00	38.726.756,67	-37.901.542,00	38.728.704,67	0,00	833.266,67	37.895.438,00
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00



ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
	241 - GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	767.000,00	855.428,90	-109.000,00	1.513.428,90	0,00	362.171,56	1.151.257,34
	331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	50.000,00	0,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	34.961.598,00	28.829.338,39	-3.204.110,39	60.586.826,00	7.271.063,30	33.836.667,11	26.750.158,89
	343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	2.543.000,00	0,00	0,00	2.543.000,00	451.767,20	1.618.156,80	924.843,20
	621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	70.397.285,00	54.882.749,01	-30.836.940,23	94.443.093,78	17.935.945,23	31.670.544,23	62.772.549,55
	622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	94.887.000,00	28.625.807,83	-9.700.351,20	113.812.456,63	10.175.901,80	25.304.470,82	88.507.985,81
	722 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	70.132.650,00	16.743.913,89	-6.285.106,35	80.591.457,54	8.120.807,27	29.076.813,90	51.514.643,64
	726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	21.371.000,00	0,00	-2.228.391,86	19.142.608,14	1.624.989,24	4.928.121,07	14.214.487,07
	<b>TOTAL</b>	<b>382.423.820,00</b>	<b>189.849.467,43</b>	<b>-95.990.744,20</b>	<b>476.282.543,23</b>	<b>50.906.415,53</b>	<b>157.156.549,08</b>	<b>319.125.994,15</b>
43200002 - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ	621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	1.020.742.792,00	0,00	0,00	1.020.742.792,00	0,00	0,00	1.020.742.792,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.020.742.792,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.020.742.792,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.020.742.792,00</b>
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	651.500,00	12.500.000,00	0,00	13.151.500,00	3.246.416,07	7.260.384,67	5.891.115,33
	131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	400.000,00	597.142,64	0,00	997.142,64	144.409,70	597.463,40	399.679,24
	136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	112.020,38	112.020,38	387.979,62
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	70.161.671,00	300.000,00	-100.000,00	70.361.671,00	10.337.180,47	40.592.391,22	29.769.279,78
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	11.229.999,00	0,00	0,00	11.229.999,00	1.381.135,16	4.563.113,78	6.666.885,22
	341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	39.057.665,00	136.211.453,31	-3.400.000,00	171.869.118,31	23.006.434,69	110.061.393,98	61.807.724,33
	342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	278.705.945,00	353.136.237,49	-35.540.185,81	596.301.996,68	127.288.385,23	391.199.973,51	205.102.023,17
	343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
	423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	5.360.000,00	3.300.224,97	-400.000,00	8.260.224,97	0,00	7.022.965,04	1.237.259,93
	432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	1.210.000,00	483.000,00	-1.057.090,40	635.909,60	68.739,59	92.908,93	543.000,67
	434 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
	441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	1.800.000,00	4.410.340,00	-150.000,00	6.060.340,00	1.132.558,95	5.377.771,19	682.568,81
	451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	25.100.000,00	21.799.294,58	-5.000.000,00	41.899.294,58	3.198.360,78	30.546.892,89	11.352.401,69
	514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	2.000.000,00	3.694.866,28	-800.000,00	4.894.866,28	502.171,81	2.456.299,86	2.438.566,42
	521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	27.980.000,00	14.182.162,66	-6.365.910,00	35.796.252,66	10.378.943,43	30.473.073,43	5.323.179,23
	524 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	9.720.000,00	14.262.573,17	0,00	23.982.573,17	5.846.069,05	16.034.164,01	7.948.409,16
	631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>474.266.780,00</b>	<b>564.877.295,10</b>	<b>-52.813.186,21</b>	<b>986.330.888,89</b>	<b>186.642.825,31</b>	<b>646.390.816,29</b>	<b>339.940.072,60</b>
43200008 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO	621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	6.640.079,00	7.593.190,66	0,00	14.233.269,66	497.475,98	2.192.781,51	12.040.488,15
	622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	5.672.912,00	36.383.713,42	-607.987,38	41.448.638,04	1.532.711,10	9.073.352,50	32.375.285,54
	711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>12.372.991,00</b>	<b>43.976.904,08</b>	<b>-607.987,38</b>	<b>55.741.907,70</b>	<b>2.030.187,08</b>	<b>11.266.134,01</b>	<b>44.475.773,69</b>
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	131.254.991,00	160.000,00	-795.000,00	130.619.991,00	20.313.525,87	71.892.670,73	58.727.320,27
	221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	315.600,00	35.000,00	0,00	350.600,00	92.719,00	99.739,00	250.861,00

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	580.000,00	0,00	0,00	580.000,00	6.542,15	66.984,25	513.015,75
	242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	1.512.114,00	270.000,00	0,00	1.782.114,00	200.882,27	478.708,75	1.303.405,25
	243 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
	244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	8.079.696,00	0,00	0,00	8.079.696,00	0,00	229.549,86	7.850.146,14
	413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	16.847.308,00	200.000,00	0,00	17.047.308,00	0,00	0,00	17.047.308,00
	515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	4.244.711,00	0,00	0,00	4.244.711,00	0,00	0,00	4.244.711,00
	<b>TOTAL</b>	<b>162.994.420,00</b>	<b>665.000,00</b>	<b>-795.000,00</b>	<b>162.864.420,00</b>	<b>20.613.669,29</b>	<b>72.767.652,59</b>	<b>90.096.767,41</b>
46100003 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.791.277,00	0,00	-280.000,00	1.511.277,00	330.293,59	985.337,96	525.939,04
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	1.907.177,00	0,00	0,00	1.907.177,00	197.921,62	531.875,87	1.375.301,13
	<b>TOTAL</b>	<b>3.698.454,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-280.000,00</b>	<b>3.418.454,00</b>	<b>528.215,21</b>	<b>1.517.213,83</b>	<b>1.901.240,17</b>
46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	7.613.000,00	4.585.000,00	0,00	12.198.000,00	1.499.522,91	3.919.289,08	8.278.710,92
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	545.000,00	80.000,00	0,00	625.000,00	64.902,65	168.161,99	456.838,01
	221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	10.105.582,00	0,00	-200.000,00	9.905.582,00	1.186.073,62	5.199.972,25	4.705.609,75
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>18.763.582,00</b>	<b>4.665.000,00</b>	<b>-200.000,00</b>	<b>23.228.582,00</b>	<b>2.750.499,18</b>	<b>9.287.423,32</b>	<b>13.941.158,68</b>
46200002 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	11.679.036,00	0,00	-9.624.957,36	2.054.078,64	0,00	2.054.078,64	0,00
	413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	216.360.886,00	1.227.111,12	-179.022.000,56	38.565.996,56	0,00	38.538.795,11	27.201,45
	<b>TOTAL</b>	<b>228.039.922,00</b>	<b>1.227.111,12</b>	<b>-188.646.957,92</b>	<b>40.620.075,20</b>	<b>0,00</b>	<b>40.592.873,75</b>	<b>27.201,45</b>
46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.424.144,00	10.000,00	-10.000,00	4.424.144,00	713.999,58	2.365.604,13	2.058.539,87
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	130.087,00	0,00	0,00	130.087,00	28.810,62	85.415,90	44.671,10
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	14.734.374,00	0,00	0,00	14.734.374,00	2.052.044,95	8.002.904,26	6.731.469,74
	<b>TOTAL</b>	<b>19.298.605,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>-10.000,00</b>	<b>19.298.605,00</b>	<b>2.794.855,15</b>	<b>10.453.924,29</b>	<b>8.844.680,71</b>
46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV	213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	3.093.954.272,00	306.799.889,77	-410.000,00	3.400.344.161,77	521.641.948,59	2.111.200.401,24	1.289.143.760,53
	<b>TOTAL</b>	<b>3.093.954.272,00</b>	<b>306.799.889,77</b>	<b>-410.000,00</b>	<b>3.400.344.161,77</b>	<b>521.641.948,59</b>	<b>2.111.200.401,24</b>	<b>1.289.143.760,53</b>
46200005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR	213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	979.809.040,00	77.123.303,37	-270.000,00	1.056.662.343,37	160.547.184,92	656.097.492,49	400.564.850,88
	<b>TOTAL</b>	<b>979.809.040,00</b>	<b>77.123.303,37</b>	<b>-270.000,00</b>	<b>1.056.662.343,37</b>	<b>160.547.184,92</b>	<b>656.097.492,49</b>	<b>400.564.850,88</b>
46200006 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.945.180,00	204.669,25	-5.000,00	5.144.849,25	768.076,85	2.908.415,55	2.236.433,70
	<b>TOTAL</b>	<b>4.945.180,00</b>	<b>204.669,25</b>	<b>-5.000,00</b>	<b>5.144.849,25</b>	<b>768.076,85</b>	<b>2.908.415,55</b>	<b>2.236.433,70</b>
46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	726.473.852,00	97.600.000,00	-97.600.000,00	726.473.852,00	85.075.656,45	353.944.026,08	372.529.825,92
	<b>TOTAL</b>	<b>726.473.852,00</b>	<b>97.600.000,00</b>	<b>-97.600.000,00</b>	<b>726.473.852,00</b>	<b>85.075.656,45</b>	<b>353.944.026,08</b>	<b>372.529.825,92</b>
46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	329.000.000,00	8.500.000,00	-15.500.000,00	322.000.000,00	60.792.029,61	162.555.432,03	159.444.567,97
	<b>TOTAL</b>	<b>329.000.000,00</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>-15.500.000,00</b>	<b>322.000.000,00</b>	<b>60.792.029,61</b>	<b>162.555.432,03</b>	<b>159.444.567,97</b>
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	15.342.048,00	510.000,00	0,00	15.852.048,00	1.876.427,42	6.124.094,84	9.727.953,16
	221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>15.402.048,00</b>	<b>510.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.912.048,00</b>	<b>1.876.427,42</b>	<b>6.124.094,84</b>	<b>9.787.953,16</b>
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	5.393.000,00	3.137.763,60	-380.000,00	8.150.763,60	1.185.938,17	3.143.343,17	5.007.420,43
	123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	125.872.040,00	24.341.693,54	-14.004.331,39	136.209.402,15	29.169.054,08	70.108.403,38	66.100.998,77

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
	131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	20.029.232,00	1.513.888,10	-10.885.959,06	10.657.161,04	253.295,73	3.971.010,75	6.686.150,29
	132 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	2.625.784,00	1.922.001,20	-861.076,00	3.686.709,20	1.055.137,77	2.288.443,05	1.398.266,15
	133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	92.170.818,00	16.324.333,69	-13.189.651,65	95.305.500,04	20.741.065,57	57.865.605,53	37.439.894,51
	134 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	1.186.901,00	0,00	0,00	1.186.901,00	0,00	0,00	1.186.901,00
	135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	7.118.002,00	3.463.120,40	-1.472.435,40	9.108.687,00	1.756.923,92	5.773.609,95	3.335.077,05
	136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	925.000,00	455.000,00	-610.000,00	770.000,00	0,00	140.677,84	629.322,16
	141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.516.724,00	94.925.000,00	-238.231,50	96.203.492,50	24.539.326,70	36.746.490,05	59.457.002,45
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	105.338.850,00	15.379.195,39	-1.874.823,02	118.843.222,37	19.664.315,93	64.725.857,94	54.117.364,43
	361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	4.495.043,00	807.062,54	-1.150.202,04	4.151.903,50	1.169.775,94	1.806.144,41	2.345.759,09
	433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	442 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	36.253.221,00	9.298.149,10	-951.406,33	44.599.963,77	9.649.241,73	20.599.781,84	24.000.181,93
<b>TOTAL</b>		<b>402.954.615,00</b>	<b>171.567.207,56</b>	<b>-45.618.116,39</b>	<b>528.903.706,17</b>	<b>109.184.075,54</b>	<b>267.169.367,91</b>	<b>261.734.338,26</b>
47100004 - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	127.193.448,00	11.293.040,54	-929.992,31	137.556.496,23	20.295.391,91	71.214.418,95	66.342.077,28
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	10.442.966,00	0,00	0,00	10.442.966,00	1.933.824,29	6.596.871,76	3.846.094,24
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>137.996.414,00</b>	<b>11.293.040,54</b>	<b>-929.992,31</b>	<b>148.359.462,23</b>	<b>22.229.216,20</b>	<b>77.811.290,71</b>	<b>70.548.171,52</b>
47200001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	7.900.000,00	9.926.135,09	-400.000,00	17.426.135,09	2.282.365,49	2.832.365,49	14.593.769,60
<b>TOTAL</b>		<b>7.900.000,00</b>	<b>9.926.135,09</b>	<b>-400.000,00</b>	<b>17.426.135,09</b>	<b>2.282.365,49</b>	<b>2.832.365,49</b>	<b>14.593.769,60</b>
47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	703.600,00	580.000,00	0,00	1.283.600,00	352.284,43	822.289,06	461.310,94
	122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	35.644.687,00	7.202.559,20	-1.922.202,89	40.925.043,31	6.131.339,34	24.173.074,17	16.751.969,14
	123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	170.622.094,00	56.321.395,31	-6.014.679,05	220.928.810,26	32.134.128,63	138.489.224,81	82.439.585,45
<b>TOTAL</b>		<b>206.970.381,00</b>	<b>64.103.954,51</b>	<b>-7.936.881,94</b>	<b>263.137.453,57</b>	<b>38.617.752,40</b>	<b>163.484.588,04</b>	<b>99.652.865,53</b>
47200003 - FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	2.400.000,00	495.223,48	0,00	2.895.223,48	536.388,16	1.937.266,30	957.957,18
<b>TOTAL</b>		<b>2.400.000,00</b>	<b>495.223,48</b>	<b>0,00</b>	<b>2.895.223,48</b>	<b>536.388,16</b>	<b>1.937.266,30</b>	<b>957.957,18</b>
47200005 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	7.500.000,00	10.450.000,00	-7.500.000,00	10.450.000,00	136.075,00	136.075,00	10.313.925,00
<b>TOTAL</b>		<b>7.500.000,00</b>	<b>10.450.000,00</b>	<b>-7.500.000,00</b>	<b>10.450.000,00</b>	<b>136.075,00</b>	<b>136.075,00</b>	<b>10.313.925,00</b>
47200006 - FUNDO MAIS INFÂNCIA CEARÁ	123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
	141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>
47200007 - FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE ALCOOL E OUTRAS DROGRAS	132 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>
53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.974.653,00	165.651,07	-76.383,26	4.063.920,81	593.254,59	1.921.050,34	2.142.870,47
	522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	8.942.565,00	340.273,31	-340.273,31	8.942.565,00	1.175.379,48	4.729.408,57	4.213.156,43
<b>TOTAL</b>		<b>12.917.218,00</b>	<b>505.924,38</b>	<b>-416.656,57</b>	<b>13.006.485,81</b>	<b>1.768.634,07</b>	<b>6.650.458,91</b>	<b>6.356.026,90</b>



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido  
a partir de fontes  
responsáveis

FSC® C128031

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	13.758.540,00	87.697,00	-409.582,71	13.436.654,29	1.890.037,14	6.078.300,05	7.358.354,24
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	313 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	173.358,00	0,00	0,00	173.358,00	0,00	0,00	173.358,00
	321 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	160.145,00	0,00	-20.000,00	140.145,00	0,00	0,00	140.145,00
	331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	772.923,00	450.000,00	-474.500,00	748.423,00	239.444,18	576.739,16	171.683,84
	344 - DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	10.000,00	24.500,00	0,00	34.500,00	0,00	33.777,91	722,09
	351 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	88.968,00	0,00	-88.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	2.305.479,00	0,00	-205.479,00	2.100.000,00	0,00	0,00	2.100.000,00
	363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	19.155.181,00	0,00	-12.362.867,60	6.792.313,40	0,00	6.792.313,40	0,00
	364 - INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	46.403,00	0,00	0,00	46.403,00	0,00	0,00	46.403,00
	711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>36.500.997,00</b>	<b>572.197,00</b>	<b>-13.571.397,31</b>	<b>23.501.796,69</b>	<b>2.129.481,32</b>	<b>13.481.130,52</b>	<b>10.020.666,17</b>
56200002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	10.070.000,00	28.294.656,98	-4.717.000,00	33.647.656,98	251.941,27	24.334.488,43	9.313.168,55
	<b>TOTAL</b>	<b>10.070.000,00</b>	<b>28.294.656,98</b>	<b>-4.717.000,00</b>	<b>33.647.656,98</b>	<b>251.941,27</b>	<b>24.334.488,43</b>	<b>9.313.168,55</b>
56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	8.055.840,00	0,00	0,00	8.055.840,00	0,00	0,00	8.055.840,00
	331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	91.944.160,00	0,00	0,00	91.944.160,00	0,00	0,00	91.944.160,00
	<b>TOTAL</b>	<b>100.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000.000,00</b>
56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.082.853,00	0,00	-70.000,00	6.012.853,00	991.556,46	3.302.159,73	2.710.693,27
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	280.000,00	0,00	0,00	280.000,00	70.941,06	198.088,52	81.911,48
	312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	25.633.393,00	718.939,41	0,00	26.352.332,41	2.967.809,43	11.702.916,85	14.649.415,56
	<b>TOTAL</b>	<b>31.996.246,00</b>	<b>718.939,41</b>	<b>-70.000,00</b>	<b>32.645.185,41</b>	<b>4.030.306,95</b>	<b>15.203.165,10</b>	<b>17.442.020,31</b>
56200007 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.560.000,00	0,00	-200.000,00	5.360.000,00	1.155.683,61	2.946.079,18	2.413.920,82
	362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	9.186.975,00	409.393,58	-1.000.000,00	8.596.368,58	1.160.578,21	4.323.904,75	4.272.463,83
	<b>TOTAL</b>	<b>14.746.975,00</b>	<b>409.393,58</b>	<b>-1.200.000,00</b>	<b>13.956.368,58</b>	<b>2.316.261,82</b>	<b>7.269.983,93</b>	<b>6.686.384,65</b>
56200008 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
	342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	22.549.000,00	0,00	0,00	22.549.000,00	0,00	0,00	22.549.000,00
	344 - DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	5.098.000,00	0,00	0,00	5.098.000,00	0,00	0,00	5.098.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>27.947.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.947.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.947.000,00</b>
56200009 - FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO	363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	3.362.174,00	0,00	-3.362.174,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>3.362.174,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.362.174,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
56200010 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ	362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	78.822.082,00	0,00	-78.822.082,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>78.822.082,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-78.822.082,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
56200011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
57000000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.136.765,00	0,00	-5.260,23	5.131.504,77	727.199,56	2.446.359,52	2.685.145,25
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
	721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	2.628.061,00	10.677.333,47	0,00	13.305.394,47	1.385.664,65	9.628.329,46	3.677.065,01
	723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	620.000,00	0,00	0,00	620.000,00	0,00	0,00	620.000,00
	724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	22.690.939,00	13.938.714,89	-3.877.139,00	32.752.514,89	9.051.198,28	16.713.006,02	16.039.508,87
	725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
	726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	952.000,00	7.328.238,45	-952.000,00	7.328.238,45	13.543,95	7.170.331,95	157.906,50
	<b>TOTAL</b>	<b>33.037.765,00</b>	<b>31.944.286,81</b>	<b>-4.834.399,23</b>	<b>60.147.652,58</b>	<b>11.177.606,44</b>	<b>35.958.026,95</b>	<b>24.189.625,63</b>
57200001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	55.162.202,00	7.090.000,00	-740.000,00	61.512.202,00	17.653.721,96	37.413.735,35	24.098.466,65
	212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	820.000,00	0,00	0,00	820.000,00	130.667,53	458.405,90	361.594,10
	222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	100.000,00	56.234,00	0,00	156.234,00	0,00	156.234,00	0,00
	721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
	723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	900.000,00	0,00	-56.234,00	843.766,00	0,00	0,00	843.766,00
	724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	4.218.260,00	1.658.804,85	0,00	5.877.064,85	760.147,82	1.635.098,39	4.241.966,46
	725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1.593.400,00	0,00	0,00	1.593.400,00	296.321,66	677.627,66	915.772,34
	726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
	731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>63.193.862,00</b>	<b>8.805.038,85</b>	<b>-796.234,00</b>	<b>71.202.666,85</b>	<b>18.840.858,97</b>	<b>40.341.101,30</b>	<b>30.861.565,55</b>
57200003 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00
	723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
	724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
	726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>2.550.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.550.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.550.000,00</b>
58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.934.471,00	0,00	0,00	1.934.471,00	0,00	0,00	1.934.471,00
	131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	2.043.778,00	0,00	0,00	2.043.778,00	0,00	0,00	2.043.778,00
	134 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	7.901.053,00	200.000,00	-200.000,00	7.901.053,00	0,00	0,00	7.901.053,00
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.049.385,00	251.655,41	-121.451,11	4.179.589,30	617.542,99	2.140.578,23	2.039.011,07
	245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	27.204.773,00	1.252.596,57	0,00	28.457.369,57	1.888.395,54	6.697.902,35	21.759.467,22
	341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	6.872.786,00	0,00	0,00	6.872.786,00	0,00	0,00	6.872.786,00
	442 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	14.895.714,00	0,00	0,00	14.895.714,00	0,00	0,00	14.895.714,00
	514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.258.333,00	0,00	0,00	1.258.333,00	0,00	0,00	1.258.333,00
	<b>TOTAL</b>	<b>66.160.293,00</b>	<b>1.704.251,98</b>	<b>-321.451,11</b>	<b>67.543.093,87</b>	<b>2.505.938,53</b>	<b>8.838.480,58</b>	<b>58.704.613,29</b>
59000000 - SECRETARIA DO TRABALHO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	4.827.056,61	-176.576,38	4.650.480,23	176.486,40	380.116,20	4.270.364,03
	362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	205.479,00	0,00	205.479,00	0,00	0,00	205.479,00
	363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	0,00	16.906.580,09	0,00	16.906.580,09	3.745.480,02	9.363.700,05	7.542.880,04
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>21.939.115,70</b>	<b>-176.576,38</b>	<b>21.762.539,32</b>	<b>3.921.966,42</b>	<b>9.743.816,25</b>	<b>12.018.723,07</b>
59200001 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ	362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000.000,00</b>
59200002 - FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO	363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	0,00	3.362.174,00	0,00	3.362.174,00	0,00	0,00	3.362.174,00
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>3.362.174,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.362.174,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.362.174,00</b>



ENTIDADE	PROGRAMA	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
61000000 - SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.556.599,91	-150.888,25	2.405.711,66	332.682,02	574.502,56	1.831.209,10
	256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	351 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	0,00	3.122.928,14	0,00	3.122.928,14	0,00	0,00	3.122.928,14
	352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	0,00	3.659.124,96	0,00	3.659.124,96	0,00	0,00	3.659.124,96
TOTAL		0,00	9.348.653,01	-150.888,25	9.197.764,76	332.682,02	574.502,56	8.623.262,20
62000000 - SECRETARIA DAS MULHERES	131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	0,00	9.735.210,46	0,00	9.735.210,46	973.036,20	1.270.651,42	8.464.559,04
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	3.452.844,40	-100.000,00	3.352.844,40	204.339,74	464.451,07	2.888.393,33
TOTAL		0,00	13.188.054,86	-100.000,00	13.088.054,86	1.177.375,94	1.735.102,49	11.352.952,37
63000000 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	0,00	5.268.707,58	-4.917.982,58	350.725,00	0,00	0,00	350.725,00
	135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.582.985,67	0,00	9.582.985,67	288.607,16	570.414,64	9.012.571,03
TOTAL		0,00	15.651.693,25	-4.917.982,58	10.733.710,67	288.607,16	570.414,64	10.163.296,03
63200001 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	7.500.000,00	-7.450.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	TOTAL	0,00	7.500.000,00	-7.450.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
64000000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE	134 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	0,00	393.000,00	0,00	393.000,00	0,00	0,00	393.000,00
	TOTAL	0,00	393.000,00	0,00	393.000,00	0,00	0,00	393.000,00
68000000 - SECRETARIA DA DIVERSIDADE	135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00
	TOTAL	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00
69000000 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	5.054.244,66	0,00	5.054.244,66	1.038.012,28	1.858.978,69	3.195.265,97
	435 - NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	0,00	39.784,00	0,00	39.784,00	0,00	0,00	39.784,00
	TOTAL	0,00	5.094.028,66	0,00	5.094.028,66	1.038.012,28	1.858.978,69	3.235.049,97
TOTAL GERAL		36.472.896.251,00	7.500.726.625,93	-2.772.438.757,55	41.201.184.119,38	6.042.305.106,28	21.536.682.767,52	19.664.501.351,86

## Relatório Bimestral por Fonte 4º Bimestre - 2023

SIAFE CE - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Ceará - Consulta em 11/09/2023 09:24 - 006881  
Governo do Estado do Ceará

FONTE	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
500	19.669.645.169,00	2.899.988.934,04	-1.489.372.153,22	21.080.261.949,82	3.213.495.545,40	13.380.553.035,42	7.699.708.914,40
501	2.066.451.020,00	338.789.813,12	-311.765.251,71	2.093.475.581,41	416.216.766,69	666.952.407,46	1.426.523.173,95
540	1.651.103.835,00	80.188.072,46	0,00	1.731.291.907,46	249.784.676,75	1.087.026.503,10	644.265.404,36
541	818.495.196,00	173.231.960,91	-92.007.488,62	899.719.668,29	128.688.989,54	501.882.347,50	397.837.320,79
543	22.101.976,00	0,00	0,00	22.101.976,00	0,00	0,00	22.101.976,00
544	661.071.740,00	1.160.076.891,89	-184.000.000,00	1.637.148.631,89	656.202.349,73	1.447.994.379,84	189.154.252,05
550	64.100.000,00	56.772.019,57	-10.903.019,57	109.969.000,00	19.811.494,63	71.828.943,62	38.140.056,38
552	52.000.000,00	34.732.124,55	-25.289.635,08	61.442.489,47	9.083.926,00	60.897.741,58	544.747,89
553	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	982.171,44	1.017.828,56
569	63.563.448,00	41.600.000,00	0,00	105.163.448,00	19.085.842,16	40.457.927,84	64.705.520,16
570	63.250.645,00	14.930.652,63	-944.408,83	77.236.888,80	6.751.514,78	18.369.375,12	58.867.513,68
572	1.544.000,00	1.500.000,00	0,00	3.044.000,00	416.003,33	1.270.156,90	1.773.843,10
599	13.201.495,00	1.698.530,00	-10.000,00	14.890.025,00	1.115.739,23	4.999.450,37	9.890.574,63
600	944.291.240,00	150.391.935,32	-122.637.056,77	972.046.118,55	138.012.669,03	462.066.940,39	509.979.178,16
601	9.491.957,00	15.295.687,62	-10.507.354,06	14.280.290,56	2.823.656,48	2.995.605,48	11.284.685,08
602	13.800.000,00	15.093.660,11	-1.050,00	28.892.610,11	367.458,13	14.483.512,28	14.409.097,83
603	386.176,00	5.762.217,52	-2.005,00	6.146.388,52	1.789.414,50	3.707.048,50	2.439.340,02
622	0,00	37.634.373,93	-895.328,93	36.739.045,00	10.243.988,53	25.742.604,81	10.996.440,19
631	6.411.417,00	0,00	0,00	6.411.417,00	0,00	0,00	6.411.417,00
633	19.210.000,00	355.950,00	0,00	19.565.950,00	267.640,50	2.187.384,44	17.378.565,56
634	51.637.531,00	24.374.448,86	-21.585.800,52	54.426.179,34	26.681.324,91	33.958.062,08	20.468.117,26
636	8.149.082,00	8.350.855,67	-1.333.986,79	15.165.950,88	274.629,98	1.070.212,47	14.095.738,41
659	5.649.887,00	1.962.729,70	-346.548,76	7.266.067,94	1.086.036,25	4.215.948,60	3.050.119,34
660	4.123.361,00	3.840.176,58	-1.053.000,00	6.910.537,58	1.133.830,76	2.065.037,94	4.845.499,64
665	6.455.878,00	4.975.341,28	-3.665.728,34	7.765.490,94	1.562.898,47	1.944.471,42	5.821.019,52
669	17.800.000,00	28.771.358,57	-15.350.000,00	31.221.358,57	2.954.828,65	4.905.706,79	26.315.651,78
700	487.635.952,00	149.484.673,91	-49.974.915,44	587.145.710,47	46.924.953,74	121.776.588,05	465.369.122,42
702	450.000,00	530.715,63	0,00	980.715,63	0,00	0,00	980.715,63
703	8.675.000,00	7.649.385,43	-3.414.000,00	12.910.385,43	1.037.351,73	2.095.354,59	10.815.030,84
704	47.728.488,00	5.475.825,93	0,00	53.204.313,93	9.453.186,67	30.362.579,25	22.841.734,68
706	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
708	2.357.629,00	0,00	0,00	2.357.629,00	0,00	0,00	2.357.629,00
711	33.585.957,00	0,00	0,00	33.585.957,00	16.512.236,59	16.512.236,59	17.073.720,41
712	16.965.637,00	7.414.785,46	-1.849.674,00	22.530.748,46	32.046,00	8.200.081,96	14.330.666,50

FONTE	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
713	2.390.000,00	49.891.905,00	-15.957.905,00	36.324.000,00	2.643.648,49	4.906.686,62	31.417.313,38
714	3.357.174,00	3.357.174,00	-3.357.174,00	3.357.174,00	0,00	0,00	3.357.174,00
715	0,00	70.220.772,00	0,00	70.220.772,00	0,00	0,00	70.220.772,00
716	0,00	25.226.790,86	0,00	25.226.790,86	0,00	0,00	25.226.790,86
717	0,00	4.007.835,49	0,00	4.007.835,49	0,00	4.007.835,49	0,00
749	0,00	1.569.790,45	0,00	1.569.790,45	0,00	1.547.072,37	22.718,08
750	10.368.399,00	0,00	0,00	10.368.399,00	0,00	0,00	10.368.399,00
752	84.269.345,00	7.226.000,00	-7.226.000,00	84.269.345,00	22.543.663,90	61.433.142,82	22.836.202,18
753	568.142.113,00	39.076.325,72	-34.795.880,34	572.422.558,38	84.640.974,92	237.069.644,91	335.352.913,47
754	4.298.063.399,00	1.114.132.459,84	-113.558.596,23	5.298.637.262,61	70.540.975,83	194.717.753,69	5.103.919.508,92
755	10.000.000,00	324.809,01	0,00	10.324.809,01	274.800,00	274.800,00	10.050.009,01
756	523.481,00	0,00	0,00	523.481,00	0,00	0,00	523.481,00
759	636.561.582,00	188.637.844,26	-36.904.897,34	788.294.528,92	115.743.210,71	366.295.638,81	421.998.890,11
761	616.899.533,00	201.859.860,65	-107.876.680,90	710.882.712,75	142.661.225,24	384.838.245,14	326.044.467,61
799	50.359.845,00	41.508.744,82	-7.593.218,10	84.275.371,72	6.525.317,99	21.058.740,99	63.216.630,73
800	742.861.652,00	97.600.000,00	-97.600.000,00	742.861.652,00	87.258.815,11	362.607.342,29	380.254.309,71
801	2.005.449.052,00	306.779.889,77	-390.000,00	2.311.838.941,77	423.420.705,62	1.452.225.461,40	859.613.480,37
802	12.955.700,00	510.000,00	0,00	13.465.700,00	1.362.690,37	4.742.146,93	8.723.553,07
803	597.361.260,00	77.123.303,37	-270.000,00	674.214.563,37	102.878.078,94	419.454.440,23	254.760.123,14
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36.472.896.251,00</b>	<b>7.500.726.625,93</b>	<b>-2.772.438.757,55</b>	<b>41.201.184.119,38</b>	<b>6.042.305.106,28</b>	<b>21.536.682.767,52</b>	<b>19.664.501.351,86</b>

## Relatório Bimestral por Função 4º Bimestre - 2023

SIAFE CE - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Ceará - Consulta em 11/09/2023 09:24 - 006889  
 Governo do Estado do Ceará

FUNÇÃO	ORÇADO	ADICIONADO	ANULADO	SALDO ATUALIZADO	EMPENHADO BIMESTRE (MÊS 7 A 8)	EMPENHADO ATÉ BIMESTRE (ATÉ MÊS 8)	SALDO ORÇAMENTO
01 - LEGISLATIVA	923.777.725,00	38.727.467,72	-3.560.777,27	958.944.415,45	169.378.294,22	628.604.638,15	330.339.777,30
02 - JUDICIÁRIA	1.595.734.207,00	120.689.784,15	-6.463.490,59	1.709.960.500,56	268.090.463,11	1.023.256.159,89	686.704.340,67
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	694.754.218,00	92.982.283,70	-14.678.066,37	773.058.435,33	118.014.689,93	466.436.606,50	306.621.828,83
04 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.614.249.607,00	199.085.747,57	-221.951.079,56	1.591.384.275,01	240.346.765,21	821.026.493,04	770.357.781,97
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	4.653.268.563,00	435.420.402,23	-326.879.750,33	4.761.809.214,90	731.028.976,35	2.850.210.916,49	1.911.598.298,41
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	603.708.281,00	243.434.782,67	-41.767.260,16	805.375.803,51	137.936.064,35	419.241.112,00	386.134.691,51
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.674.216.029,00	482.033.193,14	-680.000,00	5.155.569.222,14	771.324.376,04	3.136.029.330,86	2.019.539.891,28
10 - SAÚDE	5.862.288.720,00	794.020.978,60	-607.328.997,11	6.048.980.701,49	950.660.303,55	3.487.338.311,01	2.561.642.390,48
11 - TRABALHO	114.679.011,00	31.874.216,11	-96.354.387,35	50.198.839,76	6.004.292,99	21.315.817,70	28.883.022,06
12 - EDUCAÇÃO	4.995.524.884,00	2.089.671.998,38	-548.530.103,87	6.536.666.778,51	1.399.197.444,71	4.372.019.577,33	2.164.647.201,18
13 - CULTURA	228.277.217,00	123.107.325,67	-9.770.000,00	341.614.542,67	44.840.159,19	124.743.680,11	216.870.862,56
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	389.300.810,00	59.932.659,90	-37.032.104,69	412.201.365,21	68.215.176,17	228.200.441,69	184.000.923,52
15 - URBANISMO	155.922.869,00	195.180.120,79	-15.977.268,74	335.125.721,05	41.742.617,86	181.204.474,86	153.921.246,19
16 - HABITAÇÃO	44.688.661,00	21.060.686,16	-5.444.499,06	60.304.848,10	4.642.004,47	26.849.832,66	33.455.015,44
17 - SANEAMENTO	1.322.547.411,00	200.385.719,39	-86.189.069,43	1.436.744.060,96	38.542.894,63	84.687.019,08	1.352.057.041,88
18 - GESTÃO AMBIENTAL	511.291.116,00	121.093.231,59	-40.206.158,40	592.178.189,19	73.457.839,02	203.797.273,32	388.380.915,87
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	277.805.297,00	70.161.006,10	-38.500.926,37	309.465.376,73	21.764.382,42	108.986.920,40	200.478.456,33
20 - AGRICULTURA	353.968.381,00	190.810.736,19	-27.113.975,72	517.665.141,47	129.438.657,55	267.206.455,13	250.458.686,34
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	8.737.168,00	21.021.994,09	-1.823.759,57	27.935.402,52	8.044.822,63	13.610.515,92	14.324.886,60
22 - INDÚSTRIA	106.847.083,00	28.779.156,98	-8.941.500,00	126.684.739,98	491.385,45	24.945.005,50	101.739.734,48
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	69.449.673,00	6.614.940,08	-8.128.824,75	67.935.788,33	10.652.196,92	27.970.424,19	39.965.364,14
24 - COMUNICAÇÕES	224.064.153,00	184.071.418,88	-179.022.000,56	229.113.571,32	34.535.436,46	117.325.050,95	111.788.520,37
25 - ENERGIA	56.771.343,00	0,00	0,00	56.771.343,00	616.594,08	1.642.188,80	55.129.154,20
26 - TRANSPORTE	1.266.208.832,00	421.820.706,37	-75.170.854,15	1.612.858.684,22	256.966.368,29	779.053.916,15	833.804.768,07
27 - DESPORTO E LAZER	71.023.929,00	34.946.069,47	-13.889.958,50	92.080.039,97	15.040.524,58	51.541.527,84	40.538.512,13
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	5.470.980.080,00	1.293.800.000,00	-259.433.945,00	6.505.346.135,00	501.692.376,10	2.069.439.077,95	4.435.907.057,05
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	182.810.983,00	0,00	-97.600.000,00	85.210.983,00	0,00	0,00	85.210.983,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36.472.896.251,00</b>	<b>7.500.726.625,93</b>	<b>-2.772.438.757,55</b>	<b>41.201.184.119,38</b>	<b>6.042.305.106,28</b>	<b>21.536.682.767,52</b>	<b>19.664.501.351,86</b>

## FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº04300710/2023 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) José Lucena Vieira Dantas, CPF nº11872195334, aposentado(a) pelo(a) Secretaria de Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Agente de Administração, nível/referência 26, matrícula nº024032-1-8, com óbito em 20/04/2023, **pensão** mensal no valor de R\$ 860,47 (Quinhentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos), correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 20/04/2023, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
Luiza Helena Castelo Branco Dantas	CÔNJUGE	10794204368	860,47	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 24 de agosto de 2023.

José Juarez Diógenes Tavares  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº11475960/2022 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) José da Silva Rocha, CPF nº09851135372, aposentado(a) pelo(a) Secretaria de Saúde – SESA, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Administração, classe, nível/referência 21, matrícula nº081338-1-6, com óbito em 10/11/2022, **pensão** mensal no valor de R\$ 1.104,35 (Um mil, cento e quatro reais, e trinta e cinco reais centavos), correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 10/11/2023, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
MARIA CARLOS FERREIRA ROCHA	CÔNJUGE	09851127353	1.104,35	Art. 77, §2º, inciso V, alínea “c”, item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 04 de agosto de 2023.

José Juarez Diógenes Tavares  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº05173754/2023 e nº05163570/2023 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Lucília Maria Abreu Lessa Leite Lima, CPF nº12810467327, aposentado(a) na Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, onde percebia os proventos do(a) cargo/função Professor Adjunto, nível/referência J, matrícula nº006.97516, com óbito em 04/05/2023, **pensão** mensal no valor de R\$ 7.086,50 (sete mil, oitenta e seis reais e cinquenta centavos) correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 04/05/2023, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
ALEXANDRE LEITE LIMA	CÔNJUGE	82286442304	3.544,75	Temporária (20 anos) Art. 77, §2º, V, c, 6
GIOVANNA ABREU LESSA LEITE LIMA	FILHO (Nascido em 23/11/2021)	12810767327	3.544,75	Até 21 anos – Art. 77, §2º, inciso II.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19/12/2019; e II – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 24 de julho de 2023.

José Juarez Diógenes Tavares  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº08943370/2022 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Liduina Tomé Nobre, CPF nº07068050387, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação – SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Agente de Administração, nível/referência 25, matrícula nº090149-1-8, com óbito em 12/08/2022, **pensão** mensal no valor de R\$ 661,26 (seiscentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos), correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 12/08/2022, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
ANTÔNIO JUTAIR NOBRE	CÔNJUGE	04335287372	661,26	Art. 77, §2º, inciso V, alínea “c”, item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 01 de agosto de 2023.

José Juarez Diógenes Tavares  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº08406952/2022 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Marciano Ximenes Barbosa, CPF nº01067982353, aposentado(a) pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJ/CE, onde percebia os proventos do(a) cargo/função Avaliador do Fórum, Classe A, nível/referência W003, matrícula nº08280711, com óbito em 27/12/2021, **pensão** mensal no valor de R\$ 539,00 (quinhentos e trinta e nove reais) correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 26/08/2022, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
ANTONIA ODETE DE FARIAS XIMENES	CÔNJUGE	26086506353	539,00	Art. 77, §2º, V, c, 6

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento; II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 10 de agosto de 2023.

José Juarez Diógenes Tavares  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

